

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – PORTARIA

2 – ATAS

2.1 – 4ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura

2.2 – 22ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura

2.3 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

5 – PROCURADORIA DA MULHER

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 – ERRATA



PORTARIA

PORTARIA PRES/PSEC Nº 11/2023

Altera a Portaria da Presidência e da 1ª-Secretaria nº 8, de 23 de março de 2023.

O presidente e o 1º-secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, considerando que o Portal de Compras do Estado de Minas Gerais – Portal de Compras MG – precisa de adequações para atender aos requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para o procedimento auxiliar de credenciamento; considerando que a Assembleia Legislativa tem processos de credenciamento ativos, sendo, portanto, necessário realizar a opção pelo regime anterior ao da referida lei até que as adequações no Portal de Compras MG estejam concluídas,

RESOLVEM:

Art. 1º – A Portaria da Presidência e da 1ª-Secretaria nº 8, de 23 de março de 2023, fica acrescida do seguinte art. 3º-A:

“Art. 3º-A – Os processos de credenciamento de hospitais, clínicas e empresas e de cadastramento de profissionais relacionados à assistência complementar médico-hospitalar prestada na modalidade autogestão permanecerão regidos pelos arts. 32 a 36 da Deliberação da Mesa nº 2.565, de 10 de junho de 2013, até o dia 31 de dezembro de 2024.”.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, 31 de março de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário.



ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/3/2023**Presidência do Deputado Tadeu Martins Leite**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata; discurso do deputado Coronel Sandro; aprovação – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de Ordem – Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 71/2021; apresentação do Substitutivo nº 2; encerramento da discussão; encaminhamento do substitutivo com a proposta à comissão especial – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 358/2023; discursos dos deputados Sargento Rodrigues, Ricardo Campos e Cristiano Silveira e da deputada Bella Gonçalves; Questões de Ordem; chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discursos da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Ulysses Gomes; Questões de Ordem; chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do deputado Ulysses Gomes; Suspensão e Reabertura da Reunião; apresentação das Emendas nºs 4 a 71; recebimento das Emendas nºs 4 a 52, 54 a 62 e 64 a 71; não recebimento das Emendas nº 53 e 63; encerramento da discussão; encaminhamento das emendas com o projeto à Comissão de Administração Pública – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 415/2023; discursos dos deputados Sargento Rodrigues e Cristiano Silveira – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Duarte Bechir – Antonio Carlos Arantes – João Vítor Xavier – Adriano Alvarenga – Alê Portela – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Fábio Avelar – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Luizinho – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Às 10h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**Ata**

– O deputado João Vítor Xavier, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Coronel Sandro.

O deputado Coronel Sandro – Vou até retirar a máscara, que dizem que protege contra vírus, mas, na verdade, é uma homenagem ao melhor presidente que este país já teve em todos os tempos. Sr. Presidente, para mim a ata está de bom tamanho, muito bem escrita, retratando efetivamente o que aconteceu na reunião. Mas eu quero aproveitar a oportunidade para dizer a V. Exa. e a todo este Plenário a minha preocupação com os rumos que as coisas estão tomando aqui, na Assembleia Legislativa de Minas

Gerais. Essa preocupação reside no fato de que nós, que somos deputados de direita e conservadores, estamos sob intenso ataque de discurso de ódio, de prática de ódio, porque querem impedir que nós exerçamos o nosso mandato. Eu, particularmente, estou muito preocupado e vou citar os fatos que já aconteceram aqui recentemente. Numa audiência da Comissão de Direitos Humanos, o deputado Caporezzo, titular da comissão, teve a sua palavra cassada indevidamente, no momento em que ele exercia o seu direito de se manifestar, de acordo com o que prevê o Regimento, que todas as audiências públicas devem contemplar pontos divergentes e pessoas que tenham pensamentos diferentes sobre o tema que está sendo alvo da audiência pública. Mais recentemente ainda, em outra audiência, também da Comissão de Direitos Humanos, eu, o deputado Eduardo Azevedo e novamente o titular da comissão, deputado Caporezzo, fomos praticamente impedidos de participar, e, como eu disse e repito, audiência pública é para abordar um tema e tem que contemplar pontos divergentes, e o deputado tem o direito de exercer o seu mandato. Nós só conseguimos participar, de forma muito limitada, quando concordamos em deixar o plenário após a nossa manifestação, como se fôssemos cães sarnentos. E olhe que nenhum deputado pode ser admoestado a deixar o ambiente de audiência pública. E, para completar, Sr. Presidente, já encerrando, ontem, aconteceu isso na Comissão de Administração. Pois, bem, estava lá para apreciação o projeto de lei do governo do Estado, que trata da reforma administrativa. E a oposição, como bem faz o seu papel, estava lá obstruindo – natural, regimental –, e todos nós respeitamos isso. Eu, que não faço parte da comissão, fui lá para acompanhar os trabalhos, aguardando o meu momento de exercer o meu direito de discutir o projeto por 10 minutos, porque assim o Regimento estabelece. Pois bem, Sr. Presidente, durante a minha fala, em que eu fazia o contraponto às ideias da oposição que estavam sendo lançadas contra o projeto da reforma administrativa do governo Romeu Zema – aliás, é um projeto que deve ser aprovado nesta Casa, e eu encaminho favoravelmente, com algumas questões que a gente pode corrigir –, fui alvo de três ataques simultâneos em uma mesma ação. Minha palavra foi interrompida abruptamente, sem qualquer justificativa, porque eu estava exercendo o meu direito regimental de discutir o projeto. Na sequência, parece que ainda não satisfeito, fui acusado de provocar tumulto, e eu estava no meu direito de usar a palavra. E, para completar, o que aí considero que foi a tríplice coroa da ofensa e do desrespeito a um deputado desta Casa, eu ainda fui acusado de ajudar a oposição, provocando tumulto, e eu não provoquei; fui acusado de provocar, porque assim obstruía mais o projeto. Essa para mim é a mais grave ofensa. Então, Sr. Presidente, nós que temos um viés ideológico de direita, conservador, só queremos exercer o nosso mandato. Chega de discurso de ódio e ações que tentam impedir o exercício do nosso mandato aqui, nesta Casa. Não é justo. Parece-me que não querem combater só as nossas ideias; parece-me que não querem combater e discutir as ideias divergentes que nós temos; parece-me que querem que a gente não exista. E eu digo: isso é impossível, nós existimos e vamos continuar aqui defendendo aquilo em que nós acreditamos. Então, não adianta ficarem com esse discurso de ódio contra nós, da direita, contra nós, conservadores, porque nós estamos inseridos no processo democrático, nós fomos escolhidos por parte de Minas Gerais, para estarmos aqui. E democracia é isso. Discurso de ódio, prática de ódio contra nós, deputados de direita e conservadores, não funciona. Obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Não havendo retificação a ser feita na ata, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O deputado Leleco Pimentel – Obrigado, Sr. Presidente e deputados que hoje enchem este Plenário. Hoje é o dia em que o Brasil marca a triste, vou repetir, lamentável marca do 700 mil mortos pela covid-19, fruto de uma política genocida, que negou a vacina; que negou que a terra é redonda; que negou a democracia; que apontou um caminho de morte para o Brasil. Nós não podemos escutar alguém que vem com uma máscara para o Plenário, que evitou, negou a máscara, negou a vacina. Agora, numa contradição...

Uma máscara que foi negada. Agora a máscara cai, porque 700 mil mortos estão sobre os ombros daqueles que se dizem ultradireita conservadores. Vou lhes dizer. Patriotas? Patriotas que comemoram a chegada daquele que foi responsável pelo genocídio do povo brasileiro? Foram 700 mil mortos. Nenhum, nenhum desses mortos pode hoje falar neste microfone após serem atacados. Então, Sr. Presidente, é uma questão muito importante desmascarmos essa direita ultraconservadora, fascista, que vem se apresentando como aqueles que estão sendo cerceados no direito da palavra, pois cada palavra que sai da boca é para ofender uma mulher, cada palavra que sai da boca é para matar o semelhante, e vêm se esconder atrás de democracia? Então, Sr. Presidente, de minha parte, o senhor pode considerar que vou contribuir para que o bom andamento desta reunião seja também efetivo, mas a hipocrisia desses fariseus têm de ser desmontada e que usem máscaras mesmo, porque, quando elas caem, a feiura é demais. Bom dia.

O deputado Arlen Santiago – Sr. Presidente, não entendi qual foi a questão de ordem falada aí. Gostaria que a gente se ativesse à questão da reunião. O Coronel Sandro explicou uma situação muito interessante para vir a ser atacado dessa maneira, e não teve questão de ordem nenhuma.

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, colegas deputadas e deputados, é óbvio que estamos numa Casa democrática, em que todos têm o direito de expor as suas ideias. Só pediria aos membros do Bloco Minas em Frente que nos atenhamos aos assuntos da pauta de hoje, que são assuntos relevantes para Minas Gerais, são assuntos importantes. Outras questões teremos o momento adequado para discutir, debater, expor as ideias, mas hoje pediria e faço aqui um apelo a todos os membros do Bloco Minas em Frente, se me permitem a ousadia, estendo também aos demais blocos, que nos atenhamos aos assuntos referentes à pauta de hoje. Não podemos prescindir do bom debate quanto à reforma administrativa e aos demais projetos. Obrigado, presidente.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 71/2021, do governador do Estado, que altera os arts. 139 e 140 da Constituição do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A presidência esclarece que, por ter sido desarquivada, a Proposta de Emenda à Constituição nº 71/2021 retomou a sua tramitação no estágio em que se encontrava na legislatura anterior, ou seja, em fase de discussão em Plenário, nos termos do parágrafo único do art. 180-A, c/c o § 3º do art. 180, do Regimento Interno. Em discussão, a proposta. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa o Substitutivo nº 2, que foi publicado na edição do dia 16/3/2023.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado um substitutivo do governador do Estado, encaminhado por meio da Mensagem nº 11/2023, publicada em 16/3/2023, que recebeu o nº 2, e, nos termos do art. 201, c/c o § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha o substitutivo com a proposta à Comissão Especial para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 358/2023, do governador do Estado, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Presidente, farei aqui o mesmo lembrete que fizemos nas comissões e, de forma muito mais, diria, efusiva na Comissão de Administração Pública em relação à matéria.

Peço à assessoria da Mesa que possa trazer aqui o processo legislativo com as pastas do Projeto de Lei nº 358, que trata da reforma administrativa. Pedi o projeto de forma física para demonstrar que temos aqui coisas que precisam ser corrigidas. Não há como, num prazo de 10 horas, você conseguir analisar um projeto. A Comissão de Administração Pública distribuiu um avulso às 16 horas e convocou uma reunião para às 9 horas do dia seguinte. Como um deputado tem condição de fazer uma análise criteriosa para

votar uma matéria dessa com segurança, diria, de opinar sobre o texto no seu inteiro teor, o texto completo? É exatamente isso que estamos colocando aqui. Não há como; é impossível. Alertei o líder de governo, deputado Gustavo Valadares, e faço um apelo aqui aos demais líderes. Fizemos sugestões. Elas não foram acatadas na Comissão de Administração Pública pelo presidente e relator deputado João Magalhães. Acatou duas sugestões, e tínhamos mais de 15 emendas que não foram acatadas. A reforma, além de alterar a estrutura organizacional de secretarias, órgãos importantes do governo, altera a estrutura, a competência, desloca servidores para um lado e para o outro.

Então, não há como, presidente, não há como você ter condições de se debruçar sobre um projeto de lei de 5 páginas, ou melhor, de 120 páginas, e você fazer uma leitura de um substitutivo rapidamente.

Então, é bom que os colegas deputados e deputadas saibam: no que eu consegui ler, há algumas remissões aqui, e é mortal para o Legislativo. É a remissão para decreto, será regulamentado por decreto. E eu, rapidamente, quando eu percebi isso, falei: “Olhe, isso não pode passar do jeito como está”. Presidente, deputado Tadeu Leite, o Legislativo não pode abrir mão de legislar, porque o legislador genuíno é o Legislativo. Há comandos aqui remetendo a regulamentações por decreto.

Ontem cheguei à comissão 9 horas da manhã e saí de lá às 19h30min; de 9 horas da manhã a 19h30min, só que num processo permanente para ficar atento, em que os deputados e deputadas da oposição faziam oposição, mas a gente não conseguia sair. E nenhum de nós conseguimos sair para ler a matéria com tranquilidade. Votar uma matéria dessa a toque de caixa... Eu vejo dois pontos aqui que precisavam ser olhados com carinho pelo conjunto de deputados e deputadas. E eu falo isso com a tranquilidade de que é necessário... Não é a oposição. Não estou falando de oposição, eu estou falando de uma análise crítica do projeto. Algumas coisas a gente corrigiu. Por exemplo, deputado Arnaldo, o governo encaminhou no projeto separando as atribuições do Detran, órgão vinculado à Polícia Civil – a PEC acabou aqui de receber o Substitutivo nº 2 e voltará à comissão especial –, mas o governo estava esquecendo que a Polícia Civil, enquanto polícia judiciária, aquela que faz o inquérito, que tem competência constitucional para fazer o inquérito, não teria acesso ao banco de dados dos veículos, acesso a quem é o proprietário, a quem era o condutor e aos crimes envolvidos. Hoje alguém pratica crime sem uso de um veículo? Não! “Ele deu um tiro.” Mas ele pegou o carro e fugiu; ele pegou uma moto, foi fazer o aviãozinho do tráfico, foi fazer tráfico de drogas. Ele foi lá fazer um crime de pistolagem, ele pegou o veículo e se deslocou até a cidade, ele foi fazer uma campanha para matar alguém. O crime é de pistolagem, mas ele teve que usar o veículo. O projeto não tinha. Deputado Tramonte, V. Exa. foi policial civil por muito tempo. A gente teve que gritar lá na administração pública para a nossa assessoria de governo ficar um pouquinho mais... Não pode. O policial civil, o escrivão, o investigador, o delegado, o perito precisam ter acesso a esse banco de dados irrestritamente. Está tirando a função de trânsito. Você não pode amarrar. E aí eu disse durante a audiência pública: “Amanhã um deputado vai querer que um crime, lá na região onde o prefeito dele é aliado, seja apurado rapidamente”. Aí ele vai pedir ao delegado: “Doutor, ajude a apurar esse crime”. “Eu até gostaria, mas eu estou precisando pedir a um servidor da Seplag para acessar o banco de dados, porque vai ficar com a Seplag.” Com todo respeito que eu tenho a todos os servidores – eu o tenho, porque são eles que executam a política pública na prática –, quem disse que servidor da Seplag pode reter esses dados? Num inquérito policial, o delegado tem que agir rapidamente. É o acesso à placa do veículo, ao endereço do infrator.

Estava passando, deputado Mauro Tramonte, estava passando. Nós alertamos o governo. Na hora em que chega lá à Comissão de Segurança Pública, nós vamos cobrar o feminicídio, os crimes. “Mas o agressor fugiu num carro, e a gente não sabe para onde ele foi.” “Qual carro?” “A gente vai ter que pedir, fazer um ofício”, Mauro Tramonte. “Não, vou fazer um ofício à superintendente da área tal da Seplag para fornecer os dados.” Gente, pelo amor de Deus! Eu consegui romper barreiras imensas com a integração do banco de dados quando aqui cheguei, no primeiro mandato, com a Lei nº 13.968/2001, de minha autoria. Foi um sacrifício botar na cabeça de chefe de polícia que o dado não era dele, que o dado era do Estado, a serviço do cidadão, para compartilhar as informações entre polícias. Já foi um sacrifício enorme. E estava passando.

Por que eu estou pegando esse ponto? Para demonstrar que há outras falhas no projeto. E a nossa turma aqui... Base de governo é assim, você chega para o deputado Gustavo Valadares: “Não, toque, toque, toque”. Ele quer aprovar o projeto de qualquer jeito, quer porque quer de qualquer jeito. E a gente fala: “Existe falha aqui, líder de governo; existe falha aqui, líder de governo”. “Não, toque, toque, toque, toque.” Aí ele chega à Comissão de Fiscalização para pedir ao presidente: “Deputado Zé Guilherme, aprecie aqui”. “Não, toque, vamos aprovar.” “Existe falha, deputado Zé Guilherme, existe falha na matéria; existe falha, deputado João Magalhães.” Por que eu estou me referindo a V. Exas.? Porque são os relatores. E a gente está lá, apresentando as emendas, e vocês estão como se não estivesse acontecendo.

Eu estou vendo falhas. Agora, falha na política pública. Eu fui em cima, primeiro, do banco de dados. O Dr. Sabino está aqui. Deputado Zé Guilherme, esse senhor de cabeça branca do seu lado esquerdo, competentíssimo: “O deputado tem razão, vamos acatar aqui a sugestão dele para o acesso irrestrito ao banco de dados”. Polícia não pede a outro órgão dado, polícia requisita, porque tem poder de polícia, porque faz inquérito. O outro órgão, não. Imagine como ficariam os nossos delegados de polícia, os nossos investigadores sem ter acesso? Aberração.

Então, com todo o respeito que eu tenho à área técnica do governo, tem hora que essa área técnica não entende tudo, gente. É por isso que projeto é alterado. O Dr. Samir, subsecretário lá da área de governo, pode entender de várias áreas, mas, quando chegou à área de segurança, a gente viu que o trem estava capenga. Em outras áreas, o projeto continua capenga. Agora, além de afetar drasticamente a política pública, afeta quem? Quem executa, porque você não pode virar para o servidor e falar assim: “Ô coisa, vem pra cá”. Servidor não é coisa, servidor é uma pessoa, um ser humano que prestou concurso público. Então não posso pegá-lo em uma secretaria e passar para outra sem assegurar todos os direitos da carreira, sem verificar onde ele fez o concurso. E isso está acontecendo com os servidores administrativos da Sejusp, com os servidores administrativos da Polícia Civil. Os relatores não nos deram ouvido, não nos deram ouvido. Eu não estou aqui fazendo obstrução, não. Eu estou aqui apenas discutindo para alertar o conjunto de deputados. Vou repetir, papel do líder de governo aqui, para quem não sabe, é tocar. Então a vontade do deputado Gustavo Valadares é dizer assim: “Aprove rápido”. A vontade do governo é assim, mas quem são os legisladores somos nós. Nós é que somos os legisladores. Nós é que temos de pegar a lupa e olhar para o projeto e falar assim: “Não está certo, esse projeto aqui tem impacto lá na área da educação. A área da educação não funciona do jeito como está aqui, funciona desse jeito”. Se querem acertar, então corrijam, porque quem é da área é que vai poder opinar. Então o projeto tem falhas.

Eu, presidente, vim aqui à tribuna para fazer esta discussão apenas para alertar que estão correndo demais com a matéria, e isso vai trazer prejuízos, em alguns setores, para a política pública, que é executada, e em algum momento para os próprios servidores. Alguns vão ficar no limbo. Ontem mesmo alertei o Dr. Sabino: “Dr. Sabino, olhe, há três servidores aqui que deveriam estar na Fundação João Pinheiro. São pessoas com formação acadêmica de lá. Estão igual zumbi lá na Secretaria de Desenvolvimento, perdidos, sem lugar”. Aí você apresenta emenda: “Não, não pode”.

Gente, ser base de governo não é dizer “sim” a tudo, não. Ser base de governo... Antes de você ser base de governo, você é base de quem você representa aqui, na Assembleia. Você é base do seu eleitor primeiro. Ninguém chega aqui com voto do governador e do secretário de Estado, não. Ele pode até votar em você, mas você chega aqui através do voto do seu eleitor. Então primeiro você é base do eleitor para depois se posicionar politicamente a favor, independente, ou na oposição em relação ao governo. Agora, nós estamos falando da administração pública. Governador nenhum é eterno. Pode estar fazendo bom governo? Está fazendo um bom governo, mas precisa ser alertado de que o projeto tem problemas, que tem erros, tem falhas, e a gente está apresentando emendas para tentar ajudar o governo. As emendas que eu estou apresentando aqui... Nossa eleição está lá, daqui a quatro anos. Não estou preocupado aqui com o processo eleitoral neste momento, não, nós acabamos de vir de um.

Então, presidente, eu encerro os meus 15 minutos, que foram suficientes para alertar o governo de que o projeto tem falhas, que vai prejudicar a administração pública, as políticas públicas e vai prejudicar servidores. Fica aqui o meu alerta, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Com a palavra, para discutir, o deputado Ricardo Campos.

O deputado Ricardo Campos – Exmo. Sr. Presidente, toda Mesa diretora desta Casa, nobres deputados, nobres deputadas, eu venho aqui, mais uma vez, fazer a discussão sobre aquilo que nós temos dialogado desde o dia em que a proposta de reforma administrativa do governo chegou a esta Casa, sobre a necessidade de uma especial atenção de cada um dos deputados aqui presentes, em especial de todos nós, deputados da bancada norte-mineira, a ser recomposta em breve aqui, na Casa, para a proposta trazida pelo governo com relação ao desmonte do Idene – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais –, que já teve capacidade de executar mais de R\$500.000.000,00 em ações de enfrentamento à seca, de empoderamento da população da zona rural, com os arranjos produtivos, com programas de combate à pobreza rural, com as ações de garantia de abastecimento de água. Não pode sucumbir e deixar de ser um órgão autônomo, um órgão que cumpre ou pelo menos cumpria a sua finalidade, desde quando se originou da antiga Sudenor, para agora virar uma salinha, um mero espaço de trabalho da Sedese.

Eu venho aqui trazer aos nobres pares, como bem foi colocado pelo deputado Sargento Rodrigues, que um projeto dessa natureza não pode ser aprovado a toque de caixa, não pode meramente tratar daquilo que mexe com a vida das pessoas sem discutir com as pessoas, sem discutir com os nossos prefeitos, sem discutir com os nossos vereadores, sem discutir com a população, que é beneficiária dos programas sociais, dos programas de desenvolvimento econômico para aquela região. Para vocês terem ideia, o Idene é o órgão de Minas Gerais que tem assento na Sudene, o principal órgão do governo federal de propostas, de políticas públicas para região Norte e Nordeste do Estado. E lá, com certeza, agora com o presidente Lula, que mostrou durante os seus governos ser um presidente que cumpre a relação institucional, nós teremos os programas Água para Todos, Luz para Todos, os programas de desenvolvimento regional, que, com certeza, terão aprovação da Sudene e serão desenvolvidos em nosso Estado, com o apoio e a presença maciça dos órgãos que têm capacidade. Então o Idene já teve capacidade de levar água para mais de mil comunidades rurais, de levar água através da cisterna, de captação de água de chuva para mais de 100 mil famílias em todo o semiárido. E, mais ainda, cumprir o Programa de Combate à Pobreza Rural, com arranjos produtivos para todos os municípios do Norte e Nordeste de Minas Gerais. Ter agora toda a sua estrutura vinculada a uma subsecretaria da Sedese é uma demonstração de que esta Casa não está tendo respeito, não está dando direito que é garantido à população do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri com essa proposta que está aí.

Então, venho pedir aqui o apoio dos deputados, em especial o apoio da bancada norte-mineira, para que não deixemos que um órgão que sempre foi tão atuante na promoção de política pública seja colocado à deriva da Sedese, que meramente tem cumprido a política de repasse do Suas. A Sedese, com exceção do piso mineiro, que é cumprido através de recursos federais, não tem promovido os trabalhos que deveriam ser feitos, ainda mais agora, com este governo, que apresenta ter um superávit primário, um superávit comercial, não cumprindo as suas finalidades.

Venho aqui colocar, presidente e nobres deputados, que apresentemos emendas ao projeto propondo que o governador cumpra a promessa de campanha, que é dar poder para o Norte de Minas, para o Jequitinhonha, para o Mucuri e para o Rio Doce, retornando a Sednor ou a antiga Sedvan, como queriam chamar à época. Precisamos ter uma secretaria de Estado que faça a interlocução setorial com o governo do Estado. Não queremos que as políticas que tenham de ser desenvolvidas para a nossa região tenham padrinhos políticos, que acham que são os governadores da região, mas, sim, que tenham políticas de Estado, políticas essas aprovadas no PPAG nesta Casa, políticas essas definidas pela LDO e com as suas garantias cumpridas.

Promover equidade, deputados, não é fazer só para si, não, é fazer para quem mais precisa. Aí, há parlamentares que debocham, que brigam, porque acham que são amigos do rei. Sou é amigo do povo, sou é amigo do cidadão que está lá na zona rural, que acreditou que um trabalhador-mirim pudesse virar deputado, e esse menino eleito está aqui para trazer a voz do povo.

Então, deputados, não podemos deixar que o Idene, que colocou água em mais de mil comunidades rurais, que colocou cisternas de captação de água de chuva em mais de 100 mil moradias, que leva o desenvolvimento às zonas rurais, aos distritos através dos arranjos produtivos, seja colocado à deriva.

Assim, queria aqui, como bem colocou o deputado Sargento Rodrigues, que esta Casa apreciasse melhor esse projeto, que esta Casa debatesse com a população aquilo que realmente vai cumprir as políticas públicas e levar o desenvolvimento para ela. Propusemos que, na pior das hipóteses, uma vez que grande parte dos nobres deputados se dizem de base de governo, ou seja, têm condições de levar esse recado para o governo, se o Idene fosse para ser vinculado, que fosse a uma secretaria do Norte e Nordeste. Que retomemos aqui para o Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri o poder e a voz de termos uma secretaria de Estado para fazer a interlocução com o governo naquilo que tem de ser feito. A Sednor, ou a Sedvan, cumpriu o seu papel.

Infelizmente, nos últimos cinco anos de desgoverno, temos visto que as emendas de relatoria ou as emendas que o governo tem concedido para os parlamentares de sua base têm feito com que o povo deixe de ter a sua voz aqui, neste Parlamento. Mas não estamos aqui para isso. Estamos aqui para afirmar que, assim como estivemos lá em Brasília, recebendo informações e boas notícias de que o nosso governo, do presidente Lula, vai voltar com os programas que melhoraram a vida do povo, afirmo que esses programas só serão viáveis aqui, em nosso estado, se tivermos órgãos com capacidade de execução, porque o presidente Lula é um presidente republicano, cumpre a função institucional da presidência de fazer com que o Estado faça o seu papel. E o Idene foi proposto para isso. A criação da Sednor, a sua época, a criação da Sedvan, a sua época, cumpriu o seu papel.

Então, propusemos à Casa a desvinculação do Idene da Sedese e que, na impossibilidade e na má vontade do governo de retornar a Sednor, possamos, então, ter o empoderamento do Idene através da Secretaria Estadual de Governo, tendo nela uma subsecretaria de desenvolvimento do Norte e Nordeste na pior das hipóteses, porque o Norte, o Jequitinhonha e o Mucuri não merecem ficar à deriva de emenda parlamentar e de conchavos políticos dos deputados governistas, que fazem meramente para si.

A minha proposta aqui é trazer as pautas regionais para que sejam debatidas e para que seja construído o consenso, a fim de que elas sejam resolutivas, sejam resolvidas.

Quero aqui concluir a minha fala trazendo a nossa consideração de que a proposta colocada pelo governo do Estado não atende os 258 municípios que estão na circunscrição do Idene e que, mais, eles precisam ter vez e ter voz. Então, queremos levar esse debate lá para o Norte de Minas, para o Jequitinhonha, para o Mucuri, porque nesses últimos cinco anos eles já não têm sido assistidos em nada. O Idene, que deixou de ter um orçamento de R\$250.000.000,00 a nossa época, hoje não tem um orçamento nem de R\$50.000.000,00. O orçamento que se tem lá é meramente para cumprir a função institucional de manter poucos escritórios abertos e os apadrinhados políticos da base do governo.

Não podemos conviver com isso. Queremos um órgão que cumpra a sua função, que respeite os servidores valorosos. Temos servidores do Idene que possuem carreiras similares a servidores de outras secretarias enquanto os seus vencimentos não são reajustados há mais de 10 anos, há mais de 7 anos não têm sequer gratificações implementadas em sua carreira, não têm sequer o plano de carreira estabelecido pelo governo. E deixamos lá, durante o tempo em que estivemos como diretor-geral da instituição, apresentamos com o conjunto de servidores do Idene um plano de reestruturação de cargos e salários que está engavetado na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Aí, em vez de promover o desenvolvimento da carreira daqueles que tanto fazem pelo Idene, querem agora colocá-los num canto da Sedese à mercê de políticas sócio-assistenciais e deixando de cumprir a finalidade proposta.

Então, gente, sem demagogia, esta Casa não pode deixar que o governo empurre goela abaixo, só porque beneficia a base de governo que ele afirma ter aqui, uma proposta de colocar a Idene à mercê de uma subsecretaria que não cumpre a sua finalidade.

Então, eu queria trazer aos nobres deputados as nossas propostas da retomada da Sednor, da retomada de um órgão que tenha assento na Sudene. Existem deputados aqui que falam e falam mal do governo federal, mas vivem lá batendo à porta dos nossos

ministérios, vivem lá propondo na Sudene ações para atender o seu interesse umbilical. Nós, não; nós queremos propor ação coletiva, colegiada para que tenhamos um órgão executivo e operacional, que cumpra as ações de desenvolvimento da região e não meramente o interesse dos amigos do rei. Nós estamos aqui pelo interesse do povo, pelo interesse dos municípios, pelo interesse das pessoas que mais precisam. E a nossa eleição, deputada Bella, a nossa eleição, deputada Lohanna, não permite que os trabalhadores e as trabalhadoras não coloquem a sua voz aqui. A nossa voz é a voz do povo.

Então, nós não podemos deixar que um órgão, que é um órgão parceiro de uma grande obra do governo federal através da Codevasf, que vai ser a Barragem Jequitaiá, um órgão que vai ajudar a construir uma das maiores barragens de perímetro irrigado para o Norte de Minas seja colocado meramente à mercê de uma subsecretaria, a fim de cumprir regimento ou subdelegação institucional.

Queremos aqui, deputado Bosco, pedir apoio aos deputados que vão lá em toda eleição buscar voto, que vão lá no Norte, no Jequitinhonha e no Mucuri fazer suas promessas, fazer seus compromissos que os cumpram, fortalecendo os órgãos que apoiam a política do Norte de Minas.

Por fim, eu concluo colocando que nós propusemos emendas ao projeto e gostaríamos que elas fossem discutidas em Plenário, e não meramente aprovadas aqui à revelia, a propósito do governador, porque afirma ter uma base que ele atende com emenda parlamentar. Tenho dito. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Ricardo. Com a palavra, para discutir, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas; também público que nos acompanha, bom dia. Eu me dirijo ao povo mineiro, também me dirijo aos servidores públicos estaduais e, claro, de maneira muito especial, ao deputado Bosco e aos nossos colegas parlamentares, porque seremos nós, deputados, que, em breve, teremos que votar esse projeto, que nós estamos chamando aqui de reforma administrativa da estrutura orgânica do Estado de Minas Gerais.

É evidente que a gente sempre defendeu aqui a legitimidade que o governo tem de apresentar a proposta da estrutura administrativa que ele entende ser a mais adequada para o governo. Mas é importante lembrar também que, quando o governador assumiu o mandato passado, também enviou a esta Casa uma proposta de reforma administrativa. Naquele momento, a Assembleia Legislativa trabalhou muito, trabalhou utilizando o tempo necessário para a boa discussão, para a boa análise da proposta que aqui chegou. Durante toda a tramitação, o projeto foi sendo alterado, foi sendo modificado, foi sendo melhorado. Ainda que, entendo, à época algumas questões não tenham sido superadas, nós conseguimos avançar em vários aspectos, em vários pontos. E a conclusão a que o próprio governador chegou, à época, se não me falha a memória, era a de que a Assembleia havia contribuído, e contribuído muito, com o aperfeiçoamento da proposta naquele momento.

Novamente o governador reeleito manda para a Casa proposta da reforma. Ora, a primeira questão que eu quero trazer aqui é que, como eu já disse, não se trata da legitimidade e do mérito de o governador propor o modelo que ele entende ser adequado para o governo, mas se trata de processo. E o que eu quero chamar de processo aqui é a forma acelerada com que o governo tenta aprovar a reforma administrativa, que pode, no nosso entendimento, trazer problemas a algo que seja importante para o povo de Minas Gerais, para a própria estrutura administrativa, para os nossos servidores, e que não será tratado com o tempo adequado e necessário.

Eu penso que o governo precisaria tratar isso com mais zelo. Como eu já disse, a história e a experiência nos mostram que, quando fizemos o debate com o tempo adequado, conseguimos chegar a uma proposta menos pior do que a que havia sido entregue a nós. A defesa que eu faço é a de que nós precisamos acumular mais o debate nas discussões. Por exemplo, nós tivemos dificuldade, nesses dias, de participar das discussões que ocorreram nas comissões a respeito da reforma porque nós tivemos comissões acontecendo ao mesmo tempo. Nós estivemos na Administração Pública ontem o dia todo, e, ao mesmo tempo, ocorria o debate na Comissão de Meio Ambiente. Eu só estou dando aqui um exemplo, poderia dar outros. Queria ter estado lá, porque havia questões em que queria colaborar, queria ouvir quem estava lá como convidado, a secretária de Estado e também representantes dos trabalhadores. Não foi possível. E como não dizer que isso gera um prejuízo para nós que precisávamos estar lá? Então, penso que nós, deputados,

temos o dever de utilizar de todo o tempo necessário para ter segurança e convicções necessárias, seja qual for o nosso voto, para irmos ao ponto final, que serão as votações. Essa é uma questão que para nós é importante.

O projeto que aqui chegou, pessoal – e a gente já vem fazendo essa conversa aqui, na Casa –, tem muito problema. Já falamos aqui dos problemas relacionados às organizações civis, que poderão assumir funções que entendemos serem de competência e obrigação do Estado. Não são funções-meio, são funções-fim. E isso abre um precedente para o que a gente já vem denunciando, que é o desejo deste governo de fazer privatizações também de serviços essenciais. Nós já tivemos exemplos disso no mandato passado. Se essa reforma sinaliza com esse tipo de política, ela traz não só alteração na sua estrutura, mas traz também já todo o desejo ideológico do governo em fazer terceirizações ou privatizações de áreas-fins da política pública. Nós estamos falando do risco de extinção de funções de trabalhadores dentro da estrutura do governo em várias áreas, como na educação, por exemplo. Isso é um problema. A gente precisa discutir e saber como isso impacta de fato, como isso impacta o serviço que é prestado para o cidadão mineiro lá na ponta.

A gente tem falado aqui sobre a questão do deslocamento da estrutura do Detran para a Secretaria de Planejamento, sobre o que isso significa enquanto serviço que é prestado à população. Isso aumenta ou diminui os serviços? Isso centraliza ou descentraliza? Isso onera ou desonera os trabalhadores? O que ocorre, do ponto de vista da condição jurídica, da condição do servidor que pertence ao quadro, à estrutura da Polícia Civil e do Detran, quando faz a transferência para outro órgão? Essas questões precisam ser esclarecidas inclusive no projeto. Ou seja, nós vamos votar isso sem que essas questões estejam suficientemente esclarecidas e respondidas para nós, na Assembleia Legislativa?

A outra questão que eu trouxe e debati também na Comissão de Administração Pública é a questão da Polícia Penal. Nós vimos que o projeto, quando tratava das instituições de segurança, seja Polícia Militar, seja Polícia Civil, seja Corpo de Bombeiros, não cuidou de prever a presença também da estrutura da Polícia Penal em vários momentos, sendo que nós aprovamos uma emenda à Constituição aqui, em Minas Gerais, se não me engano emenda constitucional de 2022, que já reconhece a autonomia da Polícia Penal. Então aí eu apresentei um conjunto de emendas na Comissão de Administração Pública, e há uma discussão seguinte, que compreende que está correto o que nós estamos propondo, mas a ausência de uma lei orgânica da Polícia Penal poderia criar um dificultador da questão da segurança jurídica das emendas que nós apresentamos.

Mas eu quero aprofundar essa discussão. A pergunta que eu faço é a seguinte: ainda que na ausência da lei orgânica, não seria suficiente a emenda constitucional que já foi aprovada e está em vigor no Estado de Minas Gerais para poder garantir a figura da Polícia Penal dentro do projeto? Então eu acho que a gente tem questões a serem ditas. Vejam que eu estou fazendo aqui um debate de conteúdo – viu, gente? – para que ninguém venha dizer: “Olhe, a oposição está em processo de obstrução”. Não há processo de obstrução, há processo de debate de conteúdo. Se o governador não conseguiu nos ouvir nessas questões, eu estou dialogando aqui com os nossos 76 deputadas e deputados que vão votar a matéria. A questão que eu trago para os colegas é: se o esclarecimento dessas questões não é importante para que o colega consolide e forme o seu voto... Não é verdade? O povo mineiro vai perguntar: “Como vocês vão votar esse negócio aí se há questões que precisam ser esclarecidas?”. O que vai ocorrer, ao final, com a Fundação Caio Martins, com os trabalhadores, com os alunos que são assistidos por essa instituição há mais de 70 anos, que tem relação com a formação dessas pessoas no campo, por exemplo? Então aqui a gente vai problematizando, trazendo aqui pontos que são importantes que sejam esclarecidos.

Outra situação que há de ser observada é a questão das regionais fazendárias, deputado Betão. Inclusive o nosso colega, deputado Professor Cleiton, trouxe emendas que são importantes. O serviço público tem de ser descentralizado para que esteja mais próximo das pessoas. Quando você extingue a presença de órgãos do Estado que estão nas regiões... Minas Gerais é um estado imenso, de dimensões territoriais que já foram comparadas a alguns países, como com a França, por exemplo. Então é um estado imenso. Minas Gerais é um estado no qual a descentralização tem de ser uma questão de ordem do dia. Descentralização na saúde,

descentralização na segurança, descentralização na política social, descentralização na política que discute também os serviços tributários. De repente você fecha essas agências, e as pessoas que não conseguem resolver de maneira virtual ou remota como resolvem? São pessoas que têm problemas de acesso ou até mesmo de esclarecimento de como é que funcionam as ferramentas para se ter um atendimento virtual. Como é que se faz se não têm ali um servidor que vai fazer o atendimento, receber essas pessoas? Então os impactos das medidas precisam ser avaliados antes que as medidas se tornem efetivamente regra. A gente tem de saber sobre isso.

Temos problematizado também a questão que diz respeito à criação de uma secretaria de comunicação. O governo está propondo criar a Secom, uma secretaria de comunicação. Eu acho e quero fazer essa discussão, e vou além, vou fazer propostas concretas a respeito disso, que é evidente que o governo pode criar secretarias, e a criação delas, na minha opinião, tem de estar em consonância com a realidade do Estado de Minas Gerais, com o que são questões prioritárias do Estado de Minas Gerais. Lá na reforma administrativa passada, eu fiz aqui uma proposta e vou repeti-la, que é de a gente fazer a desvinculação da Secretaria de Turismo com a Secretaria de Cultura. Hoje nós temos aqui, em Minas, uma secretaria que trata de cultura e turismo, cultura e turismo. É uma leitura e uma análise, em minha opinião, equivocada. Ela não coloca o turismo no seu local adequado. A questão do turismo em Minas Gerais e no Brasil, também em Minas Gerais, é muito mais ampla do que você fazer uma condicionante de uma agenda única, como se o turismo estivesse relacionado somente à questão da cultura. É um equívoco.

Primeiramente o turismo está mais relacionado ao debate de desenvolvimento econômico do que do turismo em si. Eu explico. A Assembleia Legislativa sempre teve essa clareza, porque o debate do turismo aqui sempre foi feito na Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, e aqui sempre tivemos uma Comissão de Cultura, especificamente cultura. Ou seja, tínhamos a compreensão dessa distinção e aqui tínhamos o debate do turismo no local adequado. A Assembleia vai além. Compreendendo a importância do turismo, ela vai além e cria a Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia. A gente poderia aqui, na lógica do governo, ter as comissões de cultura e turismo. Nós sempre tivemos clareza de que são questões distintas que se comunicam em algum momento, mas que são essencialmente distintas entre si. Então vejam o que temos aqui, na Assembleia: uma Comissão Extraordinária do Turismo pela relevância. Minas Gerais foi escolhida como o 2º destino turístico no Brasil. Minas Gerais é um estado que tem vários patrimônios mundiais tombados pela Unesco. Nós temos diversos parques estaduais relacionados às questões ambientais. Nós temos diversos parques nacionais, Parque Nacional do Brigadeiro, Parque Nacional da Serra da Canastra, vários parques nacionais, vários parques estaduais. Minas Gerais é um estado que tem uma rica gastronomia. Minas Gerais é um estado que tem um acervo riquíssimo de monumentos históricos. Portanto, Minas, sendo então escolhida como o 2º destino preferido dos brasileiros, precisa tratar isso com a importância que essa pauta tem.

Deputado Eduardo, turismo em Minas Gerais é um grande fomentador da atividade econômica e do emprego. O turismo é diferente de outras áreas, pois precisa de pouco investimento orçamentário. Até acho que, se o Estado fizesse, o deputado Mauro, que é o nosso presidente da Comissão Extraordinária do Turismo, que vem fazendo um grande trabalho, e já fizemos esse debate também na nossa comissão, deputado Mauro, nosso presidente... O setor do turismo basicamente não exige tantas coisas do governo, quase que funciona de forma espontânea, como a hotelaria, as agências de viagens, os museus. Enfim, pedem muito pouco para o Estado. Entendo que, se o Estado trouxer isso para a ordem do dia como uma agenda prioritária, teremos uma potencialização ainda maior, porque há regiões no Estado que têm potencial, mas ainda não tiveram o apoio necessário, o suporte. Até cumprimento o secretário Leônidas, que realizou um evento, tem realizado um evento esses dias tratando do turismo e da cultura, mas em que, na minha opinião, houve, de certa maneira, uma sobreposição da agenda cultural em detrimento da agenda do turismo.

Aí, quando falo dessa relação da cultura e do turismo, vamos voltar aqui a falar sobre essa distinção. As atividades e eventos culturais podem, sim, se tornar atrações turísticas para cidades que realizam esse tipo de evento, mas termina aí a relação. O turismo, depois, vai continuar conversando com outros aspectos. Vamos ver, por exemplo, o turismo religioso. Se você for à minha região de

Campos das Vertentes, à minha cidade de São João del Rei nesta semana que vem, que é a Semana Santa, vai ver tantos turistas ou mais do que no próprio Carnaval de São João del Rei, o que chamamos de turismo religioso, que ocorre em outros lugares do mundo, como o Caminho de Santiago de Compostela, como ocorre em Roma e por aí vai em outros lugares. São João del Rei e as cidades históricas vão receber um número grande de turistas pelo chamado turismo religioso, as peregrinações, enfim.

Estamos trabalhando, deputado, não somente o evento, que se torna um evento, da Semana Santa, mas o turismo permanente religioso em nossa região a partir da terra do nascimento da santa Nhá Chica, que é o nosso Rio das Mortes. Nhá Chica viveu muito tempo em Baependi, construiu sua vida lá, mas nasceu num distrito, numa comunidade rural de São João del Rei, que é o Rio das Mortes. Estamos preparando a região para poder receber os romeiros, os fiéis, para poderem conhecer esses territórios. Isso é turismo. Há o componente religioso, mas também turismo.

Qual o outro tipo que temos? O turismo esportivo. A realização de eventos, de atividades esportivas mobiliza um número significativo de atletas, de pessoas que vão para poder comparecer a essas competições. O Brasil, não faz muito tempo, recebeu aqui um grande evento, que foi a Copa do Mundo. Quantas pessoas não vieram para o Brasil em decorrência do turismo esportivo derivado dos eventos esportivos?

Há mais tipos? Sim. Turismo de negócios. Gastronomia, deputado Mauro Tramonte, o turismo de gastronomia. As pessoas querem conhecer a culinária, as regiões que têm culinárias específicas, típicas, os mercados. Isso tudo traz também o turismo de gastronomia.

Temos o chamado turismo de eventos, que são as cidades que sediam e recebem eventos importantes, presidente. Turismo de eventos ou então turismo de negócios, que são os grandes eventos corporativos, que são os grandes seminários, que são os congressos, os fóruns. Então, precisamos também ter essa agenda do turismo de negócios ligados à atividade econômica.

Percebem como aqui consegui trazer vários aspectos que coloca o turismo mais conectado à atividade de desenvolvimento econômico do que pode ocorrer na sua redução da sua atividade somente cultural? Então era isso que eu queria discutir e acho que o governador marcaria um gol e teria o meu voto favorável neste ponto, que seria a criação da secretaria. Agora, nós, deputados, se chegarmos juntos, coletivamente à conclusão de que isso é importante, poderemos propor. “Ah, deputado, vai criar mais uma estrutura?” Ora, podemos então dizer para o governo que a criação de uma secretaria de comunicação não tem o apelo que tem a criação de uma secretaria de turismo por todos os motivos que aqui já expus. Por que vamos criar uma estrutura burocrática, com mais cargos e que vai onerar o orçamento – porque parece que o governo propõe dobrar o orçamento de publicidade – por uma questão que não tem impacto e relevância no interesse da sociedade mineira?

Deputado Carlos Henrique, se o governo propõe a criação de uma secretaria de comunicação porque precisa melhorar a comunicação do governo, eu entendo que esse argumento tem fragilidade a partir do que foi o resultado da própria eleição. O que seria a comprovação da eficácia do governo com a sociedade mineira seria o resultado eleitoral. Ele poderia ter dito o seguinte: “Fui mal na eleição porque não consegui me comunicar e contar para o mineiro”. Olhem, ele foi eleito no primeiro turno. Isso é demonstração de que o governo está conseguindo, sim, dialogar com a sociedade mineira. Esse não é o problema. Porque, não sendo esse o problema, vão pairar dúvidas. Quer criar uma estrutura para quê? Ou para ter um aparelhamento da estrutura de comunicação... E veja que já recebi críticas de que essa proposta aqui traz para dentro dessa Secom a Rede Minas e a Rádio Inconfidências, que são duas empresas de comunicação mineiras tradicionais, que já passaram por vários governos e nunca foram contaminadas. Agora, os trabalhadores dessas empresas combinados também com os trabalhadores de comunicação em Minas Gerais, os sindicatos trazem uma preocupação: será que agora as empresas estatais, que são do interesse do povo mineiro, estarão mais a serviço de promoção das ações de um determinado governo? Ou estaria então o governo também pensando em fazer a chamada promoção pessoal da pessoa e não do governo, da pessoa Romeu Zema, porque em 2026 poderia disputar um cargo de senador, de presidente ou qualquer outra coisa? É

legítimo que queira disputar, que coloque o seu nome, mas isso não pode ser condicionado à verba pública, pago com os impostos duríssimos do povo mineiro.

Então, trago aqui essa análise para que reflitamos se nós, deputados, entendemos, para que não digam que estamos criando muitas secretarias. Que nós possamos dizer para o povo de Minas Gerais se para nós é mais importante uma secretaria de comunicação, da qual o governo não precisa porque demonstrou isso com o seu bom desempenho eleitoral, mas que vai onerar o dinheiro público, ou se vamos dizer para o mineiro: “Olha, sobre isso aqui vamos dizer para o governador que não precisa, mas podemos colaborar com o governo apresentando uma emenda com a separação, com a criação específica de uma secretaria de turismo para melhorar o desempenho econômico de Minas Gerais”.

Aqui nesta Casa muitos colegas têm dito o seguinte: “Minas tem de buscar alternativas para as suas atividades econômicas; Minas não pode ser um estado tão dependente, por exemplo, da mineração”. Não é isso que falamos muito aqui, que acaba que ficamos muito reféns da mineração? Já fizemos até crítica ao governador, porque, às vezes, ele é leniente demais com a atividade. Ninguém aqui é contra, inimigo da mineração, mas, às vezes, as regras precisam ser regras que não criem problemas, como foi Mariana, Brumadinho e como está sendo a Serra do Curral.

Enfim, mineração é uma safra só: acabou, acabou. Depois que você explorou, comeu a serra, arreventou com o bioma, é uma safra só. E a gente vive dizendo isto aqui, na Assembleia: temos que pensar alternativas, temos que pensar alternativas. O que nós estamos fazendo? Desprezando o óbvio, desprezando o óbvio. Guimarães Rosa tinha uma frase muito célebre. Não, não é aquela que Minas são muitas, não; outra que dizia o seguinte: “O animal satisfeito dorme”. Então, o governo, satisfeito com o desempenho da atividade turística em Minas Gerais – é um bom desempenho, mas ainda longe de ser o ideal e o possível, até mesmo por ações mais espontâneas do setor privado do que por própria ação do poder público –, negligencia uma atividade que já está posta, colocada e construída e que pode ser a grande saída para Minas Gerais como alternativa das suas atividades. Eu vou bater nesta tecla, insistir nesta tecla: precisamos aqui discutir a criação de uma secretaria de turismo. No governo federal, nós temos o Ministério da Cultura e o Ministério do Turismo; aqui, na Assembleia, nós temos Comissão de Cultura e Comissão de Turismo. Por que o governo não pode ter uma pasta para cuidar da política pública, para buscar recursos, para ir à Embratur, para ir ao ministério, para conversar com o setor privado, para dar dimensão, para colocar como prioridade na ordem do dia, em evidência o Estado de Minas Gerais como um estado turístico de fato, e não só um estado exportador de commodities? É evidente que a gente sabe da importância do nosso leite, do nosso café, do nosso gado, da mineração, com todos os problemas que a gente aqui discute dos impactos ambientais e sociais, mas eu acho que desprezar o óbvio é o pior que pode ocorrer para a agenda de um governo.

Então, colegas deputados, se o governo não entender isso tudo que nós dissemos aqui, nós podemos fazer esse ajuste necessário para que o Estado tenha essa priorização, que é a questão da atividade turística. E aqui, claro, existem outras questões sobre que nós precisamos conversar e que estão inseridas nesse debate.

Eu apresentei emendas relacionadas também à Polícia Civil, que é a questão de garantir segurança jurídica na estrutura administrativa para a Polícia Civil. Estou apresentando uma emenda que trata também de aproveitar a oportunidade de falar em estrutura administrativa e de falar também do direito daqueles que compõem a estrutura administrativa e que são servidores. Estou apresentando uma emenda aqui que é muito importante. É uma emenda que é importante e que já tem inclusive um respaldo de constitucionalidade de decisão do Supremo Tribunal Federal. Eu explico: estamos propondo que os servidores do Estado de Minas Gerais possam ter redução da jornada de trabalho para 6 horas quando for um servidor com um tipo de deficiência e comprovação da necessidade para tratamento e quando o servidor tem um dependente, seja o filho, seja o companheiro, sejam os pais, que convive com ele e também precisa de tratamento. Vamos dar um exemplo: pais de pessoas com deficiências, pais de pessoas com autismo, que têm que fazer terapia, que têm que ir à fono, que têm que ir ao psiquiatra – e são tratamentos contínuos. Que esse servidor tenha o direito à redução da sua jornada para 6 horas. Há legalidade? É evidente que há. A legalidade existe porque o Congresso Nacional

aprovou a lei federal, e uma decisão do Supremo expandiu os seus efeitos para os demais trabalhadores que estão na mesma condição. Eu poderia até dizer o seguinte: na verdade, se a gente for à Justiça, a gente ganha. Mas por que precisaremos trazer esse transtorno, esse trabalho, essa luta, essa dificuldade aos servidores estaduais se podemos normatizar isso nos termos da lei como uma proposta de emenda que estamos apresentando? E todos nós aqui falamos demais sobre isso.

Nós estamos entrando, gente, no mês da conscientização sobre autismo. Dia 2 de abril é o dia internacional. A Assembleia vai promover um conjunto de atividades e agendas sobre isso, sobre essa pauta. E muitos colegas aqui – eu já dei uma pesquisada – têm projetos de lei ligados à inclusão social, têm projetos de lei ligados a pessoas com deficiência, têm projetos de lei em defesa dos servidores. Espero muito que os colegas que tenham essa sensibilidade – eu tenho certeza de que serão todos –, mas, de maneira especial, aqueles que inclusive já propuseram algum tipo de legislação voltada à defesa da pessoa com deficiência e também à defesa dos nossos servidores, que tenham uma sensibilidade com a nossa pauta, com a nossa proposta. E volto a dizer, colegas: já há um precedente legal por decisão do Supremo Tribunal Federal. Então, ninguém vai estar brigando com o governador se caminhar conosco nessa matéria. É extremamente possível. Então, eu quero também trazer essa questão para que a gente abra aqui esse debate.

Presidente, eu vou encerrar aqui o meu debate do projeto neste momento, porque eu acho que as questões mais importantes eu consegui tratar aqui. Só me permita ver se, dentro da pauta que eu preparei, que eu elaborei, existe algo de que eu tenha me esquecido, porque eu acho que aqui nós temos que fazer um debate muito importante e um debate muito qualificado sobre a reforma administrativa e os seus impactos. Há outros impactos, mas eu tenho certeza de que há colegas que poderão tratá-los até com mais propriedade do que eu tratei, e sobre aqueles que eu fui procurado de maneira objetiva para cuidar, eu consegui pontuar de maneira importante.

Então, é isso. Eu agradeço aqui aos colegas que tiveram a paciência de nos ouvir. Ao longo da tramitação da proposta, das emendas, 1º turno, 2º turno, voltarei à tribuna para a gente conversar mais e tentar avançar na proposta de reforma administrativa que ora é apresentada. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Cristiano Silveira. Com a palavra, para discutir, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Muito bom dia. Queria cumprimentar o presidente Tadeu, Tadeuzinho, e cumprimentar também os meus líderes, Jean Freire e Ulysses Gomes neste dia que não é um dia bonito, é um dia que mostra esse novo velhíssimo, oligárquico jeito de governar.

Estão hoje em pauta dois projetos extremamente impopulares: a reforma administrativa, que, em alguns setores, a gente pode chamar de desmonte, não de reforma, como é o setor do meio ambiente – daqui a pouco quero falar um pouco sobre isso –, e também o aumento em 300% do salário do governador, o Sr. Romeu Zema.

É muito hipócrita a forma como o governo trata isso, mas a hipocrisia, afinal de contas, é uma das características das oligarquias mineiras, não é? A gente vê, por um lado, o governador sustentar o discurso de que servidor público tem privilégios; a gente o vê defender, a ferro e a fogo, aqui, na Assembleia Legislativa e em todos os espaços, uma proposta de Regime de Recuperação Fiscal, cuja ideia é privatizar todo o Estado; a gente o vê arruinar e congelar os salários dos servidores públicos; e, por outro lado, no mesmo texto da reforma administrativa, a gente vê, aqui, uma tentativa de aprofundar um processo que já está em curso, ao passar os serviços públicos para as OSs e as Oscips, em prejuízo da própria prestação do serviço público, dos direitos dos trabalhadores, dos direitos da população de Minas Gerais, que fica prejudicada quando os serviços são precarizados ao não serem realizados diretamente pelo poder público. E ainda, por outro lado, o governador está propondo um aumento de 300% no seu salário. É mole, Macaé? Não é mole, não! É o velhíssimo jeito de governar.

A reforma administrativa é um rearranjo da forma como se opera e como se estruturam as secretarias, teoricamente. Por trás dessa reforma administrativa, a gente vê várias outras questões que estão para além do rearranjo das estruturas. A gente vê, de fato, a tentativa de venda, de fechamento de serviço, como o serviço da Fucam, e de aparelhamento de estruturas do Estado, principalmente

de comunicação. A gente percebe uma visão extremamente equivocada sobre o desenvolvimento social, a segurança alimentar, sobre a política de drogas, sobre moradia, sobre tudo. E nós, nos últimos dias, estivemos aqui, Beatriz Cerqueira, Ulysses Gomes e vários outros, como o Betão e a Lohanna, fazendo um processo de obstrução dentro desta Casa, com o objetivo não de alterar substancialmente a reforma, porque, enfim, isso não está colocado, infelizmente não está colocado, mas com o objetivo de reduzir o que seriam os maiores danos.

Eu queria aqui reconhecer, de público, o papel da deputada Beatriz Cerqueira na Comissão de Administração Pública, e agradecer, para que todas as pessoas vejam, a importância desse trabalho hercúleo que você fez, de não dormir à noite, de estudar ponto a ponto a reforma, de mobilizar a sociedade e de garantir que, mesmo com o governo tentando passar o trator e passar a boiada, as pessoas fossem ouvidas. Pelo seu trabalho muito fundamental de obstrução da reforma, em um cenário absolutamente masculino, onde vimos você ali cercada de vários homens – e não estou colocando que todos os homens são machistas, mas, sim, falando do cenário. Imaginem a Bia lá, cercada, em um cenário com, mais ou menos, 10 homens parlamentares! E um desses homens, sempre na sua masculinidade frágil, frágil e frágil, tenta estufar o peito e gritar com uma mulher da Casa. Essa foi uma violência muito grande, e eu acho que é uma violência não só contra você, Bia, mas contra todas nós, mulheres, e também contra todo o bloco, porque, fazer resistência e oposição, é regimental. Infelizmente o nosso Regimento ainda não combate, de forma séria, o machismo, a LGBTfobia e a violência. Nesse caso, o problema, de fato, está no Regimento, porque um homem não pode fazer isso com uma mulher, não pode usar a chamada imunidade parlamentar para agredir uma mulher que está ali exercendo uma importante tarefa de obstrução. Então, a minha solidariedade a você, e, ao mesmo tempo, o meu agradecimento, porque, em vários dos pontos mais terríveis da reforma, conseguimos começar a ter uma perspectiva de reversão, graças ao trabalho da oposição nesta Casa. E isso é extremamente importante.

Eu queria começar a falar sobre a questão da reforma administrativa em geral, sobre os pontos que a gente considera mais danosos, e eu queria começar com a criação da Secretaria de Estado de Casa civil. Eu não acho um problema criar novas secretarias; não acho um problema criar novos espaços institucionais; eu acho um problema quando isso é feito para acomodar interesses eleitorais. Desde as eleições, ficou se buscando um lugar para se colocar o Marcelo Aro, de todos os jeitos: “Vai para Brasília; fica em BH; é uma representação do governo lá; o que vai fazer e o que não vai fazer”. E aí se cria a Secretaria de Estado da Casa Civil, que tem esse objetivo de fazer articulações. Eu entendo que a Secretaria de Governo já teria essa competência, mas, tudo bem, estão criando, aqui, uma nova secretaria para fazer essas articulações institucionais.

Por falar em Brasília, Zema é bem cara de pau, não é, gente? É bem cara de pau, porque, embora ele tenha agredido toda a esquerda, agredido o presidente, inclusive no dia 8 de janeiro, em que aconteceram os atos antidemocráticos lá, em Brasília... Falar atos antidemocráticos, é pouco, porque são atos fascistas e, em alguma medida, até terroristas, porque a gente está falando, de meses antes, da tentativa de explosão de uma bomba em um aeroporto, e o nome disso é terrorismo. Então, diante dos atos terroristas e golpistas, o Zema tem a coragem de falar que o governo não estaria satisfeito com essa situação. Olhem que hipocrisia! E esse mesmo governador, que fala essas coisas, não sai de Brasília. Fica correndo atrás do Lula, para cima e para baixo; fica correndo atrás do Lula para ver Regime de Recuperação Fiscal; fica correndo para tentar colocar as garras dele em cima do Aeroporto Carlos Prates; enfim, fica é tentando se movimentar, de todos os jeitos, para dar sequência ao seu projeto privatista. Talvez essa secretaria tenha a ver com isso, não é? Mas vamos que vamos!

A respeito do segundo ponto que eu queria colocar aqui, confesso que ele tinha pouca apropriação sobre a temática dos policiais civis e do Detran, e, em uma audiência pública ocorrida aqui – a importância das audiências públicas tem a ver com isso –, é de se perceber que, na verdade, hoje, o Detran concentra uma grande quantidade de recursos de arrecadação. Ele é o segundo órgão do governo que mais arrecada, arrecada por meio de licenciamento de veículos, multas, enfim, tudo, não é? Essa arrecadação, segundo os policiais civis, é o que está por trás da mudança desses policiais para a Secretaria de Planejamento. Eu acho isso bastante grave e acho

que, além disso, o texto deixa de forma muito... Ele dá um cheque em branco. Estou até tentando achar aqui o termo, mas esse meu papel está um pouquinho desatualizado; eu estava no outro. Mas é o texto em que ele fala que passa a serem definidas pelo Poder Executivo as arrecadações orçamentárias, as disposições, tudo do Detran. Então, de fato, é o governo querendo botar as mãos talvez para utilizar, para outras funções que não a mobilidade de trânsito, o recurso do Detran-MG. Isso foi bastante denunciado pelos servidores que são contra, que são contra essa mudança referente ao Detran.

No caso da segurança alimentar, a gente conseguiu, tem conseguido negociar e reverter, não é? Porque o governo acha que não tem gente passando fome em Minas Gerais. Só pode! Além das declarações do governador de que as famílias receberiam o auxílio emergencial, que rolou em Minas, assim, de maneira patética, reduzida, insuficiente para aquele momento da pandemia, ele ainda teve a coragem de falar que os R\$50,00 iriam ser usados em bares e não desenvolve qualquer política de segurança alimentar, não desenvolve de forma correta as políticas da Emater, as políticas que precisam ser feitas. Os conselhos, como o Consea, têm sido obstaculizados aqui. E aí a reforma administrativa eu acho que mostra um pouco dessa tentativa de desmonte da segurança alimentar ao tirar da Secretaria de Desenvolvimento Social, que é o órgão competente em combater a fome, e jogar na Seapa. Não é uma perspectiva de agropecuária. É bastante grave isso que aconteceu! Essa dimensão a gente espera conseguir reverter, porque isso não é tema menor. A fome, no Estado de Minas Gerais, não é tema menor. A gente precisa pensar, de maneira estrutural, as políticas de segurança alimentar.

Outro ponto importante que talvez tenha passado despercebido para muitas pessoas é a perspectiva que o governo tem relação à saúde mental e ao acolhimento às pessoas em abuso de álcool e outras drogas. A gente tem que compreender que as políticas que devem tomar conta disso são as de saúde e, em alguma medida, em interface com a assistência – unidades de acolhimento transitório, Cersams, que são as estruturas, Caps –, são aqueles equipamentos públicos reconhecidos pelo SUS que podem, de alguma forma, aliviar a situação de dor e sofrimento mental das pessoas que estão em abuso de álcool e outras drogas. Mas não. O governo não prevê, praticamente na política de saúde, as questões de álcool e outras drogas, retira da Sedese, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que também deveria ter uma competência correlata, e joga tudo para a Sejusp – a Segurança Pública. A perspectiva que o governo tem para as pessoas que estão em sofrimento mental e, às vezes, em abuso de álcool e outras drogas é o encarceramento, é a violência; não é tratamento, não é acolhimento. Então, vocês que estão aí com os seus familiares nos assistindo pela TV e com os seus familiares em situação de abuso de álcool e outras drogas, numa situação de dependência que demanda um tratamento de saúde, um tratamento de acolhimento institucional, a resposta que o governador tem para os seus familiares é mandar para a prisão, é fazer com que a polícia oprima, é tratar isso como a guerra que o Estado faz contra as pessoas pobres, a chamada guerra às drogas. Não tem nada a ver com o cuidado, não tem nada a ver com o serviço de inteligência, não tem nada a ver com o acolhimento das pessoas que estão vulneráveis numa situação de dependência química. Esse ponto também da reforma esperamos reverter e apresentamos emendas nesse sentido.

Vamos embora falar da moradia, não é? Eu sou uma militante pelo direito à moradia há muitos anos. E o que a gente viu o governo fazendo, nessa reforma administrativa, foi a tentativa de fragmentar a política de moradia e esquartejá-la em três diferentes secretarias, porque aí as coisas, de fato, não se resolvem. A Companhia de Habitação do Estado, que deveria servir para a construção de moradia popular – e ontem a gente teve uma audiência sobre o Minha Casa Minha Vida e a recuperação das políticas de moradia no Estado –, tem sido, cada vez mais, uma agente do setor imobiliário. Tantos municípios... Eu estava conversando ontem com o Luizinho. Ele falou: “Aqueles imóveis todos que eu doei lá, no Sul de Minas, que os meus colegas prefeitos doaram no Sul de Minas para o Estado fazer a habitação de interesse social? Quer dizer que eles estão leiloando esses terrenos?”. Sim. Já há um tempo que a gente abre o site da Cohab e a gente lê assim: “Oportunidade. Lotes incríveis à venda em Santa Luzia, Juiz de Fora, Vespasiano, Triângulo Mineiro”. Esses terrenos deveriam servir para sanar o déficit de quase meio milhão de famílias que não têm casa no Estado de Minas Gerais. O problema da ausência de moradia, que é correlato também ao problema das pessoas em situação de rua, também tem a ver com a fome, porque, se você está pagando um valor abusivo de aluguel, você não come. Isso tem a ver com ausência de

políticas do Estado. A gente agora tem a perspectiva de retomar o programa Minha Casa Minha Vida, que é um programa importantíssimo. Mas, se o governo federal vai vir com o valor do programa para a construção das unidades habitacionais, o Estado e o município vão ter que vir com o terreno. Agora: que terreno, se a proposta da reforma administrativa é jogar a Cohab e seus terrenos na Secretaria de Desenvolvimento Econômico com a finalidade de privatizá-los e vendê-los? Que moradia popular a gente vai construir o nosso estado? Aí – não é, gente? –, quando acontecem os deslizamentos de terra, as enchentes que deixam milhares de pessoas desabrigadas, o governo do Estado vai lá, abre uma escola, abre um galpão, faz campanha de solidariedade para o pessoal doar roupa, doar água, numa política assistencialista, e, depois, abandona essas pessoas porque elas nunca vão ter uma perspectiva de reassentamento porque o Estado simplesmente não tem política de reassentamento para famílias vítimas de desastres socioambientais! O governo Zema... Os filiados do Zema ali, na Câmara Municipal de Belo Horizonte – era muito isso, não é, Macaé? – ficavam incomodadíssimos com a população em situação de rua. A proposta deles era levar embora de Belo Horizonte, prender em comunidades terapêuticas; a proposta deles era acabar com a população em situação de rua. Um vereador chegou a fazer um programa em que ele falava: “BH sem morador de rua, BH sem morador de rua”. Mas isso não era para tirar as pessoas para criar política habitacional, não. Ele queria exterminar essas pessoas, ele queria criminalizar essas pessoas.

Hoje, o Minha Casa Minha Vida, no governo federal, com a medida provisória que está lá em Brasília, está prevendo uma linha de habitação para pessoas em situação de rua, o que no governo passado não teve e que é um avanço, até porque a moradia tem que ser o primeiro direito. Uma família que, por uma situação de pobreza, de carestia, chegou a estar em situação de rua, e, durante a pandemia e a crise econômica pesada do governo Bolsonaro, com altas taxas de inflação, milhares de pessoas foram para as ruas... Gente, famílias inteiras com seus móveis, um fenômeno. Aqui, no Canto da Rua Emergencial, próximo do Centro de Belo Horizonte, eles narraram que todos os dias chegavam 10 novas famílias em situação de rua porque perdiam sua condição de moradia. Para essas famílias, não é abrigo; para essas famílias, não é restaurante popular que vai resolver. Essas famílias precisam de uma situação imediata de moradia porque, com um mês em situação de rua, você destrói os vínculos familiares. A quantidade de violência que uma pessoa sofre em situação de rua é enorme, por isso os movimentos da população em situação de rua têm dito que é preciso garantir a moradia em primeiro lugar, moradia primeiro. Isso chegou ao governo federal, está na medida provisória do Minha Casa Minha Vida, mas, para se efetivar aqui, no Estado de Minas Gerais, vamos precisar de terras, vamos precisar de espaço para a construção de moradia. Então, nós propusemos outra emenda para que a Cohab fique vinculada à Sedese, Secretaria de Desenvolvimento Social.

Fizemos outra emenda para que qualquer alienação de terreno não possa ser feita antes que seja analisada a viabilidade de construção de habitação de interesse social. Isso é importante, deputado Duarte Bechir, porque, se a gente tem tantas terras onde poderiam ser construídas moradias... Há umas em que não dá, há umas que são distantes, não têm infraestrutura urbana. Você não vai jogar o pessoal onde nem passa ônibus. Mas há outras que são bem localizadas, entenderam? Com a política do governo federal e o estímulo dos municípios, você constrói casa para o povo. Isso é muito, muito, muito melhor do que essa política de venda de terrenos, muitas vezes, a preço de banana, que o governo do Estado está praticando. É uma burrice vender terrenos, e, inclusive, como eu disse, a maior parte deles foram doados pelos municípios para a construção de moradia. Não é justo, agora, que eles virem ativos no bolso do Zema, sabem? Isso não é justo, não com meio milhão de famílias sem casa no Estado de Minas Gerais. Fizemos, então, emendas importantes nesse sentido.

Outra questão importante são as terras devolutas do Estado, também as terras devolutas do Estado. Aí vamos recuperar: sesmarias, capitâneas hereditárias e terras devolutas são terras habitadas por comunidades de pequenos agricultores que matam a fome do povo de Minas Gerais; são terras habitadas por comunidades indígenas, quilombolas e demandam uma política de regularização fundiária. O governo retirou o poder e o vigor das equipes técnicas para realizar a regularização fundiária nos últimos anos, e é importante registrar que eles falam: “Ah, a gente fez muita regularização fundiária”. Fizeram, mas as dos ricos porque depois da lei... Leleco, é treze mil, seiscentos e quanto a nova lei de regularização fundiária? Ah, treze mil, seiscentos e alguma coisa! Essa lei facilitou o processo de regularização de terras, inclusive, em áreas públicas, só que as regularizações de terras começaram a ser não só

aquelas de interesse social, de quem não tem condições de pagar, de quem tem o interesse de moradia, de plantação, que são os pequenos agricultores, mas também começaram a permitir a regularização da grilagem, das fazendonas, dos grandes agricultores do Estado. Esses, sim, tiveram alguma regularização no governo Zema, porque eles pagam aos técnicos para poderem fazer. Eles têm ali quase que um puxadinho dentro da Seapa para poder fazer isso. Agora, as comunidades indígenas, quilombolas e de pequenos agricultores precisam contar com a assessoria técnica do Estado, o que não foi feito; e, além de não ter sido feito, agora de novo o Estado quer mandar para a Sede as terras devolutas, quer vender tudo. (– Intervenção fora do microfone.) Oi? É a Lei nº 13.465, a nova Lei de Terras do Brasil, que abriu o campo para a grilagem. Ela facilitou alguns processos, mas abriu o campo para a grilagem também, não é? E agora, assim, a gente tem esse problema de a Sede, recebendo essas terras devolutas, tratá-las da mesma forma como as terras da Cohab, na perspectiva da privatização, da venda irrestrita, da regularização apenas para quem tem poder econômico, quem está dentro do mercado, quem vai conseguir dar alguma remuneração para o Estado para essa regularização. Isso não está correto, isso não está correto. Essas terras não são do Estado.

A Célia Xakriabá, minha companheira deputada federal, fala que as terras devolutas “devem à luta”, “devem à luta social”, que, por anos, buscou o reconhecimento de comunidades quilombolas e indígenas, de pequenos agricultores, de catadoras de sementes, dos diferentes povos e comunidades tradicionais que fazem parte do Estado de Minas Gerais, não é? Então, a gente construiu outra emenda para que as terras devolutas continuem dentro de uma política de regularização fundiária. Aí vamos lutar para ampliar a assessoria técnica para que essa regularização seja para as comunidades que de fato precisam e que habitam as terras, e não para a grilagem. Não podemos admitir que vá para o desenvolvimento econômico, para a grilagem. Então, esse é outro ponto importante que a gente tem tratado em relação à reforma administrativa e que emendamos.

E aí, gente, agora... Ah, ainda a Mesa de Diálogo e Negociação. Muita gente talvez não conheça a história da Mesa de Diálogo e Negociação do governo do Estado, que é uma mesa que trata dos conflitos fundiários que acontecem no Estado. Lá em 2015, num momento em que a gente tinha situações emergenciais de despejo no nosso estado, inclusive, ameaça de despejo em Ariadnópolis, em Felisburgo, aqui, na Izidora, em todos os lugares, os movimentos sociais fizeram grandes jornadas de luta e pressionaram na época o governo do Estado, que foi aberto a essa situação e construiu a Mesa de Diálogo e Negociação com as ocupações urbanas e também os assentamentos rurais. Eu me assentei na época, dentro da Secretaria de Planejamento, para construir esse decreto. Foi de fato construída com os movimentos. Participei de várias reuniões, houve seminários para construir a Mesa de Diálogo. E a gente pensava: “Olha, precisa mediar conflitos?”. Porque moradia, política de terras não é um caso de polícia, não é um problema que a gente vai mandar para a segurança pública descer o cacete nas pessoas, é algo em que tem que se produzir moradia, produzir regularização, mas, para isso, tem de estar vinculada à Cohab, tem de estar vinculada à Seapa, tem de estar vinculada a uma possibilidade de regularização de terras. O governo Zema já começou a esvaziar um pouquinho a Mesa de Diálogo, sem conseguir dar uma solução final para as situações, porque afinal de contas queria vender as terras todas, não queria regularizá-las. E agora estavam tirando a Mesa de Diálogo dos espaços de governança, tirando a Mesa de Diálogo dos espaços de governança do Estado e a mandando para a Casa Civil, que não tem nada a ver com as situações de desenvolvimento econômico. Então nós também propusemos, de forma coletiva, emendas para que a gente consiga reverter isso e preservar a Mesa de Diálogo e Negociação, que tem evitado violências profundas aqui no Estado de Minas Gerais.

Agora, gente, queria trazer aqui outro tema importante, mais importante, que tratamos inclusive na Comissão de Meio Ambiente e que acho é o tema mais controverso que enfrentei na reforma administrativa, que é discussão sobre a Fundação Estadual do Meio Ambiente e a Semad. Na visão de servidores, ambientalistas e especialistas, a mudança estrutural no Sistema Estadual de Meio Ambiente, o Sisema, não se trata de uma reforma administrativa. A gente está falando de um desmonte das políticas que foram construídas até hoje de preservação do meio ambiente em um contexto em que a Fiemg pressiona mais do que nunca o governo para liberar e acelerar licenciamentos ambientais desvinculados de uma análise sobre o impacto ambiental real, sem o monitoramento de água, sem o monitoramento das serras, e querem acelerar os processos de licenciamento e grilagem a todo custo. Prova disso é que,

nos últimos tempos, a Secretaria de Meio Ambiente se viu rodeada de escândalos de corrupção. É Charles para cá, Serra do Curral para lá. Agora, várias pessoas estão indiciadas, indiciadas por exploração ilegal de lavra na Serra do Curral.

A tentativa de passar todo o processo de licenciamento ambiental, que hoje está na Secretaria de Meio Ambiente, para a Fundação Estadual do Meio Ambiente, extinguindo as Suprams, que são as superintendências regionais, é uma forma de desorganizar, de bagunçar completamente o tabuleiro para transformar a Feam num grande despachão de licenciamentos. A própria secretária falou: “A gente precisa acelerar os processos de licenciamento. Demora muito licenciar no Estado”. Eu não acho que demora. Pelo contrário, os projetos prioritários do governo têm passado a toque de caixa, igual a essa reforma administrativa, igual a essa reforma administrativa! E querem transformar a Feam nesse grande despachante de licenciamentos, desvinculada de um processo de fiscalização, desvinculada de um processo de avaliação e monitoramento.

E isso é muito grave, porque a gente vive uma situação aqui hoje em Minas Gerais em que as barragens de rejeito, as suas vertentes não aguentam uma chuva igual a que aconteceu no litoral Norte de São Paulo. Se cair 200mm/hora em qualquer dessas barragens, todos os especialistas falam que vai se romper. E, em todo período chuvoso, a população fica em polvorosa pelo risco de rompimento de barragens de rejeito. Já não têm paz a população de Congonhas, de Itabira, já não tem paz a população do Distrito de Macacos e de todo o Estado de Minas Gerais, porque o Estado virou um verdadeiro espaço de terrorismo de barragem, terrorismo de barragem. E a fiscalização de barragens, que antes era feita pela Feam, vai ser reduzida a pó quando a gente jogar todo o licenciamento ambiental para essa superpoderosa do licenciamento. Imaginem, gente, a pressão da Fiemg inteira sobre um único presidente, um único órgão, que vai controlar todo o processo de licenciamento ambiental. Isso é um absurdo.

Aí a Semad vai falar: “Não, nós vamos fiscalizar as águas, as terras, monitorar, planejar”. Mas quem vai fiscalizar essas pessoas que estão fazendo esses licenciamentos a toque de caixa, que estavam no dia em que a gente estava aqui, na Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana, que a Assembleia Legislativa criou, para a repactuação, fazendo uma audiência pública lá em Mariana, junto com a Renova, para a ampliação da Barragem de Fundão? Quando se romper uma nova barragem, porque todo mundo fala: “Não. É se vai se romper”. Infelizmente o desmonte da política ambiental anterior já fez com que algumas das nossas barragens sejam bombas-relógio. A pergunta não é se vai se romper, é quando vai se romper. Quando se romper, quando se romper outra barragem, quem vai ser responsável por essa fiscalização? É a Feam ou a Semad? Essa mistura no tabuleiro é uma forma de confundir a população, confundir servidores e reorganizar as coisas em função do interesse econômico da Fiemg. Essa é a opinião de pessoas que trabalham dentro da Secretaria de Meio Ambiente. Essa é a opinião de pessoas que trabalham dentro da Feam, que nos procuraram e estiveram com a gente aqui, na audiência pública presidida pelo presidente da nossa comissão, Tito Tores.

Nós vamos deixar isso acontecer? A Assembleia Legislativa vai deixar isso acontecer? Vai deixar uma reforma bagunçar ainda mais o Sistema de Meio Ambiente, em que a gente não sabe quem fiscaliza, mas sabe que licencia, porque a Fiemg vai fazer fila na porta da Feam? Eu acho isso extremamente grave. Além de ser grave a situação de colocar os Comitês Brumadinho e Rio Doce na Secretaria de Planejamento. Gente, o que reparação de atingido tem a ver com planejamento? Deve ser por isso que o recurso de pactuação do crime da Vale, em Brumadinho, ao invés de servir para os atingidos, que agora estão inclusive vendo as suas assessorias técnicas sendo estranguladas pelo sistema de Justiça financeiramente, tendo que deixar de atuar, estão vendo o recurso ir para uma obra de rodoanel, que quer botar asfalto para desmatar área de preservação permanente, APAs, passar em cima de mananciais, igual ao Vargem das Flores, e cortar ao meio povos e comunidades tradicionais, além de despejar de suas casas cerca de 15 mil famílias. Eu não sei o que atinge mais. O crime de Brumadinho foi de proporções inimagináveis, não é, gente? A gente está falando da morte direta de 273 pessoas e depois da morte indireta, por autoextermínio, naquele mesmo ano, de 176 pessoas na cidade de Brumadinho e, no ano passado, de 82 pessoas. Essas foram as taxas de suicídio depois do crime da Vale, em Brumadinho.

Agora nós vamos transportar o recurso que deveria ser para a reparação para a construção de um rodoanel metropolitano, sendo que a gente poderia ter discussão sobre outras alternativas mais limpas, mais ecológicas e mais eficientes de mobilidade urbana no nosso estado. Mas não, enfrentar a máfia do transporte metropolitano ninguém quer, a solução é só fazer o rodoanel. Colocar dinheiro para resolver o Anel Rodoviário de Belo Horizonte ninguém quer, nós queremos é fazer outro, entenderam? Produzir mais crimes ambientais e sociais com o recurso que deveria ser para fazer alguma justiça àquelas pessoas que perderam seus familiares, que perderam suas plantações, que perderam seu rio. Não existe reparação. Vida não volta, o rio não volta, a paisagem urbana não volta. Jogar os Comitês de Brumadinho e do Rio Doce na Seplag é outra violência contra a população atingida, e esse é outro aspecto da reforma administrativa de que a gente também discorda imensamente, não é?

Eu havia dito para o presidente, através do Arnaldo, que eu ia fazer uma fala de 15 minutos, mas não deu. Porque eram muitos pontos, e são muitos mais na reforma administrativa. Eu ainda nem abordei aqui a questão da extinção da Fucam e a tentativa de venda desses terrenos. O aparelhamento da rede de televisão pública, a Rede Minas e a Rádio Itatiaia... Aqui a gente precisa se dividir para dar conta de tantos ataques. Então a minha companheira Macaé, a Bia, a Lohanna tocaram de maneira excelente nesses pontos. A gente foi caminhando junto com elas e tentando focar em todos, para conseguir cobrir as diversas questões da reforma administrativa. Mas, para não estender tanto mais, eu vou encerrar por aqui dizendo que esse desmonte do Estado, que está sendo proposto pela reforma administrativa, precisa ter uma política de redução de danos mais séria. E eu espero que a gente consiga, de fato, cumprir o que foi acordado na Comissão de Administração Pública em relação aos primeiros termos do que deveria ser mudado na reforma administrativa. Mas, mais do que isso – e aí eu peço apoio da Bia, do Jean Freire, da Macaé, de todo o Bloco Democracia e Luta, que tem feito obstrução a esse processo –, que a gente não relegue a questão do meio ambiente para segundo plano, porque esta Assembleia Legislativa não pode ser só o espaço de enxugar lágrima quando a lágrima escorre. A gente precisa colocar um fim ao desmonte da política ambiental no nosso estado.

É isso. Muito obrigada. E vamos seguir firmes.

O presidente – Obrigado, deputada Bella Gonçalves.

Questões de Ordem

O deputado Ulysses Gomes – Presidente, acompanhando toda a discussão e vendo que não há quórum suficiente, eu queria pedir encerramento de plano da reunião.

O deputado Gustavo Valadares – Recomposição de quórum, presidente. Eu pediria aos deputados da base de governo que se dirigissem ao Plenário para a recomposição de quórum, por gentileza.

O presidente – É regimental. Peço ao deputado Tito Torres para que faça a chamada dos deputados e das deputadas, para a continuidade dos trabalhos.

O secretário (deputado Tito Torres) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 35 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Bom dia, presidente; bom dia, colegas parlamentares. Peço desculpas pela voz, mas eu gastei toda a minha voz nas 10 horas de debate da reforma administrativa ontem. Vou frustrar qualquer colega que ache que vou debater as violências que sofri, porque, quando a gente faz isso, a gente se desloca do nosso lugar. Eu tenho competência para estar aqui discutindo reforma administrativa, e é isso que eu vou fazer, porque as violências são para nos impedir de exercer o nosso trabalho parlamentar. Então nós vamos debater aquilo que interessa à população mineira, às pessoas que pagam os nossos salários, às pessoas que nos elegem.

O nosso desafio é tentar traduzir todo este calhamaço que está aqui, que é o Projeto de Lei nº 358/2023. O que reforma administrativa tem a ver com a vida das pessoas? Porque o que nós estamos fazendo aqui só tem sentido se a vida das pessoas se tornar melhor do que é. A maior parte da população mineira enfrenta dificuldades reais, dificuldades que se relacionam a sua mobilidade; ao ônibus superlotado; à passagem que está cara; ao problema do asfalto da rodovia, que precisa de manutenção; àquelas famílias que ainda enfrentam desemprego estrutural. Então é sobre isso, nós precisamos fazer da política o lugar... Fazer com que a vida das pessoas melhorem.

Então o que essa reforma administrativa tem a ver com a vida das pessoas e por que nós lutamos pelas alterações, por que fizemos um intenso processo de obstrução na Comissão de Administração Pública e por que nós do Bloco Democracia e Luta fomos o único bloco que promovemos debates públicos sobre a reforma administrativa? Esse é o primeiro ponto que me chama a atenção, Professor Cleiton. V. Exa., que preside a Comissão de Cultura daqui da Casa, liderou duas audiências públicas que debateram os impactos da reforma administrativa nas áreas da cultura e da comunicação pública. Na Comissão de Meio Ambiente, foi de autoria da deputada Bella o requerimento que originou a audiência que aconteceu, nesta quarta-feira, de manhã, que debateu o que é a reforma e os seus impactos em toda a estrutura do meio ambiente do Estado. Com requerimento de minha autoria e dos deputados Betão, Professor Cleiton, e das deputadas Macaé e Lohanna, realizamos na Comissão de Educação o debate sobre os impactos da reforma administrativa no que se refere à educação.

Então percebam que nós fomos o único bloco parlamentar a fomentar o debate público sobre as consequências dessa reforma administrativa nas suas diversas áreas. E, se tivéssemos um tempo melhor, e não essa correria em que o governo quer aprovar a reforma administrativa, nós teríamos feito uma audiência exclusiva para debater os impactos na Sedese e todos os absurdos que o governo do Estado propôs de desmonte da política da Sedese. Então nós também faríamos esse debate, se não fosse esse processo corrido que o governo tenta fazer.

É claro que existe uma tática do governo. O governo está com várias propostas e medidas que estão impopulares. O governo mede o momento em que as medidas impopulares devem ser feitas, e é no seu primeiro ano de governo, de forma que depois ele cuide para que as pessoas se esqueçam do aumento do próprio salário do governador, da retirada de participação popular na definição do orçamento e de uma reforma administrativa que tem pouco de reforma administrativa. Então é uma tática. A primeira questão que eu acho que é importante a população compreender é que essa corrida tem a ver com aprovar proposições que são impopulares, rapidamente, sem muito debate, sem que as pessoas compreendam o que está acontecendo, de modo que, daqui a um ano, dois anos, três anos, as pessoas não tenham mais a memória dos problemas e das medidas impopulares que o governo aprovou aqui, no seu primeiro ano do seu segundo mandato. Então tem a ver com isso.

Bem, eu quero então tratar de cada um dos pontos da reforma. Nós já conseguimos alterar algumas questões com emendas nas comissões, mas o trabalho para fazer as alterações necessárias continua, porque o projeto que está aqui, agora, no Plenário, para a discussão é uma proposta que tem muitos problemas. Eu quero inclusive começar falando sobre o impacto no meio ambiente. Meio ambiente tem a ver com a nossa sobrevivência, com a nossa saúde, com não termos enchentes que devastam os nossos territórios, com termos o direito ao modo de vida das comunidades quilombolas, das comunidades tradicionais – isso tudo tem a ver com o meio ambiente –, a não termos mais barragens estourando e devastando mais uma bacia, como foi a devastação da Bacia do Rio Doce, como foi a devastação da Bacia do Paraopeba, a não termos mais assassinatos oriundos de rompimento de barragens, como a morte de 20 pessoas em 2015 e o assassinato de 272 pessoas em 2019. Quando nós debatemos as questões do meio ambiente é sobre o direito à água para a população e não da transformação da água em uma mercadoria a serviço dos grandes empreendimentos minerários, como é o que passa a população de Conceição do Mato Dentro hoje e é o que passará a população de todo o Norte de Minas com aquele megaempreendimento que está lá tentando se impor, devastando as comunidades da região.

Então, quando nós debatemos as questões do meio ambiente nessa reforma, nós queremos alertar para tudo isto: como é que vai ficar a fiscalização das barragens; como é que vai ficar o cumprimento da legislação estadual Mar de Lama Nunca Mais, que foi aprovada na Assembleia depois do segundo crime da Vale, que foi o crime de janeiro de 2019, com o assassinato de 272 pessoas; como vai ficar o processo de fiscalização dos crimes que as grandes mineradoras cometem nos territórios e ficam impunes. Então é sobre isso quando nós dizemos que essa reforma administrativa, no que se refere ao meio ambiente, tem muitos problemas. E ela não pode prosperar da forma como está hoje.

Então eu vou listar as discussões relacionadas a esse ponto, especificamente, porque, no projeto de lei... As pessoas que estão nos acompanhando, que quiserem ter acesso – o projeto de lei fica disponível no site da Assembleia Legislativa –, é o Projeto de Lei de nº 358/2023. As questões do meio ambiente estão lá no art. 14 e nos arts. 122 a 129 do projeto de lei. O primeiro ponto, então, que é importante que toda a sociedade saiba, é que o projeto de reforma administrativa do governo Zema promove um verdadeiro desmonte dos órgãos de meio ambiente do Estado. A serviço de quem esse desmonte está sendo proposto? Vocês já sabem que a Fiemg patrocinou um estudo que organizou uma nova legislação ambiental do Estado. Isso foi admitido pela própria secretária durante atividades do Assembleia Fiscaliza aqui, em 2022. Então o quanto de interesse dos grandes empreendimentos minerários está dentro dessa reforma administrativa? A serviço de quem esse desmonte está sendo proposto pelo governo Zema?

Vamos seguir aqui porque eu preparei vários pontos. A primeira questão, então, é como esse desmonte está acontecendo. Por que você precisa fragilizar órgãos de fiscalização? Por que você precisa fazer uma reestruturação com menos de 20 dias de discussões? Porque, no final, é isso, não é? Esse projeto de lei deve ter chegado aqui quando? No início de março. Está aqui: datado no dia 9 de março, protocolado aqui, e publicado no Diário do Legislativo no dia 10 de março. E hoje é dia 30 de março. Nós estamos falando de 20 dias corridos em que a gente buscou fazer todos os debates. Mas é evidente que o tempo é um aliado para que a sociedade possa compreender as discussões e os conteúdos dos projetos que estão aqui, na Casa. E por isso o governo corre, para que você não entenda todas as consequências desse projeto de lei, como ele vai impactar a sua vida.

O licenciamento ambiental hoje realizado pelas Superintendências Regionais do Meio Ambiente, de acordo com a proposta do governo, será transferido para a Feam, sem qualquer aporte de estrutura ou fundamento legal. O repasse do licenciamento ambiental à Feam vai comprometer a fiscalização de barragens de rejeitos, executada pela fundação após a Lei Mar de Lama Nunca Mais, fazendo com que a equipe técnica da Feam passe a atuar com base nas várias pressões e interferências de mineradoras sobre o licenciamento ambiental. Eu perguntei aqui, durante toda a semana, a quem vamos questionar quando a próxima barragem de rejeitos estourar. Porque se trata disso, se trata de quando e qual. Não é “se”, porque é inexplicável como que, depois de um grande crime, que foi o de 2019, da Vale, com 272 pessoas assassinadas e, antes disso, o outro crime da Vale, Samarco e BHP, com 20 pessoas assassinadas em 2015, como nós não conseguimos fazer um processo mais rígido em relação às mineradoras!

O processo dessa reforma administrativa que está aqui, no que se refere ao meio ambiente, diz exatamente o contrário, de favorecimento. Então, quando faltar água na sua casa, isso tem a ver com essa liberação geral de grandes empreendimentos minerários. Quando nós começarmos a ter problemas relacionados à segurança alimentar, porque quem planta e coloca comida na nossa mesa é a agricultura familiar... A agricultura familiar não sobrevive onde há grande empreendimento minerário. Então, quando tivermos, em determinadas regiões do nosso estado, problemas relacionados a abastecimento e à segurança alimentar, isso diz respeito a esse projeto de lei. É isso que impacta a nossa vida, um projeto de lei de uma reforma administrativa que está sendo muito mais do que uma reforma, uma mera reorganização administrativa e burocrática do Estado.

Além disso, a reforma administrativa cria na Feam uma diretoria específica para a mineração e a indústria, o que, na prática, representa a priorização de licenciamentos ambientais sobre os interesses das mineradoras e da Fiemg. É uma continuidade da Suppri, que já é uma superintendência que cuida muito dessa área estratégica, ou seja, a Superintendência de Projetos Prioritários, que o Estado alega estar extinguindo. Então nós temos aqui uma abertura ainda maior para os grandes empreendimentos minerários. Vocês

se lembram de toda a luta que nós fazemos em defesa da Serra do Curral e de como tem sido difícil parar a mineração na Serra do Curral? É o próprio governo do Estado que reconhece que a mineração na Serra do Curral é utilidade pública; é o próprio governo do Estado que disse um sim à mineradora Gute, que, ilegalmente, começou a minerar a Serra do Curral. O que o governo faz quando se depara com crimes cometidos por mineradoras? Impede que essas mineradoras continuem? Não. Ele faz termo de ajustamento de conduta para legalizar o que está ilegal, imoral. É inconcebível que houvesse uma liberação de mineração na Serra do Curral. Então as nossas proteções, todas as nossas lutas de defesa das serras terão contra esse trabalho das comunidades, da sociedade, uma diretoria de mineração. É assim que a reforma administrativa impacta a nossa vida.

Quem é da região da Zona da Mata e tem a Serra do Brigadeiro, aquele importante lugar de recarga hídrica que é a Serra do Brigadeiro, lá, permanentemente, é uma região ameaçada pela mineração. E se a mineração avançar na Serra do Brigadeiro, por exemplo, a região terá um forte impacto relacionado à segurança alimentar, porque é uma região de muita agricultura familiar, que ficará sem água, com o avanço da mineração. E, agora, o que o governo Zema faz? Cria uma diretoria temática exclusiva para as mineradoras. Então o ataque ao meio ambiente vem de dentro da Secretaria de Meio Ambiente, com o reforço de uma estrutura que, cada vez mais, facilita a vida das mineradoras.

Eu me recordo de que, nas visitas que fizemos à Serra do Curral, em 2022, este era um dos pontos de que os ambientalistas sempre falavam: “Como que, cada vez mais, a Semad está substituindo a própria mineradora nos procedimentos internos de favorecimento da mineradora”? Cada vez mais, a Semad tem se tornado um instrumento a serviço dos grandes empreendimentos minerários e não a serviço do meio ambiente. Por isso nós somos contrários às alterações que o governo Zema está promovendo na área do meio ambiente. Se ele acha que precisaria de uma nova estruturação, poderia ter proposto um projeto de lei específico, que tivesse tempo para um real debate aqui, no Parlamento mineiro.

Mas o debate não é o forte do governo Zema. E eu digo isso porque, das cinco audiências que foram realizadas, por iniciativa do Bloco Democracia e Luta, o governo, além de subsecretários ou da secretária que, de forma muito genérica e superficial, apresentaram a reforma, não fizeram o debate, porque os questionamentos que nós fazíamos não eram respondidos. E os próprios colegas parlamentares que vão votar a favor da reforma também fizeram pouca discussão em relação aos pontos da reforma, no sentido de que as atividades das comissões durassem pouco, fossem rápidas, para que o projeto chegasse rapidamente ao Plenário da Assembleia Legislativa.

Então para que uma diretoria específica de mineração? Ao que nós vamos assistir, no próximo período, caso a reforma passe, da forma como está em relação ao meio ambiente, é um fortalecimento dos grandes empreendimentos minerários dentro do governo Zema. Então, na minha avaliação, o governo Zema mentiu para sociedade, em 2022, quando disse que estava protegendo a Serra do Curral. Mas ele não protegeu a Serra do Curral porque, entre proteger e liberar a mineração, primeiro, ele liberou a instalação da Tamisa para depois começar a dizer que estava pautando a proteção da Serra do Curral. Mas, primeiro, ele liberou para a Tamisa, de modo que, agora, a Tamisa possa discutir, judicialmente inclusive, procedimentos e impedir que a proteção avance. Então se o governo Zema quisesse defender a Serra do Curral, por exemplo, primeiro, teria feito um procedimento de proteção da Serra do Curral, pautando o dossiê de proteção lá, no Conselho do Patrimônio Cultural.

Nós fizemos esse debate, desde 2021, na Assembleia. E o conselho nunca pautou a proteção. Aí o outro conselho da área do meio ambiente pautou a liberação da mineração. Depois de aprovado naquela reunião on-line, de madrugada, começou a fazer portarias dizendo: “Vamos proteger a serra”. Não é verdade. A serra não está protegida. O fato de haver diretoria exclusiva para a turma da mineração é dar um recado à sociedade: entre a proteção e a mineração, que vai destruindo os nossos territórios, o governo Zema está fazendo a opção pela mineração. E essa opção fica muito explícita aqui, quando a gente lê o conteúdo da reforma administrativa que o governo está propondo no que se refere à questão do meio ambiente.

Há um aspecto importante. Em relação a essa parte da reforma administrativa, no que se refere ao meio ambiente, eu não sei como ela recebeu parecer por constitucionalidade, juridicidade e legalidade na Comissão de Constituição e Justiça. É um bom debate. Porque a reforma administrativa na área ambiental ainda afronta a Lei Complementar nº 140 de 2011, ao repassar o licenciamento ambiental para a Feam e manter toda a estrutura de fiscalização ambiental na Semad, centralizada nas decisões do subsecretário de fiscalização ambiental. Então, nós estamos diante de uma situação irregular, uma reforma administrativa que contraria uma legislação federal. Para piorar, vale lembrar que o cargo de subsecretário de fiscalização ambiental foi trocado 11 vezes durante a primeira gestão do governo Zema, atribuindo a função a seus aliados políticos. Esse é um debate importante porque o governo Zema faz um discurso técnico, não é? Daqui a pouco, a gente vai entrar num debate sobre o salário do governador, do vice e de seus secretários. Ele tenta convencer a sociedade de que esse aumento que ele está propondo é uma questão técnica. Esse debate de pessoas com capacidade técnica é uma narrativa para tentar nos convencer de que a ocupação desses cargos se daria de forma técnica. Isso não é verdade.

Outro dia, deputado Betão, alguém compartilhou comigo a seleção, se eu não me engano, para as superintendências regionais de ensino, que aconteceu agora. Eu respondi no “Zap”: não esquenta, porque, no final, os cargos serão de indicação política, como já foram no governo passado, como já foram. Nós vimos aqui, no ano passado, qual colega parlamentar fez a indicação de qual pessoa para qual superintendência, seja da área da saúde, seja da área da educação. Havia uma lista aqui. Nós vimos a lista das indicações de cada colega, quem ele indicava para qual superintendência. Quando se faz um processo de seleção, você dá uma narrativa de caráter técnico, que supostamente seria técnico, como eu respondi na mensagem de “Zap”: não se iluda, porque, no final, a indicação é política. É exatamente isso que nós temos visto cada vez mais, no que se refere às questões ambientais e à ocupação de cargos em áreas estratégicas relacionadas ao meio ambiente.

A reforma administrativa na área ambiental vai segregar assuntos importantes gerenciados atualmente pela Feam e pelo Igam, como a gestão do solo, a gestão das águas e dos rejeitos, de forma a dar contornos políticos a assuntos tratados de viés técnico. Então, a reforma está fazendo o contrário do discurso do governo, do partido do governador. Eles falam da questão técnica, da importância do técnico, mas a reforma tenta tirar a ainda existente parte técnica e o trabalho técnico, que é feito com muita competência pelos servidores ligados à área do meio ambiente. Por isso a gente defende concurso, por isso a gente defende a importância do servidor público em cada área, mas o governo está fazendo o contrário. Como ele, ainda no seu primeiro mandato, enfrentou resistências de áreas técnicas importantes que ainda existem na Secretaria de Meio Ambiente, ele agora tenta desmontar isso, dando um contorno cada vez mais político. Eu espero que essa reforma, como nós estamos debatendo, não passe aqui, na Assembleia. Mas, num cenário pessimista, se ela for aprovada com todas essas alterações ao meio ambiente, nós vamos muito rapidamente começar a identificar esses problemas nas próximas ações, gestões e na gestão do meio ambiente aqui, do nosso estado.

Nós também fizemos alguns questionamentos relacionados à política estadual de florestas plantadas que vai para a Secretaria de Agricultura, como se a política estadual de florestas plantadas não se relacionasse à política de floresta nativa. Ou seja, quando você separa essas duas políticas, vai haver problemas, porque, para que o controle ambiental aconteça, é importante que essas duas questões estejam na mesma pasta. Então, também é outro erro que nós identificamos no debate em relação ao meio ambiente, no que se refere à reforma administrativa.

Vou passar para outra pasta agora, que é a parte da educação. Vamos falar da educação. Eu ainda tenho um tempinho, não tenho? Tenho. Vamos falar da educação e dos problemas que nós identificamos. Primeiro, nós identificamos um problema no texto original, já corrigido no parecer, mas que colocavam o Conselho de Alimentação Escolar, o Conselho de Fiscalização dos Recursos do Fundeb e o Conselho Estadual de Educação subordinados administrativamente ao secretário. Qual é o problema disso, deputado? O problema é que esses dois primeiros conselhos que eu citei fiscalizam a execução do dinheiro, a execução do dinheiro que se refere ao transporte escolar e à alimentação. Aqui a gente viu muita propaganda do governo falando que agora as crianças comem na escola,

porque o governo prioriza, mas o programa de alimentação escolar é nacional. Então, não é uma questão específica do governo do Estado. O dinheiro da alimentação escolar chega à escola, e a fiscalização desse dinheiro é feito por quem? Por um conselho externo ao governo. Da mesma forma, acontece com o dinheiro do Fundeb, que é um fundo específico que, em Minas Gerais, deveria ser usado para valorização dos profissionais da educação, e nós já sabemos que não funciona aqui. Outro dia, eu encaminhei um pedido de auditoria ao Tribunal de Contas do Estado, porque o Estado não investe o dinheiro do Fundeb que recebe na valorização dos profissionais da educação. Em 2022, o governo finalizou o ano, em 31 de dezembro, com quase R\$2.000.000.000,00 em caixa, um dinheiro que ele deveria ter utilizado para valorizar os profissionais nas carreiras e na remuneração. Então, esses conselhos servem para fiscalizar o que o governo faz com o dinheiro, porque nós não temos um portal da transparência do Fundeb. Eu até tenho um projeto de lei sobre isso aqui, na Assembleia. Nós não temos um portal da transparência do Fundeb, algo interessante, porque nós estamos com um governo que diz que respeita o pagador de imposto, dá transparência do dinheiro público, mas a gente não consegue transparência do dinheiro público no caso da área da educação. Então, os conselhos são ainda mais importantes quando a gente encontra dificuldade num governo que não tem transparência. Como é que você coloca quem te fiscaliza subordinado a você? A conta não vai fechar, não é? Esse foi um erro que nós já conseguimos corrigir no texto.

Outro aspecto que a gente questionou muito é o lugar da Uemg e da Unimontes. A Uemg e a Unimontes têm um papel estratégico no desenvolvimento de Minas Gerais. Não há desenvolvimento se você não investe em pesquisa; não há investimento em pesquisa se você não fortalece as universidades estaduais, que além do ensino, da extensão, têm a pesquisa. Os últimos quatro anos foram muito difíceis para a Uemg e para a Unimontes pela completa ausência de autonomia. Toda vez – o deputado Professor Cleiton e o deputado Betão vão se recordar –, em cada Assembleia Fiscaliza que nós questionávamos qual era a proposta do governo para a Uemg e para a Unimontes, nunca conseguiam responder, ficava sempre para depois. A secretária, que foi quem participou da maior parte do Assembleia Fiscaliza, e o secretário, quando veio também... O Power Point deles nunca incluía a Uemg e a Unimontes. E, quando questionados pelos deputados, eles nunca conseguiam explicar o que estavam propondo, querendo, pensando a respeito dessas universidades. Então nos causou muita preocupação uma subsecretaria que era do primeiro governo Zema... O governo agora quer colocar a Uemg e a Unimontes numa assessoria. O que é isso? O governo não conseguiu explicar na audiência da Comissão de Administração Pública. Esse é outro aspecto de como a universidade não tem autonomia para fazer a sua gestão de recursos, para fazer a sua gestão de pessoal e para a expansão do seu trabalho aqui, em Minas Gerais. Então acho que esse é outro aspecto relacionado à pauta da educação.

Ainda relacionadas à educação, nós temos as questões que nós debatemos durante todo o dia de ontem na Comissão de Administração Pública. Nós levamos o conteúdo para o debate durante todos os momentos em que estivemos na Comissão de Administração Pública. Outro aspecto que nos causou preocupação é o que o governo pretende alterar em outra lei. Aí não é mais reforma administrativa. O governo usa o termo “reforma administrativa”, mas ele está fazendo mais coisas quando propõe uma mudança na lei estadual que fala sobre as OSs e as Oscips aqui no nosso estado. As organizações sociais, quando há contrato com o Estado, e as Oscips, que fazem termo de parceria, vão substituindo a gestão direta do Estado por uma empresa. No final, é uma empresa que faz a gestão na área da saúde, na área da educação. Nós debatemos muito os problemas relacionados às OSs no que se refere à educação, com o projeto Somar. O governo lançou três editais em 2021, usou dinheiro do Fundeb para pagar essas empresas em 2021 e entregou a gestão de três escolas da região metropolitana a essa organização social, que é uma organização social de Feira de Santana, na Bahia. Quando a gente foi pesquisar quem era essa organização social de Feira de Santana, a gente descobriu que era uma organização muito nova e que foi criada para começar a pegar dinheiro público e fazer supostamente a gestão na área da educação. Então, ela não tem experiência, ela não tem expertise, ela não tem conteúdo que dê conta de fazer a boa gestão de uma escola estadual. Nós continuamos a pesquisar e fomos identificando que era uma empresa com muitos problemas trabalhistas, que não cumpria as suas obrigações básicas de pagar salário aos seus funcionários. Alertamos sobre tudo isso; aqui no Plenário fizemos esse debate. O governo insistiu em fazer esse processo de privatização da educação, entregando a gestão dessas três escolas para essa OS lá

de Feira de Santana, que começou a acontecer em 2022. Qual foi a primeira denúncia que a gente recebeu? A OS não pagou o salário dos seus funcionários. Quando é uma OS, o servidor não é mais do Estado; não é convocação, não é contratação. Isso é importante para a categoria saber. Quando o Estado entrega a gestão de uma escola a uma OS, é a OS que faz a contratação de pessoal de acordo com os critérios dela. O contratado não é um servidor do Estado, ele não é convocado, não é contratado, não tem o salário do plano de carreira do Estado – não terá plano de carreira do Estado –, não tem, enfim, nenhuma das condições de um servidor vinculado diretamente ao Estado, como é hoje o servidor convocado ou contratado. Outro aspecto importante do processo de entrega da gestão da escola para a OS é que todos os servidores efetivos foram obrigados a sair das três escolas aqui da região metropolitana, e os contratados não continuaram contratados pelo Estado. Então, houve um fechamento de postos de trabalho pelo Estado, houve um remanejamento forçado dos profissionais efetivos do Estado dessas escolas, que foram realocados em outras escolas. Foi um processo muito difícil à época, e nós acompanhamos isso.

A gestão da escola por OS é uma gestão que tem assédio contra estudantes. Essa é outra denúncia que eu já recebi. A gestão de OS arromba armários dos professores. Sim, é isso mesmo! Uma das três escolas viveu essa experiência de arrombamento de armário feito pela própria gestão da OS. E aí, quando a gente pergunta ao governo do Estado qual é o balanço da experiência dessas OSs, o governo não tem nada para nos apresentar. E nos apresentar é apresentar à sociedade mineira. Nós colocaremos nossos filhos, netos, sobrinhos em escolas administradas dessa forma, sendo que o foco da empresa é fazer o máximo com o mínimo de recursos. Vai haver sempre uma precariedade. Eu recebi denúncias de trabalhadores que não tinham os seus direitos mínimos reconhecidos. No final do ano houve denúncias de demissões que aconteceram de forma arbitrária. E todas as denúncias que eu recebo sempre têm uma frase: “Não quero que meu nome seja divulgado, pois eu tenho medo”. Como a educação vai se transformar numa gestão de medo das pessoas? É por isso que nós lutamos no texto da reforma administrativa contra o que o Estado queria fazer. Essa experiência de OS, gente, é encantadora quando você não vive a realidade. Eles fazem um discurso falso de que as pessoas terão o mesmo direito se estiverem numa escola privada. Aí você imagina aquela grande escola privada com tudo o que ela oferece e vai pensar: “Nossa, meu filho vai ter direito a essa escola!” É mentira, porque as empresas que são contratadas, essas OSs, não são contratadas... O contrato delas, o edital não tem nada a ver com a ideia de uma grande escola privada. Ela vai pegar o dinheiro público, vai fazer uma gestão péssima, que é o que acontece hoje no projeto Somar. A gestão é péssima, a gestão tem problemas, tanto é que há uma investigação aberta do Ministério Público do Trabalho contra essa OS que administra aqui, tanto é que há uma representação nossa no Tribunal de Contas do Estado. O Tribunal de Contas do Estado não consegue fiscalizar de verdade o dinheiro que vai para a OS. Esse é um outro grande problema que identificamos em outros tribunais de contas de outros estados onde essas questões de OS estão mais avançadas. Aí, o que o governo faz na reforma administrativa e que tem a ver com a vida da gente? Ele tira uma série de critérios, requisitos, questões que tornam as OSs... Elas precisam cumprir muitas questões, apresentar muitas questões, precisam cumprir o contrato. O que o Estado faz com esse projeto é flexibilizar a tal ponto de retirar do texto da lei estadual a atribuição do Tribunal de Contas do Estado de fiscalizar as OSs. Ninguém me respondeu, durante os debates, porque até isso o Estado promoveu durante as mudanças que ele quer fazer em relação às OSs. Não acho que temos uma experiência boa e exitosa a ponto de querer ampliar, de forma irrestrita, de forma geral as OSs aqui no Estado.

Quando se ampliam as OSs, diminui-se concurso público, diminui-se nomeação de concursados, diminui-se direito à carreira desses servidores, porque os servidores de OS são contratações sempre precárias, sem nenhuma perspectiva. Então, até que ponto também isso prejudica o processo pedagógico que temos nas nossas escolas? Por que aquela formação continuada a que o professor tem direito, que está em toda a legislação, você oferta a um profissional que trabalha na OS que ninguém nos garante que no ano seguinte ele continuará trabalhando, dada a precariedade dos vínculos desses profissionais das OSs? Até porque a gestão é pelo medo, as demissões não têm critério e, portanto, são muito graves as alterações que o governo está propondo em relação às OSs.

Listei aqui o que se refere às OSs, de acordo com a proposta do governo Zema: flexibiliza as regras para a privatização de serviços públicos via OSs; retira a fiscalização dos gastos públicos que as OSs fazem pelo Tribunal de Contas do Estado; abre, isso

aquí eu achei bem grave também, para quem é do governo participar e receber recursos via OS; possibilita ampliar a contratação sem processo de seleção da OS, ou seja, você contrata um serviço por edital e depois você vai ampliando sem precisar de regra. É isso que o governo está propondo na reforma. Ainda flexibiliza a situação de empresas que não estejam cumprindo um contrato para continuar recebendo recursos públicos sem a obrigação de a administração pública encerrar o contrato por descumprimento do edital, a má administração do dinheiro público pela OS deixa de ser um problema para o Estado; retira também da Assembleia Legislativa o seu papel de fiscalização de OS; o Estado transfere para a OS a responsabilidade previdenciária do servidor que é seu, nas situações em que o Estado empresta o servidor para a OS. Além disso, instituições hospitalares privadas não gratuitas e escola privada podem se candidatar como OS. A atual legislação proíbe, porque os interesses de uma grande empresa, um grande hospital privado não é o mesmo interesse do SUS. A função social do SUS não é a mesma de um grande hospital privado ou de qualquer hospital privado. Então, quando você possibilita que esse grande hospital privado se credencie no Estado para pegar a gestão dos hospitais públicos, hoje, do Estado, em que medida teremos ainda mais dificuldade de realização de procedimentos de alta complexidade, de procedimentos que são importantes para a população, que deixarão de ser ofertados com a qualidade e na quantidade necessárias pelo SUS, através da rede de hospitais públicos, para que as pessoas migrem para planos de saúde? É gravíssimo, gente, é gravíssimo quando se misturam interesses públicos que são de toda a população com interesses privados de lucro, de negócios. É isso que o governo Zema está fazendo quando propõe as alterações por via dessa reforma administrativa e, como disse, tem muito mais do que uma reforma administrativa.

A síntese desse processo em relação às OSs é que o governo não está se importando em resguardar o interesse público. As experiências que avançam de OSs, Oscips, fazendo administração de grandes hospitais públicos é uma experiência péssima. Não melhora as condições. Podem verificar aqui da região metropolitana quantas vezes profissionais da área da saúde ficaram sem receber salários, ficaram sem receber condições mínimas, dignas, de trabalho dentro dos hospitais, dentro das suas unidades de saúde quando administradas por OSs ou Oscips. Então, de fato, requer um balanço melhor, mais aprofundado antes de se fazer essa liberação geral de OSs e Oscips.

Vamos continuar, agora, falando da comunicação.

Fizemos muito essa pauta da importância da comunicação pública, da sua importância estratégica, da diferença do que é você ter uma comunicação comercial e ter uma comunicação pública e a importância para a democracia e para a sociedade do fortalecimento de uma política de comunicação pública. Isso está em risco em Minas Gerais. O governo Zema está criando a secretaria de comunicação. Ele avaliou que é uma secretaria importante para divulgar as coisas do governo, as agendas de governo. De acordo com a reforma administrativa, a secretaria de comunicação teria a atribuição de comunicação institucional do governo, agenda do governador, cerimonial, etc. Se não me engano, está no art. 18 do projeto de lei. Então, o governo acha que precisa ter uma secretaria que vai cuidar da comunicação dele com a sociedade, da publicidade, dizendo do que o governo diz que faz. Então, essa seria a atribuição da secretaria de comunicação.

O que é a Empresa Mineira de Comunicação tem a ver com publicidade do governo? O que a Rádio Inconfidência e a Rede Minas têm a ver com publicidade da agenda do governador? Nada. A função da Empresa Mineira de Comunicação, da Rádio Inconfidência e da Rede Minas se relaciona ao Estado e não ao governo, se relaciona à cultura, a essa diversidade cultural que temos em Minas Gerais. E tanto é que nós temos, nas duas, tanto na rádio quanto na TV, programas que são extremamente respeitados pela população por trazerem essas trajetórias culturais. Quando o governo retira a Empresa Mineira de Comunicação da Cultura para colocar na secretaria de comunicação, ele vai transformar uma estrutura de estado que serve como um importante instrumento de fomento da nossa cultura num fomento de política de propaganda do governador. É gravíssimo. A Comissão de Cultura realizou duas audiências públicas sobre isso. Eu, como professora, também não consigo compreender como é que o governo está pagando a política de bibliotecas do Estado, porque isso também está sendo retirado na reforma administrativa da Secretaria de Cultura. Mas está tirando

e não está colocando em lugar nenhum. Então isso impacta a vida da gente. A cultura é importantíssima, o direito a uma biblioteca pública é algo importantíssimo. Nós tivemos, durante a audiência na Comissão de Cultura, relatos impressionantes dos problemas estruturais que a Biblioteca Pública Estadual daqui de Belo Horizonte enfrenta. Então nós precisaríamos de ter mais investimento em áreas que nos desenvolvem, em áreas que nos tornam melhores, em áreas que nos tornam menos ignorantes, em áreas que nos digam da realidade, em áreas que nos possibilitam nos desenvolver enquanto sociedade. Não é o que o governo Zema está fazendo ao acabar – ele vai acabar – com a ideia de uma comunicação pública, fazendo esse deslocamento da Empresa Mineira de Comunicação da Cultura para a Secretaria de Comunicação, que ele está criando. Então esse é um outro aspecto ao qual nós somos contrários na reforma. Eu votei contra a reforma ontem, na Comissão de Administração Pública, em que nós fizemos a votação no início da noite, quase 19 horas, e o nosso posicionamento foi esse.

Por fim, vamos falar da política de uma secretaria importantíssima, que é a secretaria de defesa da área social. É muito grave o que o governo fez. A deputada Bella abordou isso durante o seu debate agora há pouco. Como o governo retira a Mesa de Diálogo, que é uma instância importante da mediação de conflitos, da estrutura estratégica do governo do Estado? E essa mesa cumpre uma função social que é muito, muito importante.

Um outro aspecto do desmonte da política da secretaria que se relaciona com toda a agenda social do governo é quando, no ano em que o governo federal retoma a segurança alimentar como uma agenda prioritária do nosso país, para que a gente combata a fome, para que haja comida na mesa do povo, aqui, em Minas, o governo Zema faz o contrário. Retira a importância da função da segurança alimentar, retirando conselhos importantes da área social e jogando esses conselhos para a área da pecuária e da agricultura. O que segurança alimentar, que é uma área social, tem a ver com uma secretaria que tem um viés muito mais econômico, que é relacionado à pecuária?

O governo também retira a promoção de ações afirmativas para negros e negras, indígenas, quilombolas. Retira o enfrentamento da violência, a inclusão produtiva do jovem, o monitoramento e mediação dos conflitos sociais e as políticas transversais de igualdade das atribuições da Secretaria de Defesa Social. Ou seja, ele desmonta a política na área social do Estado, que já não tem muita coisa. E, de acordo com a reforma, deixam de fazer parte da estrutura da Sedese a Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos, o Comitê de Respeito à Diversidade Religiosa, a Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – olhem aí –, e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Falta só tirar o povo de Minas Gerais, deixar os grandes empreendimentos minerários, deixar a Fiemg junto. Porque a secretaria que cuida das questões relacionadas a toda a área social do governo está sendo desmontada nessa reforma, não é?

Então, quando você diminui conselhos, você diminui participação social, você torna um governo cada vez mais autoritário, antidemocrático, porque há uma fragilização permanente de conselhos de participação e de conselhos de controle social. O Conselho Estadual de Saúde enfrenta uma grande luta, porque o governo do Estado não respeita o conselho como uma instância deliberativa em várias questões que se relacionam à saúde. Então esta é a caminhada que o governo Zema tem, de não respeitar conselhos, de não respeitar relações democráticas da sociedade, que se aprofunda com as mudanças que o governo está propondo aqui, na reforma administrativa, que é muito mais do que uma reforma.

Então eu trouxe aqui vários aspectos que demonstram como o governo Zema usou do artifício de uma reforma administrativa para trazer questões que são muito maiores do que uma reforma administrativa. Alteração da legislação relacionada a OS e alterações estruturais na área do meio ambiente são alguns desses exemplos do desmonte da política relacionada à Sedese. Além do ataque à comunicação pública do nosso estado.

Então esses são alguns aspectos que fazem com que nós continuemos lutando contra essa reforma, para que o governo reavalie, faça as correções, e a reforma cumpra o seu objetivo, que é uma reorganização administrativa do governo, que de fato ele

tem o direito de fazer – que é tirar um cargo comissionado de uma secretaria e colocar em outro, que é criar uma secretaria para fazer a propaganda do governo. Faz parte da visão que o governo tem do que ele quer da sua estrutura. Mas ele está aproveitando da reforma para fazer mais do que isso.

Então, por isso o nosso trabalho na Comissão de Administração Pública, por isso o Bloco Democracia e Luta realizou tantas audiências públicas, e fomos os únicos que realizamos debates públicos. Por que a gente realiza debate público? Porque é a forma que a sociedade tem de participar. Quando a gente faz uma reunião interna, quando faz uma reunião de porta fechada, a sociedade não acompanha o debate. E ela tem o direito de acompanhar, e nós temos o dever de propiciar que haja esse acompanhamento.

Por fim, eu quero, ao finalizar, agradecer a gentileza das palavras da deputada Bella, do balanço que ela fez do nosso trabalho parlamentar na Comissão de Administração Pública. E quero também agradecer o afeto e a gentileza de toda a bancada de mulheres da Assembleia. São 15 mulheres parlamentares, que ontem nos encontramos – a grande maioria – na posse da deputada Ione Pinheiro, da Delegada Sheila, também da deputada Macaé Evaristo, da Lohanna e da Maria Clara, que assumiram liderança de bancada, assumiram a Procuradoria da Mulher aqui, na Assembleia, e a procuradoria adjunta. Naquele momento, eu fui cercada de muito afeto, eu fui cercada de muita gentileza e solidariedade de toda a bancada feminina, que nos lembrou que lugar de mulher é onde ela quiser e que o nosso trabalho parlamentar deve ser respeitado nesta Casa. Então, a minha gratidão às minhas colegas parlamentares por esse exercício. Nós somos uma bancada muito diversa, temos posicionamentos diferentes, temos posicionamentos ideológicos diferentes, mas nós temos a percepção, que nos une, do quanto nós, que estamos no espaço da política, incomodamos e do quanto a nossa competência incomoda ainda mais. Então, gratidão às minhas colegas parlamentares por todo esse afeto, generosidade e carinho que eu recebi, durante a tarde desta quarta-feira, entre os trabalhos da Comissão de Administração Pública.

São essas as minhas considerações, presidente. Eu finalizo a minha fala, e a gente continua seguindo para fazer o debate. Eu finalizo a minha fala, mas está faltando... Você quer um aparte, Leleco? Eu lhe dou um aparte, então. Ainda tenho um tempinho. É sua a palavra.

O deputado Leleco Pimentel (em aparte) – Quero agradecer à deputada Beatriz, que, além da capacidade e do conteúdo que tem ao discorrer por minutos importantes sobre o real sentido dessa reforma administrativa, ainda mantém, nessa solidez de uma pessoa que tem coerência com o que fala, uma sustentação de quase 1 hora de questões relacionadas, e diretamente relacionadas, à vida. Olhe, Beatriz, para além da sua síntese, que é para nós uma forma de compreender profundamente, é uma forma de sair da superfície...

O Sargento Rodrigues, que a antecedeu – toda vez que eu cito o nome de deputado aqui é sempre no sentido do respeito –, trouxe esses calhamaços, que ficaram aí dispostos nessa bancada, para demonstrar como o respeito ao tempo, àqueles que se dedicam de fato para entender um projeto dessa natureza, dessa envergadura é necessário. Eu quero parabenizar o Sargento Rodrigues, porque, além de tudo, as defesas profundas que fez são consoantes com a defesa que a deputada Beatriz faz. E com respeito, uma relação de respeito mútuo. Aqueles que se dedicam a trabalhar são notados, na Casa, pelo trabalho que têm. E, é claro, existem outros que ficam na superfície, não se aprofundam, não navegam para águas mais profundas.

Eu gostaria de trazer, aprendi também com a Beatriz, professora que é, como também sou, que a gente não vem aqui para dizer o que ela quis dizer ou para completar o que ela disse; nada disso. Eu vim dizer o que eu quero dizer. E o que eu digo é que um projeto de lei que traz uma proposta de aumento salarial surreal de 298%, eu vou arredondar, porque também vocês me dão um desconto de 2%... O Zema mandou uma proposta de reajuste salarial de 300% de aumento escalonados. Eu vou dizer aqui para não duvidarem da minha palavra: enquanto o Zema dizia que não precisava de salário, que doava... Eu não sei para quem ele doa aquele trem, mas, se quiser doar para algumas entidades nossas que, inclusive, têm muito trabalho e que, com R\$10.000,00 por mês, fazem a diferença... É uma cozinha comunitária, é também algum projeto de horta, de agroindústria para as mulheres. Existe tanto lugar,

Beatriz, que faz a diferença, com R\$10.000,00 por mês, numa comunidade inteira. Mas ele está abrindo mão agora de doar o salário. Até hoje, eu não sei para quem ele doa. Quero fazer um requerimento para saber para quem ele doa. De 2023 para 2024, o aumento significa R\$37.589,00. Eu vou dizer de novo: R\$37.589,00. Para o ano de 2024, o salário dele vai para R\$39.717,69. Vou repetir: R\$39.717,69. Já em 2025, ano em que, se Deus quiser – eu acho que vai ser antes –, nós podemos ficar livres do Zema, ele vai receber o equivalente a R\$41.845,49, deputada Beatriz. Eu quero dizer que, com esta palavra que diz o que eu quero dizer, aquele que negava a política, dizendo que não era político, acabou de dizer que gostou e que agora é político. É o político que mandou esse monstro horrível que está aí dentro dessas páginas, que eu duvido, eu duvido que a maioria dos deputados aqui tenham sequer folheado para entender. Eu não estou desafiando aqui as pessoas porque acho que elas não trabalham, não. Eu estou dizendo que é impossível, no limite de tempo, termos condições de analisar alguma coisa tão profunda, que, conforme disse a Beatriz Cerqueira, não é apenas de uma reforma administrativa. É o projeto de destruição do Estado entrando no segundo tempo. É como se, por analogia, a gente tivesse uma partida de futebol em que, no primeiro tempo, o time combinasse de perder. Eu quero fazer essa analogia lembrando da última legislatura desta Casa, que foi a 19ª. Parece-me bem interessante, Beatriz, que nós tenhamos aqui uma análise do quanto esta Casa avançou permanecendo com a sua independência como propósito. Foi isso que foi comemorado, aqui, diante do ex-presidente Agostinho Patrus, e foi esse o motivo também da eleição do deputado Tadeu Leite. O deputado Tadeu Leite buscou uma energia importante para enfrentar inclusive outras candidaturas impostas pelo governador do Estado e colocou, numa única voz, nesta Casa, a expressão da independência do Parlamento. Eu faço esta palavra, deputado Tadeu Leite, com imenso respeito, porque eu sei que, na composição da Mesa, na indicação das lideranças à presidência das comissões, para o tratamento republicano e democrático da Casa, eu não tenho que tirar uma vírgula e de propósito digo que, na sua condução, que quero parabenizar, no mês em que as mulheres puderam presidir todas as sessões, o senhor manteve o compromisso. Não é à toa que muitas companheiras deputadas estiveram neste púlpito, garantindo, com alta relevância, cuidado, generosidade e sensibilidade, as pautas do mês. Parabéns!

Mas não posso dizer o mesmo para esse projeto de lei do governo, que, infelizmente, vai atormentar sua vida, a vida de quem é sério, e vai dar uma ligeira sensação ruim para aqueles que não vão conseguir colocar a cabeça no travesseiro, porque vão ver o efeito maléfico desta proposta de reforma administrativa, que acaba com o servidor, que acaba com as políticas públicas. Então, deputada Beatriz, obrigado pelo aparte. Parabéns! Para sustentar, com coerência e ética, em cima deste púlpito, tem que ser muito grande, e V. Exa. é grande. Parabéns. Obrigado.

A deputada Beatriz Cerqueira – Obrigada, deputado Leleco. São essas as minhas considerações, presidente. Mas me permita, ao encerrar, também agradecer a gentileza, a generosidade e o afeto que eu recebi dos servidores e das servidoras aqui, da Assembleia Legislativa, ontem, além, evidentemente, da generosidade e do respeito de todos os líderes de bloco que respeitam o meu trabalho e não pactuam com nenhuma forma de violência política de gênero. Então, muito obrigada.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Com a palavra, para discutir, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Uma boa-tarde a todas as companheiras e a todos os companheiros. Boa tarde, presidente, senhoras e senhores, público que nos acompanha. Presidente, acho que a gente está num processo de debate importante deste projeto de lei em relação à reforma administrativa. Sem dúvida nenhuma, é pública e é notória a participação direta da oposição nas comissões, dos deputados membros de cada uma das comissões, no nosso embate, que começa com um entendimento muito claro de que é legítimo e natural que todo o governo possa promover suas mudanças. O governo que entra na sua casa, digamos, tem o direito de mexer conforme acha melhor. Mas dentro de um processo democrático também é legítimo e natural que se faça o debate e a oposição, nesse caso, não ao Estado de Minas, mas à forma de governar que nós estamos vendo, e que se comece a pontuar mudanças, alterações, questionamentos e propostas para que essa mudança não venha a ferir aquilo que é essencial, que é o serviço público, que são os programas e as políticas públicas essenciais.

É exatamente este o nosso debate: a grande preocupação que nós estamos tendo de ver uma reforma que atinge direito de servidores, que atinge direitos da população mineira, quando políticas públicas correm o risco de serem prejudicadas. No caso específico da saúde e da educação, quando a gente vê a perspectiva de privatização desses serviços, através de OSs e de Oscips, é muito grave. Então a população, que talvez não compreenda o debate que a oposição está fazendo de tentar melhorar, através da discussão desse projeto e proposta, precisa saber que é legítimo da nossa parte apresentar isso. No entanto, nós não podemos deixar de fazer uma avaliação política de que a eleição do governador Zema, apesar de ter sido reeleito no ano passado, no primeiro turno, foi – e a gente percebeu isso no primeiro turno – uma eleição de primeiro turno, a partir da campanha que ele fez, recheada de enganação à população e de mentiras. Eu não tenho dúvida em afirmar que se o governador Zema tivesse se portado, no primeiro turno, como ele fez no segundo, atacando o presidente Lula, usando claramente a máquina pública para a eleição do segundo turno, muitas das pessoas, dos cidadãos mineiros e mineiras que votaram nele, não teriam votado. Então nós tivemos um primeiro turno que se escondeu através de uma candidatura nacional do seu partido, mas que, no segundo, a posição dele expôs claramente a que ele veio. Então ele venceu, obviamente a democracia prevê isso legitimamente, mas, dentro desse resultado eleitoral, há um processo político em que ele enganou a população, e o debate no segundo turno provou isso, porque ele tentou, a todo momento, reverter o resultado eleitoral nacional em Minas e não conseguiu. Prova da questão política de que ele não conseguiu é o próprio resultado aqui, nesta Casa. Nenhum dos deputados do Novo foram reeleitos, o que mostra que a política liberal que ele tenta implementar em Minas Gerais não é a política que o povo mineiro escolheu. Podem ter escolhido o Zema governador, mas a forma de governar não foi totalmente aprovada, porque, no conjunto daqueles que o apoiavam, nós não tivemos o mesmo resultado.

É a partir deste princípio que o debate se legitima ainda mais. Na função democrática e constitucional, aqui, na Assembleia, de debater todos os assuntos, é que a oposição vem, em cada uma das comissões, em cada um dos projetos aqui votados, discutindo e apresentando caminhos que nós compreendemos... E os acordos aqui comungam, caminham para isso, para que o aperfeiçoamento, não na lógica do que o governador quer, mas naquilo que é melhor para Minas, seja lapidado aqui, na Assembleia.

Então, nesse sentido, os avanços que nós tivemos, através dos debates, para que, neste primeiro momento, a reforma administrativa pudesse caminhar, sobretudo na mesa de diálogo, é que a gente está garantido, nessa mudança para o 1º turno, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – que nós estamos garantindo a permanência – e do Consea, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, junto à Sedese. Eles são fundamentais para a garantia dessas políticas públicas que, até então, na proposta de reforma administrativa do governo, se perdiam na sua característica e objetivo-fim. O retorno do texto de ações fundamentais, por exemplo, do licenciamento e fiscalização ambiental de atividades e destinação final de resíduos sólidos e urbanos que nós estamos apresentando é uma garantia.

É importante a gente ressaltar que o debate é fundamental, sobretudo na Comissão de Administração Pública. E não posso deixar de ressaltar aqui o papel da deputada Beatriz Cerqueira, do deputado Professor Cleiton, da deputada Bella, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; do nosso companheiro e líder deputado Doutor Jean Freire, da deputada Lohanna, enfim, de todos que estão aqui e que, ao longo dos dias e da semana, aprofundaram o debate. Mas isso não encerra o debate da reforma administrativa. O procedimento, para aqueles que nos acompanham, é o seguinte: nós vamos apresentar dezenas e dezenas de emendas ainda em 1º turno, o que faz com que o projeto não seja votado hoje. Ele vai voltar à comissão na próxima segunda-feira para que a gente possa continuar esse processo de diálogo e de negociação e para que, na terça-feira, a gente possa votar em 1º turno.

Então, obviamente, os avanços trazidos pelos debates nas comissões nos garantem uma certa segurança em seguir tramitando com o projeto para que a gente possa obviamente votá-lo em 1º turno na semana que vem, mas nós vamos continuar ainda num processo de debate para que as emendas possam ser aprofundadas e consequentemente aprovadas, presidente – a gente conta com isso. E quero já registrar esse entendimento com o líder do governo, deputado Gustavo Valadares, para que a gente não entenda que o encerramento da discussão hoje seja o encerramento do processo de discussão.

Então, registrando, presidente, esse nosso posicionamento de que ainda há muito a avançar, apesar dos avanços que tivemos, nós vamos, através das emendas apresentadas logo em seguida, nos aprofundar junto à comissão. Vamos contar muito com o entendimento e a compreensão do presidente da Comissão de Administração Pública, deputado João Magalhães, para que a gente possa avançar nesse sentido.

Questões de Ordem

O deputado Ulysses Gomes – Presidente, para que a gente possa continuar esse debate, haja vista que a gente está ainda com coro ocioso aqui, eu queria pedir a manutenção do meu tempo e a recomposição de quórum, aliás, o encerramento de plano para que a gente possa continuar no dia seguinte esta reunião.

O deputado Gustavo Valadares – O deputado Ulysses já se antecipou a mim, já anteviu que eu não deixaria encerrar de plano e pediria a recomposição, então, fazendo coro com o líder Ulysses Gomes, eu quero pedir a recomposição de quórum.

O presidente – É regimental. Solicito ao deputado Douglas Melo para que faça a chamada das deputadas e deputados.

O secretário (deputado Douglas Melo) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 39 deputados. Portanto há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu queria pedir 2 minutos da atenção de V. Exas. Vou me permitir, presidente, deixar de lado o debate da reforma para falar um pouco da nossa vida aqui. E aí eu queria pedir a atenção de todas e de todos, porque, com certeza, a trajetória de cada deputado e deputada aqui, na sua legítima busca por aquilo em que acredita, tem por trás de seu trabalho equipes maravilhosas, pessoas que certamente contribuem para a construção da história de cada um. E, dentro da história legítima do mandato de cada um, existe aquilo que a gente carrega muito no nosso trabalho, que é a coletividade, o trabalho que nos une. Ao longo desses anos aqui, na Assembleia, tenho certeza de que muitos servidores ajudaram e ajudam muito a construir a história da própria instituição. É óbvio que, dentro dos legítimos debates democráticos, blocos de oposição e de situação, nos nossos enfrentamentos, têm por trás desse suporte técnico pessoas que também compõem esse coletivo. Além de cada deputado e deputada aqui, nós – o nosso bloco, que, muitas vezes, foi de oposição, mas também já tivemos a honra de ser bloco de situação – tivemos não só um deputado; nós tivemos aquele... (– Emociona-se.) Nós tivemos, ao longo desse tempo, alguém que aqui, muitas vezes, chamamos de superdeputado. Era e é o deputado 78. Perdoem-me um pouco a emoção! Eu estou aqui há 12 anos, mas, antes de ser deputado, esse amigo Carlos Eduardo Araújo Morato, o nosso superdeputado Carlão, durante 23 anos, dentre os quais 20 anos ocupando a mesma função, nos liderou. Desde novembro do ano passado, quando ele me disse que iria – ele não está aceitando o tema “aposentar-se” – parar de trabalhar, que era a escolha da vida dele, eu venho tentando convencê-lo a ficar com a gente um pouco mais de tempo. Eu falei para ele: “Você escolheu nos deixar exatamente na hora em que eu ia liderar, junto aos deputados e às deputadas, o nosso bloco”. Mas é uma escolha. Ele tem o direito e a honra também de poder escolher este momento de parar.

Então, Carlão, nós estamos, de forma singela, também quebrando um pouco o protocolo para entregar a você uma homenagem assinada pela maioria dos deputados; e outros vão continuar assinando – e tenho certeza de que outros que já passaram por aqui têm por você o mesmo carinho, respeito e admiração – esta singela homenagem: “Nosso agradecimento e homenagem a Carlos Eduardo Araújo Morato, o superdeputado Carlão, por todos os anos de dedicação. A sua disposição em ajudar e o seu conhecimento sempre foram um suporte valioso para a nossa atuação coletiva, forte na Assembleia Legislativa de Minas Gerais”. Parabéns, meu amigo! Muito obrigado. Eu encerro a minha discussão aqui, presidente.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. Não há outros oradores inscritos.

– Vêm à Mesa as Emendas nºs 4 a 71, que foram publicadas na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto três emendas do governador do Estado, encaminhadas por meio da Mensagem nº 16/2023, publicada em 29/3/2023, que receberam os nºs 1 a 3, uma da deputada Maria Clara Marra, que recebeu o nº 4, quatro da deputada Ana Paula Siqueira, que receberam os nºs 5, 9, 10 e 11, duas do deputado Ulysses Gomes, que receberam os nºs 6 e 7, uma do deputado Delegado Christiano Xavier e da deputada Delegada Sheila, que recebeu o nº 8, duas da deputada Lohanna, que receberam os nºs 12 e 13, duas da deputada Andréia de Jesus, que receberam os nºs 14 e 15, duas do deputado Doutor Jean Freire, que receberam os nºs 16 e 17, onze do deputado Professor Cleiton, que receberam os nºs 18 a 28, uma do deputado Coronel Henrique, que recebeu o nº 29, treze do deputado Sargento Rodrigues, que receberam os nºs 30, 33 a 38, 41, 42 e 54 a 57, uma da deputada Bella Gonçalves, que recebeu o nº 31, oito da deputada Macaé Evaristo, que receberam os nºs 32, 40, 43 a 46, 50 e 69, quatro das deputadas Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves e Lohanna, que receberam o nº 39 e 47 a 49, dez do deputado Cristiano Silveira, que receberam os nºs 51 a 53, 60 a 64, 66 e 67, duas da deputada Bella Gonçalves e dos deputados Leleco Pimentel e Luizinho, que receberam os nºs 58 e 59, uma das deputadas Bella Gonçalves e Leninha e dos deputados Leleco Pimentel e Luizinho, que recebeu o nº 65, uma da deputada Marli Ribeiro, que recebeu o nº 68, e duas das deputadas Delegada Sheila, Marli Ribeiro e Chiara Biondini, que receberam os nºs 70 e 71; informa ao Plenário que as Emendas nºs 1 a 3, do governador do Estado, foram incorporadas ao parecer da Comissão de Administração Pública e serão arquivadas, nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno; deixa de receber, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, as Emendas nº 53 e 63, do deputado Cristiano Silveira, por serem idênticas, respectivamente, às Emendas nºs 33 e 55; e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha as demais emendas com o projeto à Comissão de Administração Pública para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 415/2023, da Mesa da Assembleia, que fixa os subsídios do governador, do vice-governador, dos secretários de Estado e dos secretários adjuntos de Estado, nos termos do inciso XXI do art. 61 da Constituição do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu serei breve, mas não poderia deixar aqui de discutir esta matéria, que é o PL nº 415. O PL nº 415 é de iniciativa da Mesa da Assembleia, por força da Constituição da República e da Constituição do Estado, que prevê o reajuste dos vencimentos do governador, do vice-governador e dos secretários de Estado. Eu não vou entrar no mérito, até porque há realmente uma defasagem, e aqui a minha tônica não é essa, desde 2007. Você não pode ter um secretário de Estado ganhando um salário congelado desde 2007. Eu disse lá na Comissão de Administração Pública, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e na Comissão de Segurança, no mandato passado, que não haveria problema nem ser relator da matéria. Mas o projeto não passará pelas comissões, porque é de iniciativa da Mesa, e quem vai dar o parecer é a Mesa, que também é uma comissão da Assembleia.

Portanto o salário do governador, já a partir do dia 1º de abril, alcançará a cifra de R\$37.589,96 e chegará também à cifra de R\$41.845,49 a partir de fevereiro de 2025. Eu quero apenas aqui, deputado Zé Guilherme, deputado Gustavo Valadares, deputado Cássio Soares, dizer o seguinte: eu não venho aqui contestar, porque é justo. Essa recomposição da perda inflacionária é justa. O governador foi ao seu Twitter e postou a seguinte publicação – e eu também não venho aqui falar que ele está errado, pelo contrário –

no dia 24/3/2023, dizendo o seguinte: “Para Minas continuar avançando, é preciso atrair e manter os mais competentes nos quadros técnicos. São mais de 15 anos de congelamento dos salários dos secretários estaduais, situação incompatível com o cargo. Agradeço à Assembleia de Minas, que apresentou, a meu pedido, PL que resolve o problema”.

Da mesma forma, nós apresentamos também uma emenda ao PL nº 415, e a emenda trata da recomposição da perda inflacionária dos integrantes das forças de segurança pública. E por que nós apresentamos? Porque, obedecendo à mesma lógica do governador, para mantermos os competentes integrantes das forças de segurança pública em Minas Gerais, é preciso valorizá-los. E nesse período? No período entre 2015 e 2022, nós tivemos uma inflação de 59,47%; 59,47%. Mas o que tivemos de recomposição da perda inflacionária? Tivemos 13% em 2020 e 10,06% em 2022, portanto nós tivemos 24,03% para uma inflação de 59,47% no período. O que eles estão apresentando? Uma emenda para que os salários dos servidores integrantes do quadro da segurança pública – policiais civis, policiais penais, policiais militares, agentes socioeducativos e bombeiros militares – também possam ser recompostos da inflação na ordem de 35,42%. É isso que nós estamos fazendo, também com justiça, da mesma forma que nós precisamos recompor os salários do governador, do vice-governador e dos secretários de Estado. Eu não tenho absolutamente nada contra, pelo contrário: eu votarei favoravelmente, mas é preciso que o governador enxergue que os homens e mulheres da segurança pública também estão sofrendo com a inflação que vem corroendo os seus salários hoje com a defasagem de 35,44%. Então o apelo que eu faço ao governador, ao vice-governador Mateus Simões, ao secretário de Governo Igor Eto, à secretária de Planejamento e Gestão Dra. Luísa Barreto é que enviem imediatamente o projeto de lei para esta Casa ou aproveitem este momento para aprovar, para pedir à Mesa da Assembleia, na pessoa do seu presidente, o deputado Tadeu Martins Leite, para também aprovar essa emenda, porque essa emenda é apenas para recompor a perda inflacionária.

Então eu quero aqui, presidente Tadeu Martins Leite, dizer que eu gostaria muito de contar com a mesma sensibilidade do governador, com a sensibilidade do vice-governador Mateus Simões, dos seus secretários que fazem interlocução nessa área, que são a Dra. Luísa Barreto e o secretário de Governo Igor Eto, para que essa emenda que nós apresentamos a esse projeto possa fazer justiça e não permitir que a inflação venha corroer os salários dos integrantes das forças de segurança pública. Sabe por quê, deputado Zé Guilherme? Para que a gente não precise ganhar as ruas novamente, para que a gente não precise fazer manifestação. Então, da mesma forma que ele entende que o salário do governador, do vice-governador, dos secretários de Estado estão defasados – e estão, porque não há secretário que aguarde ganhar R\$10.500,00 em um estado do tamanho de Minas Gerais, para exercer uma função tão complexa –, que também valorize, que valorize... Então fica aqui um apelo que eu faço ao governador Romeu Zema: peça também ao presidente Tadeu Martins Leite para que a Mesa da Assembleia aprove a nossa emenda e faça justiça com a recomposição da perda inflacionária dos integrantes da segurança pública.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte) – Sr. Presidente, quero agradecer ao deputado Sargento Rodrigues a concessão deste aparte.

Eu queria primeiro parabenizar a Mesa diretora ao fazer justiça em apresentar esse projeto de recomposição salarial, que vai possibilitar atrairmos e mantermos os bons quadros à frente das secretarias do Estado de Minas Gerais.

Mas eu queria chamar a atenção, colega Sargento Rodrigues, presidente, eu queria que os pares também entendessem a disparidade que vai acontecer entre o cargo de secretário e de subsecretário. Eu queria escutar do líder do governo a possibilidade e uma expectativa de nós, deputados, em um momento mais oportuno, apreciarmos – sabemos que não poderia ser colocado na mesma matéria –, também a recomposição salarial do cargo de subsecretário. Nós temos ao todo, aproximadamente, 57 subsecretários no Estado de Minas Gerais, e são cargos relevantes, nos quais precisamos também de pessoas com um nível de competência significativo. Então, para que nós possamos também fazer essa recomposição, acho que é importante que nós possamos também pensar nessa possibilidade e deixarmos aqui, planejarmos, na expectativa de podermos apreciar também em relação aos subsecretários. Muito obrigado pelo aparte.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço ao deputado Noraldino Júnior e compactuo com a sua sugestão. É óbvio que tem que haver um escalonamento para os demais cargos, no caso, secretário adjunto ou subsecretário.

Mas eu queria fazer um apelo ao meu presidente, que já era meu presidente muito antes do processo de votação de escolha do presidente, porque fiz essa escolha muito rapidamente, para que ele e os demais integrantes da Mesa, deputado Duarte Bechir, deputado João Vítor Xavier, Alencar da Silveira Jr., deputada Leninha, todos os integrantes da Mesa possam acatar a nossa emenda com justiça. E, na mesma linha, sem pedir uma vírgula a mais, o que nós, integrantes da segurança pública, estamos pedindo é apenas que façam a recomposição da perda inflacionária porque o salário vem perdendo o poder de compra. Sendo assim, nada mais justo, presidente, do que a nossa emenda ser acatada. Como eu disse a V. Exa., encerro com os 10 minutos que V. Exa. havia anunciado.

O presidente – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Com a palavra, para discutir, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Sr. Presidente e colegas, eu também não vou utilizar todo o tempo da discussão, até porque, antontem, falei muito sobre esse projeto do governador, sobre essa iniciativa de o governador do Estado de Minas Gerais aumentar o próprio salário, encaminhar a esta Assembleia um aumento de salário extremamente absurdo. São quase 300% de aumento. É claro que aqui eu quero estabelecer o seguinte: ninguém é contrário ao governador discutir a recomposição do salário, até porque a Assembleia fez recomposição de perdas, mas a Assembleia não fez a recomposição da perda inflacionária no seu montante, deputado Betão. Ela recompôs uma parte. Agora, o governador não só faz a recomposição, como dá aumentos. Sinceramente, não sei qual o índice inflacionário que deve ter utilizado para o reajuste.

Nós estamos falando de um salário que vai chegar a mais R\$41.000,00, vai ser o maior salário de governador no Brasil. O que chama a atenção nessa situação toda? Não é se é legítimo ou não ele solicitar o reajuste. É legítimo, também para os secretários. Eu já havia dito isso aqui em outras oportunidades. Acho que secretário tem que ter um salário melhor para a gente não ter que ficar inventando moda de ficar pondo secretário em tudo quanto é conselho para ganhar jeton para complementar salário. Aí você pega a secretária da Saúde e a secretária da Educação, que estão lá no conselho da Cemig, que trata de energia elétrica. Aí fica assim um negócio bizarro, não é? Uma forçassão de barra para poder criar subterfúgio para melhorar salário de secretário. Então eu acho que é melhor o secretário receber um salário melhor do que a gente ficar pautando arranjos e puxadinhos para compensar. Mas o do governador chama a atenção porque ele foi um candidato, à época da primeira eleição, que falava muito dos luxos de governador, que governador não deve morar em palácio, que governador... “Eu mesmo faço a minha comida, eu passo o pão na manteiga, a manteiga no pão e tudo o mais. E eu também não vou receber salário, porque há parcelamento.” Ora, agora, no segundo mandato, tudo que era do Novo ficou velho e quer receber um caminhão de dinheiro, comparado ao que é com a grande maioria dos servidores.

Por falar nisso, o que também me leva a colocar essa situação do governador numa situação de contradição? Ele trabalha e opera a todo momento para que os servidores não sejam valorizados da maneira como deviam, da maneira como precisam. Da última vez em que nós falamos aqui em recomposição de servidor, vocês vão se lembrar, se não me engano, nós não chegamos a recompor a inflação do período para os servidores aqui. O deputado Sargento Rodrigues, que acabou de me anteceder aqui na tribuna, já está dizendo que vai ter que propor uma emenda para os servidores da segurança, aqueles mesmos servidores da segurança, que são aqueles de quem, no mandato passado, fomos avalistas e para quem votamos aqui o acordo que o governador fez com eles e não cumpriu. Não cumpre o piso da Educação, não cumpre uma porrada de coisas e não dá sequer a recomposição da inflação.

Então, olhe qual é a situação. O governador, que propõe aqui o Regime de Recuperação Fiscal, que tem como, entre outras coisas de impacto, congelamento de aumento de servidor, propõe para si próprio um aumento de duzentos por cento e bordoadas, quase 300% do seu próprio salário. De um lado, o Estado está quebrado quando se trata do servidor; do outro, está tudo bem quando se trata do seu próprio vencimento e do seu secretariado. A pergunta que eu faço aos colegas é esta: está correto? É isso mesmo? Ou a gente poderia propor aqui uma emenda de recomposição do salário do governador no volume do que houve de perda inflacionária no período? Pode ser razoável, porque é uma medida que nós usamos para nós mesmos. Inclusive, há vários colegas aqui que nessa

votação do negócio do deputado se abstiveram, ou votaram contra ou se abstiveram. Na verdade, se for utilizar a mesma regra que achava que não era justa, vai acabar aplicando isso também para o governador. Como é que vai ser? Então acho que a razoabilidade aqui seria a seguinte: todo mundo acha que há legitimidade o governador pleitear a recomposição das perdas inflacionárias porque é isso que a gente faz quando o projeto chega aqui para servidor, seja do Poder Executivo, do Legislativo ou do próprio Judiciário. Então aquilo que a gente entende que serve para o servidor e serviu para a Assembleia deve ser a referência para aplicação do governador e do secretariado. Essa é que acho seria a grande questão.

Então, presidente, estou trazendo aqui o nosso posicionamento e, como não pretendo fazer... Quando falei de quando houver recomposição, gente, aquela recomposição da inflação que votamos aqui dos servidores foi de 10,06%, 10,6%. Foi isso que falamos que era justo para o servidor. Agora, para o governador, são 300%. Sinceramente eu não tenho como caminhar com essa tese, eu não tenho como caminhar com essa proposta. Se houver uma proposta intermediária que module, topo conversar, mas, da maneira como ele encaminhou e está propondo, honestamente eu não vou corroborar com isso. Minas Gerais, nesta semana... Quem acompanhou os grandes veículos nacionais viu que Minas Gerais foi para o centro, para o foco das matérias, das manchetes como o Estado em que o governador quer aumentar, que propõe para si mesmo quase 300% e por outro lado continua reafirmando que o governo é um governo que preza pela austeridade.

Então concluo aqui combinando esse posicionamento também com o encaminhamento do voto contrário a essa proposta, porque não se trata de se ele pode ou não pode, se deve ou não deve, da legitimidade da prerrogativa, mas do que de fato importa, que é um aumento extremamente absurdo que propõe para si mesmo. Obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Cristiano Silveira.

Encerramento

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta reunião, a presidência a encerra, desconvoando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/3/2023

Presidência dos Deputados Tadeu Martins Leite e João Vítor Xavier

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 64, 352, 356, 365, 366 e 369 a 371/2023; Requerimentos nºs 544, 645, 808, 831 a 833, 835 e 861/2023 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Segurança Pública e de Defesa do Consumidor e do deputado Lucas Lasmar – Questão de Ordem – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos 544 e 861/2023, deferimento – 2ª Fase: Palavras do Presidente – Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 415/2023; discurso das deputadas Bella Gonçalves, Lohanna e Beatriz Cerqueira e dos deputados Caporezzo e Doutor Jean Freire; apresentação das Emendas nºs 1 e 2; encerramento da discussão; encaminhamento das emendas com o projeto à Mesa da Assembleia – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.140/2015, 3.282 e 3.387/2021 e 3.771/2022, aprovação – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Duarte Bechir – Antonio Carlos Arantes – João Vítor Xavier – Adriano Alvarenga – Alê Portela – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler –

Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Fábio Avelar – Grego da Fundação – Gustavo Valadares – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Lohanna – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Oscar Teixeira – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Tito Torres – Vitório Júnior – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– A deputada Andréia de Jesus, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.369/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.774/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.385/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.351/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 64/2023

Altera a Lei nº 18.032, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Turismo – CET –, e a Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – As alíneas “d” e “f” do inciso III do art. 2º da Lei nº 18.032, de 12 de janeiro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)

III – (...)

d) o calendário oficial de eventos turísticos e gastronômicos do Estado;

(...)

f) as normas e diretrizes para as atividades de fomento ao turismo e à gastronomia;”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2023.

Doutor Jean Freire (PT)

Justificação: A história de Minas Gerais é bem representada por sua gastronomia e retrata nossa formação étnica diversificada. A cozinha mineira construiu uma identidade única através da união das culturas indígena, africana e portuguesa, utilizando produtos e métodos de cocção regionais. Foi capaz de reunir diferentes vertentes e encontrar uma unidade, que a faz autêntica e singular. Essa identidade foi preservada e passada de geração em geração, tendo como princípios a hospitalidade e a simplicidade do seu povo. Hoje, temos em Minas uma gastronomia de vanguarda, que, no entanto, continua ligada à fartura e à família, ao aconchego e ao conforto. Em virtude da diversidade de fronteiras, nosso estado irradia cultura gastronômica, misturando-se à história do país.

Nesse cenário, de acordo com pesquisas de demanda turística realizadas anualmente pela Secretaria de Estado de Turismo e Esportes, a gastronomia vem se firmando no imaginário dos turistas que nos visitam, fazendo com que seja apontada como o símbolo mais associado ao nosso estado. Esse diferencial turístico tem sido explorado de forma efetiva pelo governo do Estado recentemente. Projetos e ações de fomento e internacionalização da nossa culinária movimentam a cadeia gastronômica, o que tem motivado diversos setores e arregimentado novas iniciativas.

É momento oportuno, portanto, de propor mecanismos legais para incentivar a gastronomia de Minas, seus produtos e modos de fazer, modernizando-a sem perder a identidade. Seguir para o futuro, sem esquecer as raízes que lhe deram origem. A devida visibilidade para a melhor gastronomia do Brasil, que já possui traços bem definidos, passa por uma maior divulgação, a fim de que os públicos interno e externo reconheçam sua riqueza cultural e seu potencial turístico.

Isso posto, a presença dessa temática nas discussões dos órgãos colegiados responsáveis pela proposição, deliberação e assessoramento ao governo do Estado nas áreas da cultura e do turismo que ora se propõe é fundamental para que se alcance a desejada inclusão da gastronomia na agenda das políticas públicas de Minas Gerais.

Em face da relevância do exposto, apresento esta proposição legislativa, na expectativa de contar com o apoio dos nobres colegas para aprová-la, após a tramitação de praxe.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 352/2023

Dispõe sobre a implantação de medidas de proteção e de inclusão da pessoa gorda nos espaços públicos e privados do estado de Minas Gerais e institui o Dia Estadual do Combate à Gordofobia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A presente lei tem por objeto a implantação de medidas de proteção e de inclusão da pessoa gorda, bem como medidas de informação e combate à gordofobia no âmbito do estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Para fins desta lei, pessoa gorda é aquela que possui excesso de peso pelo acúmulo excessivo de gordura corporal.

Art. 3º – Gordofobia é toda ação ou omissão que ofenda de forma verbal, física ou emocional, na forma de chacotas, falas preconceituosas, atos de repulsa ou de discriminação social, piadas, gestos ou outros, que provoquem constrangimentos, ataques cruéis e desumanos, a pessoa gorda.

Art. 4º – Considera-se ofensa verbal, emocional ou física, dentre outras, as seguintes condutas:

I – tratar a pessoa gorda de forma agressiva, grosseira, zombeteira, ou de qualquer outra forma que a faça sentir-se mal pelo tratamento recebido;

II – fazer graça ou recriminar a pessoa gorda por qualquer característica física relacionada ao seu peso corporal;

III – recusar atendimento médico em decorrência de a pessoa ser gorda;

IV – fazer gestos ou falas específicas na forma de chacota referindo-se à pessoa gorda, causando-lhe constrangimento;

V – usar da característica física para identificar a pessoa gorda em qualquer ambiente;

VI – ato que se traduza em preconceito, desmerecimento, ou que faça com que a pessoa com excesso de gordura corporal se sinta inferiorizada.

Parágrafo único – O combate à gordofobia tem por objetivo viabilizar direitos, garantia de ir e vir, o combate ao bullying, o acesso a todos os espaços e aos direitos de cidadania, garantindo tratamento digno e, sobretudo, sem preconceitos.

Art. 5º – O tratamento abusivo e discriminatório em razão de condição da pessoa gorda poderá ser enquadrado como discriminação.

Parágrafo único – Considera-se discriminação em razão da condição pessoal toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa gorda, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

Art. 6º – As pessoas gordas poderão adotar toda e qualquer providência quando se sentirem discriminadas por conta do seu peso, denunciando:

I – no Ministério Público do Trabalho Estadual ou Ministério do Trabalho e Emprego, se o constrangimento se der no ambiente do trabalho, podendo ainda recorrer ao sindicato para obter proteção e representação em caso de futuro processo judicial.

II – no Conselho Regional de Medicina – CRM, para abertura de sindicância para averiguação do fato, se o constrangimento se der na consulta médica;

III – na Delegacia da Polícia Civil ou na Delegacia Especializada em Crimes Cibernéticos, quando se tratar de discriminação direta e ofensiva, assim como de uso indevido de imagem para propagação de conteúdos comparativos em páginas de saúde e de humor, ou ainda de discurso de ódio realizado na internet;

IV – no Ministério Público Estadual, nos demais casos.

§ 1º – Todas as provas para comprovação da discriminação sofrida serão admitidas, como *prints* de conversas, gravações, e-mails, mensagens, imagens compartilhadas, cartas testemunhais, compilação de documentos das reclamações feitas, ata notarial de fé pública relativa à discriminações sofridas constando todas as informações quando crimes cibernéticos, entre outras que a vítima achar necessárias.

§ 2º – A denúncia da prática de qualquer discriminação relativa à pessoa gorda também poderá ser feita de forma anônima.

Art. 7º – É assegurado a cada indivíduo o direito à autodeterminação, construindo sua própria imagem com autonomia, nos termos da Constituição Federal.

Art. 8º – Para efeito de inclusão, os estabelecimentos públicos e privados localizados no Estado de Minas Gerais deverão disponibilizar condições adequadas de acesso à pessoa gorda, garantindo o livre acesso e coibindo a discriminação ou as práticas gordofóbicas.

Art. 9º – Todos os espaços públicos e privados devem conter cadeiras destinadas às pessoas gordas, no objetivo de gerar conforto e acesso e nenhum constrangimento nos termos da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

§ 1º – Os espaços e assentos a que se refere o *caput* deverão ser situados em locais com boa visibilidade, sinalizados, garantindo sua acomodação.

§ 2º – Para garantia da acessibilidade das pessoas gordas, devem ser providenciadas a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

§ 3º – As medidas de proteção e de inclusão da pessoa gorda estabelecidas nesta Lei devem ser seguidas pelos estabelecimentos de lazer, cinemas, restaurantes, escolas, clínicas médicas, hospitais, lojas, igrejas, supermercados, shoppings, repartições públicas, e similares.

§ 4º – No mínimo 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento de lazer existentes nos locais referidos no *caput* devem ser adaptados e identificados, tanto quanto tecnicamente possível para possibilitar sua utilização por pessoas com mobilidade reduzida nos termos da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 10 – Os estabelecimentos de ensino públicos e privados, da educação básica e do ensino superior, localizados no estado de Minas Gerais, deverão disponibilizar carteiras escolares adequadas à pessoa gorda e garantir o ensino livre de discriminação ou práticas gordofóbicas.

Art. 11 – A pessoa gorda que por qualquer motivo, por conta de sua condição, tenha dificuldade de movimentar-se, em caráter permanente ou temporário, gerando redução efetiva de sua mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção, e que tenha renda familiar mensal inferior a 2 (dois) salários-mínimos, fica assegurada a gratuidade no transporte rodoviário intermunicipal, nos termos da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 12 – Toda pessoa obesa ou gorda tem direito a atendimento prioritário, diferenciado e imediato.

Art. 13 – Fica instituída a partir desta lei o dia 10 de setembro como o Dia de Combate à Gordofobia com objetivo de debate e discussão de políticas públicas que promovam a inclusão social, conscientização e combate à discriminação, passando a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único – Os estabelecimentos de ensino públicos e privados da educação básica e do ensino superior deverão realizar, na data, atividades de sensibilização e de formação.

Art. 14 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

Justificação: Em janeiro desse ano, Vitor Augusto Marcos de Oliveira, um jovem de 25 anos, que pesava 190 quilos, morreu após ter o atendimento negado por seis unidades de saúde de São Paulo. O motivo alegado pelas unidades foi que não tinham macas que suportassem o peso do rapaz. Após aguardar por várias horas, Vitor teve três paradas cardíacas e faleceu.

O caso tão trágico teve grande visibilidade, mas é preciso estarmos atentos ao fato de que ele não é uma exceção. Nossa sociedade nega, sistematicamente, os direitos básicos de cidadania e, via de regra, dispensa tratamento humilhante e degradante às

peessoas gordas. Nisso consiste a gordofobia. Segundo Maria Luísa Jimenez-Jimenez, pesquisadora do tema há mais de uma década, a gordofobia é um preconceito contra pessoas gordas que está disseminado por toda a sociedade, levando à exclusão social e interditando o acesso de tais pessoas a vários direitos básicos de cidadania.

O que está em jogo quando propomos um projeto de lei para a proteção dessas pessoas é algo elementar: queremos assegurar que elas tenham direito à vida e à dignidade. Não se trata de uma pretensa “romantização da obesidade”. O que defendemos é que essas pessoas, por estarem fora de determinado padrão corporal, não podem ser tratadas como “menos humanas”. Nossa sociedade não pode atribuir ou não direitos básicos, dignidade e valor às pessoas tomando como base o encaixe ou não delas em determinado padrão corporal.

Cada ser humano tem uma série de peculiaridades que o tornam singular, diferenciado de todos os demais da espécie. A diversidade é uma condição humana. Por isso, a ativista pelos direitos humanos, Cláudia Werneck, nos lembra que temos o dever de construir uma sociedade em que todos os modos humanos de se existir sejam respeitados como legitimamente humanos. Nosso paradigma deve ser o da sociedade inclusiva. Os ambientes e os processos da vida social, da educação e do trabalho devem dar conta das pessoas do jeito que elas são, “posto que são para humanos/as e não podemos escolher humanos/as, porque este é um ato criminoso”, defende Werneck. Os mais variados espaços e instituições – como as da educação regular, da formação profissional e do trabalho – devem, assim, “ser desenhados para todas as pessoas, independentemente de suas características, sem ‘poréns’, sem exceções, sem modelos ‘especiais’ ou excludentes”, assinala Cláudia Werneck.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma esse ideal inclusivo ao definir, em seu primeiro artigo, que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. É preciso considerarmos, ainda, que a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, determina que cabe aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, no âmbito de suas competências, criarem os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do atendimento prioritário, inclusive da pessoa gorda ou obesa.

Necessário adotar medidas de equidade, para que todas as pessoas possam acessar os direitos, tendo em vista as suas especificidades. Por isso, temos que construir meios de assegurar a elas direitos relacionados a algumas de suas necessidades específicas, tais como: assentos mais largos e resistentes, equipamentos médicos capazes de suportar o seu peso e a sua largura, carteiras escolares em que caibam, transporte público que não as exponha ao constrangimento de não passar em roletas, oferta de roupas nos tamanhos de seus corpos, atendimento preferencial por conta de problemas ortopédicos – para citar alguns exemplos de situações cotidianas.

É preciso destacar, ainda, que é preciso garantir que sejam assegurados direitos específicos dos quais tais pessoas já dispõem, como cadeiras especiais, filas preferenciais, gratuidade nos assentos nas viagens intermunicipais, atendimento médico digno – direitos que boa parte delas desconhece.

Cabe destacar, por fim, a proposição do dia 10 de setembro como Dia de Combate à Gordofobia, data para denunciar o preconceito e reivindicar os direitos das pessoas gordas.

Ante o exposto, contamos com a aprovação da presente proposição.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Ione Pinheiro. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.063/2022, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 356/2023

Dispõe sobre a proibição de execução musical, nas Instituições Escolares Públicas e Privadas no Estado de Minas Gerais, de músicas com letras que façam apologia ao crime, ao uso de drogas e/ou que expressem conteúdos sexuais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica proibido nas dependências das Instituições Públicas e Privadas de Ensino no Estado de Minas Gerais ou em eventos promovidos por estas, a execução de músicas que exaltem a criminalidade, que contenham letras que façam apologia ao crime, ao uso de drogas, à facções criminosas e/ou ao tráfico de entorpecentes, bem como àquelas que transmitam ideias de conteúdo pornográfico, linguajar obsceno e expressões vulgares que aludam a prática de relação sexual ou de ato libidinoso.

Art. 2º – A direção da escola será responsável por fiscalizar o cumprimento da lei e o descumprimento desta acarreta a interrupção imediata do evento o qual a música estava sendo executada, e cumulativamente:

I – quando praticado por servidor ou funcionário público, considera-se exercício irregular de suas atribuições, aplicando-se as penalidades administrativas cabíveis; ou

II – quando praticado por funcionários de estabelecimentos de ensino privados, as seguintes penalidades, aplicáveis, conforme a responsabilidade, de forma gradativa:

a) advertência;

b) em caso de reincidência, multa de R\$1.000,00 (mil) a R\$5.000,00 (cinco mil) reais, dobrada em caso de nova transgressão, sendo os seus valores atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

Parágrafo único – São garantidos o contraditório e a ampla defesa em todas as fases dos processos administrativos de autuação de que trata esta lei.

Art. 3º – Fica a Secretaria Estadual de Educação responsável por verificar e apurar eventual descumprimento desta lei, devendo disponibilizar canal de denúncias de pais, alunos, ou qualquer interessado, os quais ficam legitimados a oferecer reclamação.

Parágrafo único – Os valores das multas aplicadas serão revertidos para programa público de educação e proteção à infância e à juventude.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de março de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

Justificação: Constituição Federal de 1988, em seu artigo 24, IX e XV determinou que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: educação e proteção à infância e à juventude, mediante a veiculação de normas que busquem proteger as crianças e adolescentes matriculados na rede de ensino.

Ademais, a proposição não se encontra arrolada entre as normas de iniciativa privativa, previstas no art. 66 da Carta Magna, sendo tecnicamente possível e legalmente permitida esta proposta legislativa.

O projeto visa garantir o respeito aos direitos da infância e adolescência, conscientizando e evitando a exposição dos infantes (através da música) a conteúdos que exaltem a criminalidade e àqueles de caráter sexual, pornográficos e de linguagem inadequada que não combinam com a fase de vida que os menores estão inseridos.

A escola é uma das principais formadoras do caráter, valores e personalidade das crianças, jovens e adolescentes e o que se pretende preservar é a finalidade do ambiente pedagógico como sendo o local destinado ao estudo, aprendizado e o crescimento individual.

Por ser o veículo de formação e educação, a escola deve afastar os menores das influências de composições musicais que interferem negativamente no comportamento e nas relações interpessoais dos seus alunos.

Por fim, a presente proposta não limita a expressão artística nem acrescenta novas diretrizes pedagógicas às escolas, vez que não altera o conteúdo das disciplinas escolares, seu calendário ou a atuação dos professores em sala de aula.

Razão pela qual, conto com o apoio dos pares na aprovação do ora projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 365/2023

Institui Programa de ampliação em todo território estadual de Centro de Parto Normal – Casa de Parto, para o atendimento à mulher no período gravídico-puerperal, e dá outras providências, no âmbito dos Hospitais Públicos do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Esta lei inclui no Programa Centro de Parto Normal – casa de parto diretrizes para garantir a implantação e ampliação em todo território estadual o programa Centro de Parto Normal – Casa de Parto, para o atendimento à mulher no período gravídico-puerperal, e dá outras providências, no âmbito dos Hospitais Públicos do Estado de Minas Gerais do Sistema Único de Saúde – SUS.

Parágrafo único – cada município do Estado de Minas Gerais deverá contar no mínimo com 1 (um) Centro de Parto Normal – Casa de Parto.

Art. 2º – Para os fins no disposto na presente lei, define-se como Centro de Parto Normal – Casa de Parto a unidade de saúde que presta atendimento humanizado e de qualidade exclusivamente ao parto normal sem distorções.

§ 1º – O Centro de Parto Normal – Casa de Parto poderá atuar física e funcionalmente integrado a um estabelecimento assistencial de saúde unidade intra-hospitalar ou como estabelecimento autônomo unidade isolada.

§ 2º – Este programa deverá ser inserido no atendimento do Sistema das Redes Municipais, o qual promoverá recursos materiais e humanos compatíveis para prestar assistência, conforme disposto na normatização federal sobre o tema.

Art. 3º – O Programa de Parto Normal – Casa de Parto consiste na observância das seguintes diretrizes:

I – desenvolver atividades educativas e de humanização, visando à preparação das gestantes para o plano de parto nos Centro de Parto Normal – Casa de Parto e da amamentação do recém-nascido – RN;

II – acolher as gestantes e avaliar as condições de saúde materna;

III – permitir a presença de acompanhante;

IV – avaliar a vitalidade fetal pela realização de partograma e de exames complementares;

V – garantir a assistência ao parto normal, respeitando a individualidade da parturiente;

VI – garantir a assistência ao RN normal;

VII – garantir a assistência imediata ao RN em situações eventuais de risco, devendo para tal, dispor de profissionais capacitados para prestar manobras básicas de ressuscitação, segundo protocolos clínicos estabelecidos pela Associação Brasileira de Pediatria;

VIII – garantir a imediata remoção da gestante, nos casos eventuais de risco ou intercorrências do parto, em unidades de transporte adequadas.

IX – garantir a imediata remoção dos Recém Nascidos de risco para serviços de referência, em unidades de transporte adequadas.

X – acompanhar e monitorar o puerpério, por um período mínimo de 10 dias (puerpério mediato);

XI – desenvolver ações conjuntas com as Unidades de Saúde de referência e com o programa de Saúde da Família.

Art. 4º – Caberá a Secretaria Estadual de Saúde bem como as Secretarias de Saúde de cada Município garantir a implantação de Centros de Parto Normal – Casa de Parto inseridos nos sistemas municipal de saúde e de acordo com as prioridades de organização da assistência à gestação e ao parto, no âmbito do SUS.

Parágrafo único – As Secretarias de Saúde de cada Município deverão estabelecer rotinas de acompanhamento, supervisão e controle que garantam o cumprimento dos objetivos deste programa, em promover a humanização e a qualidade do atendimento à mulher na assistência ao parto.

Art. 5º – O Poder Público adotará as ações e as medidas necessárias para assegurar a implantação de Centros de Parto Normal – Casa de Parto no Estado de Minas Gerais.

Art. 6º – As características físicas, equipamentos e recursos humanos do Centro de Parto Normal – Casa de Parto deverão obedecer à legislação Estadual e Federal sobre o tema.

Art. 7º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 9 de março de 2023.

Leninha, 1ª-vice-presidente (PT).

Justificação: Com efeito, o artigo 30 da Carta Magna permite a edição de leis sempre que a questão social envolve, também, algum interesse local, como é o caso em comento, que trata de tema ligado à proteção e defesa da saúde, entretanto os dados atuais mostram que os números de Centro de Parto Normal – Casa de Parto no território Nacional é ínfimo diante do número de nascimentos.

O Brasil realiza quase 4 (quatro) vezes mais cesáreas do que os 15% considerados aceitáveis pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Por outro lado, faltam casas de parto normal no Sistema Único de Saúde (SUS).

Em todo o território nacional, existem apenas 18 delas em funcionamento – O dado é do Cadastro Nacional de Estabelecimentos da Saúde (CNES).

Instituídas legalmente no Brasil em 1999 (portaria nº 985), as casas de parto são um refúgio para mulheres que procuram parir com acolhimento sem abrir mão da segurança. Oficialmente chamadas de Centros de Parto Normal (CPN) peri-hospitalares, são unidades de saúde abertas 24 horas e que acompanham a gestante do pré-natal ao pós-nascimento.

Também precisam estar distantes a no máximo 20 minutos de um hospital de referência e ter uma ambulância disponível o tempo todo para o caso de ser necessário o socorro médico.

Vale dizer, ademais, que a matéria atinente à proteção e defesa da saúde é de competência legislativa concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e também dos Municípios, estes para “suplementar a legislação federal e estadual no que couber”, dentro dos limites do predominante interesse local (artigos 24, XII, e 30, 11, Constituição Federal).

Então, por que há tão poucas casas de parto no Brasil? Uma conclusão não totalmente óbvia: esse descaso demonstra que a política pública brasileira para a maternidade se coloca não apenas a favor de procedimentos invasivos como contra a autonomia da mulher.

Segundo Juliana do Carmo, enfermeira obstétrica e presidenta da Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros Obstetras (Abenfo MG) a briga por mercado de trabalho entre médicos e enfermeiros inibe a instalação desses serviços.

Isso porque não é necessário ter um médico nas casas de parto. Por serem destinadas a mulheres que no pré-natal demonstraram elegíveis ao parto normal ou natural, o nascimento pode ser realizado sob a supervisão de um profissional da Enfermagem, um assistente e uma doula.

Importante dizer que esses estabelecimentos atendem mulheres com gravidez de risco habitual e, portanto, mãe e bebê precisam estar com exames em dia e marcadores, como tamanho da criança, quantidade de líquido amniótico e pressão arterial, saudáveis.

Como visto até aqui, as vantagens para as mulheres e para os bebês são inúmeras quando o parto é realizado em uma casa de parto e não no hospital, que por sua vez teriam mais vagas para conseguirem dar um atendimento mais assertivo e rápido nos casos de alto risco que necessitem hospitalização.

No Brasil a saúde constitui direito fundamental, de natureza social, consoante preceitua o art. 6º, *caput*, da Constituição da República (CF), e está associada fortemente ao princípio da dignidade da pessoa humana, um dos pilares da República Federativa do Brasil.

Considerando o direito da gestante bem como o direito à vida relacionado no Título II da Constituição, que trata “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, sendo o direito à saúde o mais expressivo componente de uma vida com dignidade;

Considerando o art. 196 da Constituição Federal que determina: “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”;

Considerando os artigos 23, 196 e 198 da Constituição Federal onde todos os entes da Federação têm competência comum e concorrente para zelar pela saúde da população, é que se pede a aprovação da presente proposta, contamos com o apoio das deputadas e deputados para a aprovação deste.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde, dos Direitos da Mulher e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 366/2023

Dispõe sobre a capacitação de profissionais de segurança pública e agentes de segurança aeroportuária para o atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA – no Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica estabelecida a obrigatoriedade de capacitação de policiais civis, militares, bombeiros e agentes de segurança aeroportuária do Estado de Minas Gerais para o atendimento adequado e respeitoso a pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA.

Art. 2º – A capacitação prevista no artigo 1º desta lei deverá ser realizada de forma continuada e contemplar os seguintes temas:

I – Os principais sinais e sintomas do TEA;

II – As formas de comunicação alternativas para o atendimento a pessoas com TEA;

III – O manejo de situações de crise envolvendo pessoas com TEA;

IV – A abordagem adequada e respeitosa às pessoas com TEA em situações de segurança pública.

Art. 3º – Os órgãos responsáveis pela formação dos profissionais de segurança pública e agentes de segurança aeroportuária deverão desenvolver materiais informativos e de orientação aos agentes de segurança sobre como abordar e atender pessoas com TEA de forma adequada e respeitosa.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de março de 2023.

Nayara Rocha (PP)

Justificação: O Transtorno do Espectro Autista – TEA – é uma condição neurológica que afeta a capacidade de comunicação e interação social das pessoas, e que pode levar a comportamentos estereotipados e repetitivos. Por isso, é essencial que os profissionais de segurança pública e agentes de segurança aeroportuária estejam capacitados para lidar com situações envolvendo pessoas com TEA, garantindo um atendimento adequado e respeitoso.

Este projeto de lei busca estabelecer diretrizes para a capacitação de policiais civis, militares, bombeiros e agentes de segurança aeroportuária do Estado de Minas Gerais, de forma a garantir um atendimento mais adequado e respeitoso às pessoas com TEA. Além disso, o projeto de lei determina que os órgãos responsáveis pela formação dos profissionais de segurança deverão desenvolver materiais informativos e de orientação aos agentes públicos, visando ao atendimento adequado e respeitoso a pessoas com TEA.

Esperamos que esta proposição seja apreciada e aprovada pelos nobres pares desta casa legislativa, para que possamos garantir um atendimento de qualidade e respeitoso a todas as pessoas com TEA no Estado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, da Pessoa com Deficiência e de Segurança Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 369/2023

Institui o “Dia Estadual do Movimento Mães que Oram pelos Filhos” no calendário do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Minas Gerais, o “Dia Estadual do Movimento Mães que Oram pelos Filhos”, que acontecerá anualmente, no dia 30 de março.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de março de 2023.

Chiara Biondini (PP)

Justificação: A família é o principal núcleo de socialização; nele crianças, adolescentes e adultos constroem seus vínculos afetivos, religiosos, sociais, experimentam emoções, desenvolvem autonomia, aprendem a tomar decisões, a controlar seus impulsos, tolerar frustrações, exercem cuidados mútuos e vivenciam, no exemplo dos pais, a fé religiosa e o temor a Deus.

O Estado deve proporcionar condições e incentivar as famílias ao convívio fraterno e harmonioso para constituição de importantes vínculos familiares, sociais e comunitários.

Ao instituir o “Dia Estadual do Movimento Mães que Oram pelos Filhos”, objetiva-se incentivar as mães a se reunirem nas igrejas, escolas, associações, residências, etc... para orar pelos seus filhos.

Neste sentido, o presente projeto de lei ao incluir, o dia 30 de março, no Calendário Oficial de Eventos do Estado, pretende pautar a importância da oração das mães pelos filhos.

Iniciativa semelhante já foi protocola na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina pelo Deputado Estadual Maurício Peixer.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 370/2023

Dispõe sobre a inclusão, como tema transversal nas Escolas Estaduais a Educação Financeira e a Educação Digital.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – As escolas públicas de ensino médio, integrantes do sistema estadual de educação, deverão incluir, como tema transversal, conteúdos relativos à Educação Financeira e a Educação Digital.

Art. 2º – O Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com entidades sem fins lucrativos e instituições públicas e particulares, que tratem dos temas transversais, para a realização de eventos, campanhas e atividades de conscientização nas escolas.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de março de 2023.

Chiara Biondini (PP)

Justificação: O presente projeto de lei visa incluir, de forma transversal, a conscientização acerca da educação financeira e digital, nas escolas mineiras.

A educação financeira é extremamente importante para todos os seres humanos, e ter a oportunidade de aprender sobre isso no período escolar é um grande diferencial para crianças e adolescentes, para que possam aprender a lidar e organizar suas economias, proporcionando-lhes mais autonomia, qualidade de vida, conhecimento pessoal, planejamento e visão para a construção do futuro.

A maioria das pessoas estão acostumadas a pesquisar nas redes sociais por esse assunto depois de mais velhas, quando saem de casa, começam a trabalhar e morar sozinhas e, conseqüentemente, começam a ter mais despesas. A cada dia surgem novas plataformas e canais no Instagram, YouTube, entre outras, com profissionais falando e ensinando sobre educação financeira.

O tema pode e deve ser iniciado/trabalhado nas escolas, desde a educação básica, para facilitar o aprendizado e o conhecimento sobre o assunto para toda a vida, possibilitando ser passado de geração para geração e, também, ensinado para outras pessoas que não tiveram a oportunidade de aprender sobre o tema.

Ter a noção de como o dinheiro pode e deve ser gasto de forma planejada, muda a vida de qualquer indivíduo, ainda mais de quem está em fase de crescimento. Os estudantes se sentirão mais motivados durante esse processo, podendo abrir um leque de possibilidades para conseguir atingir seus objetivos e realizar seus sonhos.

A educação digital, por sua vez, é extremamente necessária, seja para criar fundamentos acerca das novas tecnologias existentes, como para abordar possíveis perigos existentes na rede mundial de computadores.

Hoje, todos os jovens em idade escolar, e boa parte daqueles que estão nas universidades, cresceram em um mundo no qual já havia internet banda larga, e os notebooks e celulares começavam a se popularizar.

Hoje, no conforto do lar, é possível aprender sobre praticamente qualquer assunto de interesse e conveniência para o aluno.

Os jovens que moram no interior podem hoje, graças à crescente oferta de cursos a distância, obter um diploma de uma universidade reconhecida.

Quando há dedicação, comprometimento, planejamento e organização das lições, os resultados alcançados são inegáveis no aproveitamento das soluções tecnológicas disponíveis.

A educação digital, por sua vez, é extremamente necessária, seja para criar fundamentos acerca das novas tecnologias existentes, bem como para abordar possíveis perigos existentes na rede mundial de computadores.

Afinal, também há um lado ruim para o mundo de informações disponível na web. Há muita mentira, desinformação, conteúdo ofensivo ou de má qualidade, por isso é importante os jovens, desde cedo, aprenderem a filtrar as informações e aproveitar a hiperconectividade da melhor maneira possível.

Por todo o exposto, conto com o apoio dos meus nobres pares a para sua aprovação.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Arlen Santiago. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 317/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 371/2023

Dispõe sobre a contratação de psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais, na estrutura da Secretaria de Estado de Saúde, para oferecer atendimento às vítimas de depressão e tendências suicidas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a contratação de psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais, dentro da estrutura da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, para garantir atendimento psicológico e social presencial às vítimas de depressão e tendências suicidas.

Parágrafo único – O atendimento de que trata esta Lei será garantido a adultos, crianças e idosos.

Art. 2º – A Secretaria de Estado de Saúde deverá definir o quantitativo de profissionais a serem contratados de acordo com as unidades de saúde aptas a realizarem os atendimentos de que trata esta lei à população que dela necessitar.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2023.

Charles Santos (Republicanos)

Justificação: A Covid-19 trouxe uma realidade a sociedade mineira de isolamento. Todos estão sofrendo com essa situação, principalmente as pessoas que sofrem de depressão ou que estão enfrentando dificuldades diversas para passar por este momento dramático da nossa história estão necessitando do auxílio do Estado para superar o sofrimento.

Muitos não conseguem suportar a perda de entes queridos que não sobreviveram ao vírus, que nem sequer podem ser velados pelos familiares, ou as consequências emocionais geradas pelo confinamento social, bem como a impossibilidade de garantir o sustento de suas famílias, no caso dos trabalhadores informais e outros.

Lamentavelmente, os casos de suicídios podem crescer em função desse quadro, e o projeto de lei em tela visa a adoção de medidas que garantam o necessário atendimento a essa parcela da população mineira.

Apresentei este projeto na legislatura passada, com objeto de contratação temporária. Porém, podemos perceber que os desdobramentos decorrentes da pandemia ainda são muito presente, sendo necessário um acompanhamento psicológico permanente para essas pessoas com tendências suicidas. Destaco, ainda, que a saúde mental da população em geral pode estar comprometida e especialmente na população mais jovem, o que requer uma maior atenção. O Parlamento Jovem 2022 da Assembleia de Minas Gerais destacou em seus encontros a necessidade do acompanhamento psicológico e promoção da saúde mental aos jovens.

Neste sentido, solicito o apoio dos meus nobres pares para a aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 544/2023, do deputado Thiago Cota, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.555/2017, do deputado Braulio Braz.

Nº 645/2023, da deputada Ana Paula Siqueira e outros, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao deputado federal Nikolas Ferreira de Oliveira por seu pronunciamento transfóbico proferido na tribuna do Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 8 de março de 2023, Dia Internacional das Mulheres, no qual o parlamentar banalizou a luta política e por direitos das mulheres trans, propagou desinformação e legitimou o ódio, o preconceito e a discriminação, o que contribuiu para a violência e o assassinato de pessoas trans e travestis no Brasil. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 808/2023, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações substanciadas na planilha de pagamento da Gratificação de Incentivo à Eficientização dos Serviços – Giefs – do corrente ano. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 831/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para o recapeamento asfáltico da LMG-747, no trecho entre Buriti e Pântano, via Catitu.

Nº 832/2023, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – e ao governador do Estado pedido de providências para o recapeamento da MG-329, que liga a BR-116, no Vale do Aço, à BR-262, na Zona da Mata.

Nº 833/2023, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para revisão da Resolução SEE nº 4.256, de 9/1/2020, que trata da normalização e organização da educação especial, com o fim de adequar a norma ativa às necessidades das diferentes deficiências.

Nº 835/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao vice-governador do Estado pedido de providências para que, em atenção à representatividade dos peritos criminais, sejam convocados os 256 candidatos aprovados no concurso público da Polícia Civil regido pelo Edital nº 3/2021, para as demais fases do certame e para compor a nova turma de formação, já anunciada, e, a princípio, para atender a apenas três candidatos aptos à nomeação.

REQUERIMENTO Nº 861/2023

– O Requerimento nº 861/2023, da Mesa da Assembleia, foi publicado na edição anterior.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Segurança Pública e de Defesa do Consumidor e do deputado Lucas Lasmar.

Questão de Ordem

O deputado Gustavo Valadares – São quatro inscritos para o Grande Expediente, um deles o deputado Leleco. Se todos os demais concordarem... Obviamente o deputado Leleco concorda, e eu estou à procura dos outros três que estão aqui em algum lugar próximo ao Plenário. Eu não sei se pediria a V. Exa. a suspensão por 5 minutos, até que a gente conseguisse uma palavra deles. Então faça a chamada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa que foram aprovados, conclusivamente, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n.ºs 835/2023, da Comissão de Segurança Pública, 735, 739, 831 e 832/2023, da Comissão de Transporte, e 833/2023, da Comissão da Pessoa com Deficiência. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência das seguintes comunicações:

a Comissão de Segurança Pública informa que, na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 29/3/2023, foram aprovados os Requerimentos n.ºs 547, 602, 603, 605 e 629/2023, do deputado Sargento Rodrigues; e

a Comissão de Defesa do Consumidor informa que, na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 30/3/2023, foi aprovado o Requerimento n.º 600/2023, do deputado Eduardo Azevedo (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento n.º 544/2023, do deputado Thiago Cota, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei n.º 4.555/2017.

– O despacho do Requerimento n.º 861/2023 foi publicado na edição anterior.

2ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião a Proposta de Emenda à Constituição n.º 71/2021 e o Projeto de Lei n.º 358/2023, que foram encaminhados à Comissão Especial e à Comissão de Administração Pública, respectivamente, para parecer sobre emendas recebidas na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei n.º 415/2023, da Mesa da Assembleia, que fixa os subsídios do governador, do vice-governador, dos secretários de Estado e dos secretários adjuntos de Estado, nos termos do inciso XXI do art. 61 da Constituição do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Ah! Enfim, a hipocrisia, não é, gente? Zema – e o Partido Novo, enquanto candidatos – era o homem que passava o cafezinho, gostava de pão de queijo, dizia que atacava privilégios, renunciava salário. Agora servidor também, para ele, é privilegiado, não é? “Piso de professor, eu não pago nem pensar! Enfermeiros, então, coitados! Vamos combater os privilégios!” Era o que dizia Zema. Agora, enquanto governador, no seu segundo mandato, Zema sustenta os seus servidores pagando altíssimos jetons. Além dos jetons, o governador quer aumentar para si e para os seus secretários o salário em 300%! Não é o reajuste

inflacionário. São 300%! Isso sem contar os prêmios para os amigos. As terras mineiras nunca foram tão proveitosas para a Localiza e para as mineradoras. Salim Mattar ri, de orelha a orelha, como consultor especial do governo, para não fazer renúncias fiscais, renúncia de direitos trabalhistas. Enfim, a hipocrisia do governador de Minas Gerais é escancarada para toda a população mineira ver. Agora ele faz isso. Passadas as eleições, no início dos próximos quatro anos do seu mandato, será que a população mineira, que está sendo submetida a medidas de privatização dos serviços públicos pelas OSs, como na reforma administrativa; a uma tentativa de Regime de Recuperação Fiscal, que quer congelar planos de carreira e salários; à desmoralização do servidor público e do serviço público, vai se lembrar que Zema aumentou em 300% o salário seu e o dos seus secretários? Nós não vamos deixar esquecer.

Aproveito este momento também para comunicar que discordo do pagamento do auxílio-moradia feito pela Assembleia Legislativa e, como opção política do nosso mandato, nós renunciemos a esse direito, mesmo não tendo imóvel próprio na cidade de Belo Horizonte. A gente considera que, num país com 7 milhões de famílias sem casa, receber R\$4.500,00 de auxílio-moradia também não é justo. Está certo. Obrigada.

O presidente – Com a palavra, para discutir, a deputada Lohanna.

A deputada Lohanna – Boa tarde a todos; boa tarde ao nosso presidente, na pessoa de quem cumprimento todos os deputados presentes aqui, na tarde de hoje; boa tarde ao público que nos acompanha em casa e a todos os trabalhadores que tornam esta reunião possível no dia de hoje.

Gente, subir aqui, no Plenário, para falar de projeto de aumento de salário de governador e da sua trupe é no mínimo cansativo. Eu tenho certeza de que a maior parte dos deputados preferia estar discutindo assuntos mais relevantes para os mineiros e as mineiras. Assuntos, presidente, que talvez tenham a ver com educação pública; assuntos que tenham a ver com as pessoas que estão esperando cirurgias e leitos, enquanto os hospitais regionais só aparecem nas propagandas do governo; assuntos mais relevantes. Mas a Mesa da Assembleia, num ato muito gentil, inclusive, atendendo a um pedido do governador, protocolou o projeto que coloca os seguintes valores de aumento de salários para governador, vice e secretários: “Os subsídios mensais do governador são fixados nos seguintes valores: R\$37.589,96, R\$39.717,69 e R\$41.845,00 em 2025”. Então, a gente vai terminar o mandato do Zema com ele ganhando quase R\$42.000,00, R\$41.845,00. É muito dinheiro! É muito dinheiro para o governador que foi eleito com o discurso de simplicidade, para o governador que, se a gente voltar no tempo e nos vídeos dele de campanha, falava que teria nove secretarias. Agora quer criar secretaria, porque tem que empregar a turma dele que perdeu a eleição e que está procurando emprego. Agora esse governador, que não se compromete com Lei de Responsabilidade Fiscal, que não se compromete com doação de salário, todo mundo aqui sabe que isso não é obrigação... Nenhum deputado aqui presente tem obrigação de doar o seu salário. Se quiser fazê-lo, é legítimo, mas ninguém é obrigado a isso. Mas é muito interessante que o Zema, que todos nós sabemos é um grande empresário, doou com muita facilidade um valor, que nós sabemos que é expressivamente menor, de R\$10.000,00, mas agora que vai terminar o mandato ganhando R\$42.000,00 não se compromete com a doação.

Além disso, tem um ponto muito sério de que poucas pessoas estão se lembrando, presidente: o governador não se comprometeu com a retirada do jetom. Então nós podemos ter secretários, em Minas Gerais, ganhando acima do teto do funcionalismo público. É supersecretário! Secretário ganhando R\$50.000,00, mais do que ministro do STF. Aí, gente, nem tanto ao céu, nem tanto ao mar. Se não é justo que um secretário seja mal remunerado, considerando o nível de responsabilidade do cargo, o nível de entrega da própria vida para o cargo, também não é justo, não faz sentido, do ponto de vista da administração pública, que um secretário de Estado ganhe mais do que um ministro da Suprema Corte brasileira. Por que o governador não se compromete com o fim dos jetons? Por que isso não está anexado ao texto? Por que ele não manda isso claramente ou não diz isso publicamente? É porque agora, reeleitos, o que eles querem é o Estado mínimo só para o pobre; é o Estado mínimo só para o povo. Para eles e para turma deles, o Estado tem que ser grandão, para dar para todo mundo se pendurar e para todo mundo ficar de barriga cheia.

A gente também precisa falar da situação dos servidores e da hipocrisia, deputada Bia, de quando o governador fala que precisa aumentar salário para garantir os melhores quadros na administração pública. Mas ele não está preocupado com os salários de fome que ele paga, hoje, que fazem com que os servidores que não querem continuar recebendo tão mal busquem outras oportunidades, prestem outros concursos e saiam da administração pública. Será que o governador acha que a gente pode abrir mão dos melhores quadros na educação? Que a gente pode abrir mão dos melhores quadros na saúde quando a gente não paga o piso da enfermagem? Que a gente pode abrir mão dos melhores quadros na segurança pública? Será que os melhores quadros são só aqueles que ele escolheu para serem os seus secretários? Eu não acredito nisso! E tenho certeza de que boa parte de todos vocês também não acredita.

Então, o que a gente precisa falar hoje, gente, é da hipocrisia do governador Romeu Zema e da turma que o acompanha. E aí é importante a gente dizer que o valor que a rede social tem, sabe, presidente, é que ela lembra tudo, ela lembra até daquilo que a gente se esqueceu. Então eu trouxe aqui para a gente ouvir, na voz e no jeitinho bem peculiar do nosso governador, uma promessa de campanha. (– Aproxima o celular do microfone.)

Aí a patota toda bate palma. E quatro anos depois, quem está por baixo está se sacrificando, porque os professores do Estado continuam sem receber o piso. O governador foi até o STF para não pagar piso para a educação. E quatro anos depois a gente tem servidor dentro de escola ganhando menos que um salário mínimo, presidente. Isso é inconstitucional. Mas quem está por cima não está dando exemplo, não; quem está por cima quer ganhar R\$42.000,00, R\$42.000,00. Aí não tem Lei de Responsabilidade Fiscal, aí não tem nada. Então, gente, eu estou aqui para dizer que, enquanto o governador Romeu Zema insistir em usar essa carapuça de novo, de quem faz diferença, nós estaremos aqui para mostrar a sua hipocrisia e a sua falta de compromisso com o serviço público e com os trabalhadores mineiros. Só não existe dinheiro para você que é trabalhador. Para o Zema e para a turma dele, existe dinheiro de sobra. Obrigada, presidente.

O presidente – Com a palavra, para discutir, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, boa tarde; colegas parlamentares e sociedade que acompanha nossos trabalhos aqui na tarde desta quinta-feira, boa tarde. O Projeto de Lei nº 415/2023 fixa os subsídios do governador e do vice-governador, dos secretários de Estado e dos secretários adjuntos de Estado, nos termos do inciso XXI do art. 61 da Constituição do Estado. É sobre ele que nós estamos discutindo. Eu tenho um compromisso com a categoria que me elegeu, aqui, na Casa, de que toda vez que houver um projeto de iniciativa do Executivo sobre reajuste salarial, nós fazermos debates e emendas e discutirmos os reajustes. Em 2020, quando houve um projeto de iniciativa do governador sobre reajuste, nós apresentamos emendas em relação à recomposição da inflação para todo o funcionalismo e os reajustes do Piso Salarial Profissional Nacional para a educação. Em 2022 o governo enviou um novo projeto à Assembleia, e da mesma forma, nós apresentamos uma emenda ao projeto para reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional. Então toda vez que o governador enviar projeto de sua iniciativa a esta Casa a respeito de recomposição salarial inflacionária, ou seja, com qualquer argumento, nós disputaremos essa pauta e apresentaremos emenda.

Esse projeto de lei, por previsão constitucional, não é de iniciativa do governador. Então eu não posso apresentar uma emenda a um projeto de iniciativa da Mesa da Assembleia. Se pudéssemos, seria fácil nós, parlamentares, resolvermos aquilo que os governadores insistem em não cumprir, que é dar o mínimo de dignidade aos profissionais do serviço público. Existe aí um limite, sob o risco de enganar as pessoas com uma falsa possibilidade de, em um projeto da Mesa da Assembleia, nós tratarmos de recomposição salarial, e no nosso caso, do Piso Salarial Profissional Nacional da educação, num projeto de iniciativa da Mesa diretora. Essa iniciativa, por ser da Mesa diretora, nos impede de apresentar emendas que tenham êxito em relação aos reajustes salariais daqueles que há muito tempo estão com salários defasados.

Eu quero informar à sociedade que votarei contra esse Projeto de Lei nº 415 por vários motivos.

Para que a sociedade possa acompanhar, o projeto que foi apresentado a pedido do governador propõe que o subsídio mensal do governador seja fixado em R\$37.589,96, a partir de 1º/4/2023 – o governador Romeu Zema passaria, a partir de 1º/4/2023, a receber R\$37.589,96. Um ano depois, quase um ano depois, em 1º/2/2024, o governador Romeu Zema passaria a receber R\$39.717,69. Mais um ano depois, em 1º/2/2025, o governador Romeu Zema receberia R\$41.845,49. Por sua vez, o vice-governador, a partir de 1º de abril, se esse projeto for aprovado, passa a ter um subsídio de R\$33.830,96. Quase um ano depois, o vice-governador passaria a ter um subsídio de R\$35.745,92. Já em 1º/2/2025, o subsídio do vice-governador seria de R\$37.660,94. Os subsídios mensais dos secretários de Estado seriam fixados em R\$34.774,00, em 1º/2/2025, mas agora, em 2023, a partir de 1º de abril, os secretários passariam a receber R\$31.238,19. Eu vi, no argumento de várias pessoas, e também tenho aqui os subsídios mensais dos secretários adjuntos, que, a partir de 1º de abril deste ano, passariam a receber R\$28.114,37, sendo que, em 1º/2/2025, eles passariam a receber R\$31.297,18. Além disso, até o momento, podem acumular, porque a regra do jogo hoje é essa, sem que o governo queira alterar, com jetons por participação em conselhos.

Eu quero lembrar que, durante a reforma administrativa de 2017, nós, do Bloco Democracia e Luta, propusemos, votamos a proibição de jetons para os secretários de Estado. Se eu não me engano, à época, o governador vetou, e o veto foi mantido. Então, essa discussão de acumular salário com jeton, nós a fazemos, e o governo, durante todo o seu mandato de 2019 a 2022, permaneceu recebendo, e o governo trabalhou contra as nossas tentativas de retirar esse jeton, de modo a manter, além dos salários, que passariam a esses valores, também o recebimento de jetons. Aí eu fui pesquisar, porque várias pessoas estão argumentando que essa discussão sobre o reajuste do salário é justa porque é uma recomposição da inflação: “Que não sei desde que ano não há nenhuma recomposição do salário e do subsídio do governador e que seria uma questão de justiça”. Aí eu fui buscar o conceito de justiça.

As carreiras de seguridade social, o Ipsemg, estão sem reajuste desde 2013. Se formos discutir justiça de recomposição inflacionária e de quanto o poder de compra das pessoas estaria defasado, as carreiras da cultura estão sem o reajuste, que recompõe o seu poder de compra, desde 2013. As carreiras da saúde estão sem uma recomposição de todo o período inflacionário, para recompor o seu poder de compra, desde 2013. As carreiras de transporte e obras públicas estão sem o reajuste, que recompõe o poder de compra do salário, integralmente, desde 2013. As carreiras de tributação, fiscalização e arrecadação estão sem um reajuste de recomposição de todo o seu poder de compra desde 2013. As carreiras de ciência e tecnologia do Estado estão sem recomposição salarial que resgate o seu poder compra desde 2013.

Para as carreiras da educação básica, o governo, mesmo tendo recursos, não praticou nenhum dos reajustes do Piso Salarial Profissional Nacional, em nenhum ano do seu primeiro mandato; se recusa a encaminhar à Assembleia o reajuste de 14,95%, que é o reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional; e faz da carreira da educação uma das piores carreiras do País.

O debate sobre você ter bons profissionais, com boa capacidade técnica – e por isso a necessidade de uma boa remuneração –, deveria também se aplicar aos trabalhadores das diversas carreiras do serviço público. Hoje uma professora, para receber pelo seu doutorado, chega a esperar de 20 a 25 anos. Então, eu não posso querer a competência na Cidade Administrativa e não me importar com a competência de quem hoje tem um doutorado, mas que só vai conseguir receber e ser reconhecido na carreira por esse doutorado daqui a 20 anos, 25 anos, se estiver vivo, se não tiver adquirido uma série de doenças inerentes cada vez mais à nossa profissão.

Então há uma grande incoerência, uma grande inconsistência do governo do Estado em querer um reajuste de 300% para os seus em detrimento da completa ausência de uma política de valorização, de atualização salarial. No caso das carreiras específicas, a saúde tem o piso da enfermagem, a educação tem o piso da educação. Nós temos hoje, na educação, a carreira de auxiliar de serviço de educação básica, que ganha menos do que um salário mínimo. Então, é impossível votar favoravelmente a este projeto diante da incoerência do governo, que não fez, durante seus primeiros quatro anos e até agora no seu quinto ano, nenhuma proposta de

valorização, de otimização da carreira, de melhoria da valorização na carreira. Entretanto, para si, para os seus, a fala de que quer pessoas competentes, técnicas e de que há muito tempo não há reajuste justificaria esse projeto de lei.

Então, na discussão desse projeto, eu já antecipo meu posicionamento, que será votar contrariamente a esse projeto de lei pelos absurdos da incoerência do governo do Estado entre o que ele quer praticado para si e o que ele pratica para os seus servidores. Precisa nos chamar a atenção hoje haver servidores que recebem menos do que um salário mínimo de remuneração – eu não estou dizendo de vencimento básico, eu estou dizendo de remuneração; precisam nos chamar a atenção carreiras inteiras no Estado que estão sem a recomposição do seu poder de compra, da sua condição salarial desde 2013, portanto, há 10 anos; há 10 anos estão com basicamente o mesmo salário sem que a recomposição da inflação e a atualização pudessem sequer ser feitas. E eu não estou dizendo nem de uma política de valorização, eu estou dizendo de uma política que recomponha o salário desses servidores que estão há mais de 10 anos sem essa recomposição.

Então, colocado o nosso posicionamento, faço aí um alerta para o governo encaminhar suas propostas de reajuste para as categorias do funcionalismo que estão há anos sem a recomposição do seu poder aquisitivo e cobro o reajuste de 14,95% do Piso Salarial Profissional Nacional. O governo hoje não paga nem proporcional nem integral, não paga de jeito nenhum o piso da educação, que, eu devo lembrar, é de nível médio de escolaridade e são R\$4.420,00. O governo do Estado paga para nível superior de escolaridade R\$2.350,00. Você não pode nem comparar R\$4.420,00 com R\$2.350,00 porque não são para o mesmo nível; o piso salarial nacional da educação – a lei do piso – é para nível médio de escolaridade, e aqui o governo pratica o valor abaixo do piso salarial para nível superior de escolaridade.

Então, a situação é gravíssima, e seria muito incoerente da nossa parte aceitar um projeto que vai levar o governador, em 2025, a receber R\$41.000,00 sob a justificativa de que a gente tem que ter bons técnicos no Estado, enquanto ele sequer remunera uma professora que tem doutorado aqui na rede estadual e paga a uma auxiliar de serviços menos de um salário mínimo de remuneração. Então são essas as minhas considerações no debate, presidente.

O presidente – Com a palavra, para discutir, o deputado Caporezzo.

O deputado Caporezzo – Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas deputados estaduais. É realmente, no mínimo, justo que aconteça a recomposição desse salário, uma vez que ele já está congelado desde o ano de 2007, ou seja, desde 2007 o governador não tem reajuste em seu salário. Então o que eu não entendo é qual o motivo de uma reação tão histriônica aqui por parte de alguns deputados. Bem, a única coisa que me leva a crer é que realmente a esquerda tem um projeto de poder. Se a pessoa que está governando é de esquerda e aumenta o gasto público até o limite do possível, eles não falam nada, e, se é um cara como o Romeu Zema, então: “Nossa, que absurdo! Ele está aumentando o próprio salário”. Por que o pessoal que subiu aqui para reclamar desse aumento não falou uma vírgula do fato de o Lula ter aumentado em 60% o número dos ministérios em Brasília, que foram de 22 para 37, a carreta-furacão, para poder comportar todos os amiguinhos da companheirada? Ninguém fala nada.

Vocês não têm respaldo moral para criticar o governo Zema! Não sou membro do Partido Novo, mas tenho que fazer essa defesa aqui por uma questão de justiça. Não há respaldo moral. Na época em que este estado foi governado pelo seu pior, seu pior governador da história, Fernando Pimentel, eu, na condição de soldado da Polícia Militar, recebi o meu salário atrasado e parcelado. Então, se houver algum professor assistindo a esta minha fala com problema de amnésia, lembrem-se: vocês, na época do PT, estavam no governo e recebiam seu salário atrasado e parcelado. Então, se caírem no canto da sereia, que é o que alguns parlamentares fazem aqui para tentar ludibriar os professores, podem ter certeza: tão rapidamente a esquerda volte ao poder em Minas, coisa que a gente não vai permitir que aconteça, evidentemente, porque estamos aqui para esclarecer os fatos e para falar a verdade, podem ter certeza de que a primeira classe a ser punida com atraso do pagamento serão os servidores. Por quê? Porque eles precisam financiar os seus planos com o dinheiro de alguém. Com certeza não será com o deles. Então é isso.

Além do mais, na condição de policial militar, eu estou lutando pela recomposição das perdas inflacionárias da segurança pública desde o ano de 2015, o que dá aí pouco mais de 35% no valor do reajuste. É no mínimo uma questão de coerência ter que apoiar também essa posição do atual governador de fazer essa recomposição, que está travada, repito, desde o ano de 2007. Então não tem nada de absurdo aqui. Só o que eu escutei por parte da esquerda, que foi realmente hipocrisia. A direita vive em Minas Gerais. Obrigado, presidente.

O presidente (deputado João Vítor Xavier) – Muito obrigado, deputado Caporezzo. Com a palavra, para discutir, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Muito boa-tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, colegas deputadas e deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia, pelas redes sociais. Primeiro, deputado Cristiano, hoje nós debatemos importantes projetos aqui que dizem respeito à vida de mineiros e de mineiras. Eu os chamo de importantes não porque eu os apoie, porque não os apoio, mas por causa disto: porque dizem respeito à vida de servidores e servidoras.

Esses meios de comunicação aqui que nós usamos, a TV Assembleia... Eu quero aproveitar e chamar a atenção dos mineiros e das mineiras porque aqui, hoje, se iniciam algumas discussões que têm a ver com o seu futuro, com o futuro do seu filho, do seu neto; que têm haver com o meio ambiente; que têm a ver com a questão da alimentação saudável, deputada Macaé. Por volta de 20 dias, esses projetos chegaram aqui a esta Casa. Nosso bloco é minoria.

Eu queria aproveitar e parabenizar os deputados e as deputadas do bloco que, esta semana, travaram uma luta. A deputada Beatriz apresentou requerimento para que alguns desses projetos fossem retirados de pauta da comissão, eu apresentei em outra comissão, mas não teve jeito, aqui chegaram os projetos. É legítimo que qualquer governo apresente reforma administrativa, mande o projeto que ele quiser mandar para esta Casa. Isso é legítimo. Também, como foi dito aqui, o nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva recriou... E a cada dia, nos primeiros 100 dias de governo, deixou bem claro, deputado Cristiano, que o papel dos primeiros 100 dias era construir o que foi destruído, e assim ele fez e vem fazendo ainda, porque foi muita coisa destruída neste país.

Nós não debatemos aqui a questão de legitimidade do governo em encaminhar projetos para esta Casa de reforma administrativa e tantos outros, nós debatemos a incoerência, como foi colocado aqui por algumas deputadas e deputados do nosso bloco, que têm enfrentado, nestes dias, nessas semanas, na semana passada, em audiências públicas, debates durante 8 horas de audiência em comissão, para defender os mineiros e as mineiras. Não estamos travando aqui uma luta da esquerda contra a direita. Aliás, nós não queremos eliminar ninguém, não queremos eliminar ninguém. A esquerda vive, o centro vive, a direita vive. Nós não queremos eliminar ninguém. O diálogo, o debate, a escuta fazem muito bem. O projeto de reforma administrativa que foi tratado aqui anteriormente chegou há 20 dias. Na época do governo anterior, no nosso governo, demorou dois meses a discussão, com muitos pontos inclusive levantados por nós, que avançamos com os movimentos populares. Então eu queria chamar a atenção, primeiro, dos mineiros e das mineiras: a nossa bancada, o nosso bloco... O nosso bloco é minoria aqui, mas tenham certeza absoluta de que é uma minoria que está aqui para defendê-los, para defender o direito dos que mais precisam, o direito dos servidores, das servidoras, para defender o meio ambiente, defender a soberania alimentar. Nós estamos aqui cumprindo esse papel. Mas eu quero chamar a atenção dos servidores e das servidoras de todas as classes, de todas as áreas e de você, mineiro e mineira, que talvez ainda não atentou para o que está acontecendo aqui, nesta Casa. A sua participação pode somar muito, muito, à nossa luta.

Há poucos dias, eu e o Professor Cleiton estávamos subindo para uma audiência pública, para uma reunião na Comissão de Administração, e nos encontramos com um servidor, a quem perguntamos: “Já terminou lá?”. Ele falou assim: “Ah, vocês perderam”. O servidor disse. Ele olhou para a gente, nós olhamos para ele. “Nós? Não é deputado contra deputado.” Aí ele: “É mesmo”. Nós perdemos, todos nós, não fomos os deputados do nosso bloco que perdemos. O servidor perdeu, o servidor vem perdendo.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte) – Obrigado, deputado Doutor Jean. Eu só queria usar do aparte, até porque eu já discuti essa matéria no tempo que eu tinha aqui, regimental, mas porque parece que o deputado que o antecedeu, Doutor Jean, ficou

alguns meses fora da Assembleia, e hoje chegou para a reunião e precisava falar qualquer coisa, qualquer coisa serve. E acho que acabou falando algumas bobagens, na minha opinião.

Primeiro que, quando fala da legitimidade de o governador aumentar, propor o reajuste do seu salário, ninguém está discutindo isso. O que nós estamos discutindo – e ele utilizou o termo “coerência”, então vamos cobrar aqui coerência – é que o governador disse que, enquanto os de baixo não estiverem atendidos suficientemente, os de cima têm que dar exemplo. A deputada Lohanna, antes de sair, colocou aqui o áudio dele, todo mundo ouviu. Mas eu acho que o deputado devia estar em outro plano astral, não estava por aqui, e não ouviu a fala do próprio governador. Então a incoerência é isso, gente. A incoerência é o governador dizer que o servidor só pode ter, como recomposição, 10%, diante de uma inflação acumulada, e para ele próprio pode ser 300 paus de percentual de reajuste. Gente, vamos pensar logicamente, raciocinar logicamente, senão quem está nos acompanhando fala: “Mas os caras estão falando o quê? É a mesma coisa?”.

Então é o seguinte, vamos estabelecer aqui: coerência é o governador falar que o servidor não pode ganhar mais de 10% de recomposição porque quebra o Estado, mas o salário dele pode aumentar cerca de R\$42.000,00? Segundo ponto: se é uma questão de coerência, ele deveria cobrar coerência do governo, que dá um tratamento diferenciado para os seus amigos multimilionários, 1% no IPVA das locadoras, e cobra 4% do povo, que passa por uma situação difícil. Se é para a gente cobrar essas questões de coerência, já que ele reclama que o governo do presidente Lula aumentou os ministérios, vai votar contra o aumento de criação de secretarias, como Secretaria de Casa Civil e Secom, e por aí vai.

Então, quer dizer, gente, a incoerência não é da nossa parte, a incoerência é daqueles que o parlamentar defende, que assina posse na caneta Bic, mas torra milhões e milhões no cartão corporativo, que eles mesmos condenavam, quando era candidato a presidente da República esse que acabou de perder. Incoerência é o cara dizer que assina com a caneta Bic, que come pão com manteiga no café, mas está aí enrolado, vai ter que depor na Polícia Federal por escândalo e esquema de joias – as joias. E eu não vi o parlamentar subir para comentar isso, esse tipo de coerência.

Então nós queremos muito fazer o debate com a direita aqui; queremos muito, muito o debate. Na verdade, na hora em que eles tiverem condição de fazer uma discussão conosco que não seja atacando mulher, que não seja atacando as minorias, que não seja nessa paixão que merecia um tratamento. Talvez tenham que fazer um tratamento, porque têm obsessão por causa da esquerda, está certo? Parece que têm uma obsessão, precisam fazer um tratamento. Na hora em que quiserem discutir Minas Gerais, os problemas de Minas Gerais, coerência, as questões do governo federal e do governo estadual, podem chamar para o debate, que nos topamos. Mas não dá para conversar com quem parece que está em outro plano astral e não sabe o que está acontecendo em Minas Gerais. Obrigado, Jean.

O deputado Doutor Jean Freire – É muito boa a sua colocação, deputado. Só queria, se eu não me engano, fazer uma correção em relação à caneta, deputado Cristiano, porque me parece que a pessoa de que você falou depois também tomou raiva da caneta Bic. Parece que, quando ele ficou sabendo onde era fabricada a caneta Bic, ele tomou raiva da caneta Bic, e parece que ele gostava mais da caneta da Arábia Saudita, não é? Tanto que pegou para ele. Parece que a caneta com a qual ele queria assinar era essa. Mas V. Exa. colocou muito bem. Inclusive eu estava pensando que era líder de governo quando fez essa defesa tão... Pensei que o deputado que me antecedeu aqui era líder de governo. Então V. Exa. coloca muito bem: não se trata aqui da questão de legitimidade. Nós não estamos discutindo isso, estamos falando de coerência.

Fala do governador há pouco tempo, em reunião com prefeitos: “Falar sobre o social é muito fácil, pagar é outra coisa”. Palavra do governador. Neste momento parece que eles não gostam da palavra social. Sedese, eles querem tirar todas as políticas afirmativas, as políticas públicas de dentro da Sedese.

Eles não gostam do que diz respeito ao social. Agora, um governo que foi eleito, como muito bem disse o deputado Cristiano lá atrás, falando que, enquanto não resolvesse a questão do andar de baixo, ele iria inclusive doar o salário dele... E falam

agora que já fez por mais tempo, que já fez por quatro anos, que era só até pagar o salário em dia, salário em dia esse que foi pago graças a uma liminar do governo anterior para não pagar a dívida com a União. Mas agora o governador parece que, no momento em que ele quer 300% de aumento... E talvez por isso ele tenha feito campanha mostrando três assim, só não mostrou que tinha mais dois zeros à frente, que eram os 300% de aumento que ele gostaria. Agora ele fala que não sabe se vai doar o salário deste mandato, que o compromisso era com o primeiro. Quando vem o aumento, ele fala que não sabe se vai doar esse salário.

Nós estamos discutindo aqui a questão de coerência, não o mérito, a questão de coerência que se prega. Ao mesmo tempo que se fala em Regime de Recuperação Fiscal, ao mesmo tempo em que se fala, deputada Bella, de congelar salários, de cortar concurso de servidores públicos, se propõe esse aumento aqui nesta Casa. Então, eu quero... Já também adianto, assim como a deputada Beatriz, a minha posição em relação a esse projeto. Nas próximas reuniões, quero debater bastante a questão da reforma, mas quero deixar bem pontuado aqui que a população mineira merece mais respeito. Quando se fala, igual eu ouvi em uma comissão um deputado governista falar, que ele tem legitimidade para isso, que o governador tem, porque foi eleito com mais de 56% dos votos... Ora, ele não foi eleito com esse discurso. Então é estelionato eleitoral. Não é porque foi eleito que ele tem legitimidade de fazer as mudanças; de apresentar tem, mas o discurso na eleição era outro. Então eu quero, mais uma vez, reafirmar e solicitar ao governo do Estado que tenha coerência. Realmente esta frase que ele fala “falar sobre o social é muito fácil, pagar é outra coisa”, ele deveria ter falado no ano passado, no momento em que ele rodou o Estado solicitando voto. Ele deveria ter deixado isso bem claro para os mineiros. Durante o processo eleitoral, pousar de bonzinho, colocando os três dedinhos, é muito fácil, depois é que eu quero ver.

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Não há outros oradores inscritos.

– Vêm à Mesa as Emendas nºs 1 e 2, que foram publicadas na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto uma emenda do deputado Professor Cleiton, que recebeu o nº 1, e uma do deputado Sargento Rodrigues, que recebeu o nº 2, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha as emendas com o projeto à Mesa, para parecer.

3ª Fase

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.140/2015, 3.282 e 3.387/2021 e 3.771/2022 (À sanção.).

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de terça-feira, dia 4 de abril, às 10 e às 18 horas, nos termos dos editais de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/3/2023

Às 10h14min, comparecem à reunião os deputados Gil Pereira, Bim da Ambulância e Bosco, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Raul Belém. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por

aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência suspende a reunião. Decorrido o prazo regimental da reunião, os Projetos de Lei nºs 754/2015 e 1.992/2020, no 1º Turno, deixam de ser apreciados.

Sala das Comissões, 29 de março de 2023.

Gil Pereira, presidente – Bim da Ambulância – Leleco Pimentel.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/3/2023

Às 10h15min, comparecem à reunião os deputados Doutor Wilson Batista, Lucas Lasmar e Bim da Ambulância (substituindo o deputado Arlen Santiago, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência comunica que será solicitada a reiteração dos Requerimentos de Comissão nºs 13.554 e 13.556/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 41, 43, 85, 108, 109, 127, 136, 142, 196, 197, 198, 200, 351, 387, 458, 473, 628, 629, 630 e 636/2023. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 543/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a regularização urgente do fornecimento do medicamento Eltrombopague Olamine 50mg e 25mg, comprimido, de extrema necessidade para os pacientes com diagnóstico de púrpura trombocitopênica idiopática/imune corticorrefratária com plaquetopenia grave, portanto, com risco de vida;

nº 562/2023, do deputado Enes Cândido, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater as conquistas obtidas pelo grupo de pesquisa The Together Trial, sediado em Minas Gerais, ganhador do Prêmio David Sackett e referência mundial em pesquisa de medicamentos ambulatoriais para o tratamento de covid-19;

nº 591/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja realizada audiência pública para debater a inexistência de plano municipal de saúde em vigência no Município de Divinópolis e o impacto da ausência desse instrumento para a população divinopolitana.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2023.

Doutor Wilson, presidente – Lud Falcão – Lucas Lasmar.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/3/2023

Às 16h13min, comparecem à reunião a deputada Alê Portela e os deputados Leleco Pimentel, Rodrigo Lopes e Ricardo Campos, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Bella Gonçalves. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leleco Pimentel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 494 e 545/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte

(Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 548/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Três Marias pela comemoração do 60º aniversário desse município;

nº 549/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Bandeira do Sul pelo 60º aniversário desse município;

nº 550/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Igarapé pelo 60º aniversário desse município;

nº 551/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Ibirité pelo 60º aniversário desse município;

nº 565/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações acerca dos investimentos e manutenções dos trechos das Rodovias MG-129, entre Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto, MG-443, entre o Distrito de Lobo Leite e Ouro Branco, e MG-30, entre a alça da BR-040 e o Distrito de Lobo Leite;

nº 568/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Cordislândia pelo 60º aniversário desse município;

nº 592/2023, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que seja agilizado o processo de implantação da rede de esgotamento sanitário na Rua Antônio Domingos da Costa, a partir do nº 2.232 até o nº 2.850, no Bairro Inácia de Carvalho, no Município de São José da Lapa, reivindicação constante dos moradores dessa rua, que vêm sofrendo com o mau cheiro causado pela falta do sistema de esgotamento adequado;

nº 593/2023, da deputada Nayara Rocha, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que seja agilizado o processo de implantação da rede de esgotamento sanitário nas Ruas Conceição Alves Costa, Tapera, Francisco Alves Costa, Novo Progresso e Antenor Costa, no Bairro Inácia de Carvalho, no Município de São José da Lapa, reivindicação constante dos moradores dessas ruas, que vêm sofrendo com o mau cheiro causado pela falta do sistema de esgotamento adequado;

nº 656/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater a política de desenvolvimento urbano de Belo Horizonte a partir do atual plano diretor da cidade;

nº 667/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater as perspectivas e os desafios do municipalismo na inclusão de pessoa com deficiências do neurodesenvolvimento, sobretudo no que diz respeito ao papel dos municípios mineiros na garantia da acessibilidade às pessoas com transtorno do espectro autista – TEA –, em razão da celebração do mês de conscientização sobre o autismo em abril, e que a audiência seja realizada no dia 17 de abril de 2023, às 14 horas;

nº 675/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater a situação dos trechos das Rodovias MG-129, entre Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto, MG-443, entre o Distrito de Lobo Leite e Ouro Branco, e MG-30, entre a alça da BR-040 e o Distrito de Lobo Leite;

nº 676/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater regras e regulamentos do Poder Executivo que restringem a utilização pelos municípios de recursos da área de saúde em projetos diversos na área de saneamento básico;

nº 677/2023, da deputada Alê Portela e dos deputados Leleco Pimentel, Ricardo Campos e Rodrigo Lopes, em que requerem seja encaminhado pedido de informações à Semad, ao Igam, à Feam, ao IEF e à Copasa sobre as ações que vêm sendo desenvolvidas em parceria com municípios em prol da preservação, conservação e acesso à água no Estado;

nº 678/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências com vistas a que seja alterado o regramento que trata do uso de recursos vinculados à área de saúde pelos municípios, para que se viabilize sua utilização em ações relacionadas à saúde mas que não constam expressamente em rol dos regulamentos e resoluções, permitindo o uso dos recursos do regramento das cotas orçamentárias constitucionais;

nº 679/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Vale do Aço, bem como os planos diretores dos municípios que integram a Região Metropolitana do Vale do Aço;

nº 680/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que sejam realizados estudos com vistas à estadualização da LMG – Parque Serra Geral, que liga Espinosa, passando por Itamirim e Gado Bravo, a Matias Cardoso;

nº 681/2023, da deputada Alê Portela, em que requer seja designado o deputado Rodrigo Lopes para representar e comissão na Marcha dos Prefeitos, em Brasília;

nº 682/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater as tarifas e os impactos da concessão e da privatização da MGC-262 e da BR-356;

nº 683/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a utilização de recursos do Fhidro no biênio 2021-2022;

nº 684/2023, do deputado Rodrigo Lopes, em que requer seja realizada audiência pública para debater e, se for o caso, aperfeiçoar o arcabouço legal relacionado ao conceito de cidades inteligentes e as tecnologias a ela relacionadas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2023.

Leleco Pimentel, presidente – Alê Portela.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 22/3/2023

Às 10h10min, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados Tito Torres, Gustavo Santana e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: quatro ofícios da Sra. Elce Marie Ribeiro, chefe de gabinete do Instituto Estadual de Florestas, encaminhando respostas aos Requerimentos nºs 10.773 e 10.774/2022, que solicitaram o envio mensal de informações sobre a área impactada por autorização de intervenção ambiental no Estado e o envio bimestral de informações sobre a área destinada a restauração ou recuperação ou área com restauração ou recuperação iniciada no âmbito do programa 104 do PPAG 2020-2023; e *e-mail* do Sr. Estácio de Carvalho Vieira Souto, recebido através do Fale com as Comissões, encaminhando reportagem do jornal *O Tempo* e solicitando ajuda da comissão para evitar o desmatamento de 465 árvores na região Oeste de Belo Horizonte, na chamada Mata do Jardim América. O presidente acusa o

recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.418/2016 e 2.476/2021 (deputado Gustavo Santana), 2.855/2015 e 3.043/2021 (deputada Ione Pinheiro) e 252/2019 (deputado Noraldino Júnior), todos no 1º turno. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 299 e 485 a 489/2023. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 643/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Lohanna, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos da reforma administrativa proposta pelo Poder Executivo por meio do Projeto de Lei nº 358/2023 nas estruturas organizativas da Semad, do Sisema e da Feam;

nº 646/2023, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública para debater as reivindicações dos servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 623/2023, do deputado Doorgal Andrada, em que requer seja realizada audiência pública para debater a criação do Parque Metropolitano da Serra do Curral;

nº 644/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada visita às empresas Gute Sicht Ltda., situada na Estrada Velha de Nova Lima, e Fleurs Global Mineração, situada no Município de Sabará, para averiguação e fiscalização das circunstâncias das atividades minerárias exercidas de forma irregular pelas referidas empresas;

nº 645/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao governador do Estado pedido de informações sobre as providências adotadas para o cumprimento da promessa do governador de que “se ficar comprovado que tem ilegalidade, serei o primeiro a mudar de opinião”, relativamente à legalidade das atividades minerárias na Serra do Curral, com o impedimento do exercício dessas atividades e a garantia da preservação efetiva e integral da Serra do Curral;

nº 652/2023, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada visita técnica às obras de implantação do Parque Ambiental Cachoeira Sarzedo, que terá o paisagismo inspirado em Inhotim, fruto de parceria entre a Prefeitura Municipal de Sarzedo e a mineradora Itaminas, para acompanhamento das obras;

nº 653/2023, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas no detalhamento dos principais impactos ambientais da implantação do Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte para a população da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 654/2023, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas no detalhamento do traçado escolhido para o Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte, incluindo os municípios envolvidos; o detalhamento dos pontos importantes do projeto, inclusive no tocante às desapropriações; e a indicação dos critérios técnicos que levaram à definição desse traçado;

nº 655/2023, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência pública para que a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável apresentem o detalhamento do traçado escolhido para o Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte, incluindo os municípios envolvidos, o detalhamento dos pontos importantes do projeto, inclusive no tocante às desapropriações, a indicação dos critérios técnicos que levaram à definição desse traçado, bem como sobre os impactos ambientais do empreendimento para a população da RMBH.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2023.

Tito Torres, presidente – Ione Pinheiro – Bella Gonçalves – Noraldino Júnior – Gustavo Santana.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/3/2023

Às 9h45min, comparecem à reunião os deputados Marquinho Lemos, Ricardo Campos, Doutor Jean Freire e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinho Lemos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência e submetidos a votação, cada um por sua vez, os seguintes requerimentos:

nº 361/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que a Fundação Caio Martins não seja extinta, tendo em vista os relevantes serviços que a entidade presta à educação mineira há mais de 70 anos;

nº 362/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam retomados, pelo governo do Estado, os leilões presenciais dos veículos e bens apreendidos, pois grande parte dos compradores tem relatado dificuldades para participar dos leilões virtuais devido à baixa qualidade da internet no interior do Estado;

nº 364/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja realizada manutenção no trecho da Rodovia MG-479 que liga Januária a Chapada Gaúcha, o qual necessita de intervenção imediata nos pontos críticos e de patrolamento, com o objetivo de melhorar as condições de segurança e tráfego;

nº 472/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater as ameaças aos processos de participação popular constituídas pelas atuais tentativas de alteração do Plano Diretor de Belo Horizonte;

nº 482/2023, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para o acompanhamento da execução da política pública estadual de promoção de habitação de interesse social, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 205/2022, apresentada por Camila Álvares dos Reis, do Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores, e outros, no âmbito do processo de discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023 – revisão para 2023;

nº 497/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da reforma administrativa prevista no Projeto de Lei nº 358/2023, do governador do Estado, nas estruturas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Semad – e da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Fuam –, especialmente no que diz respeito à criação de uma Diretoria de Mineração e Atividades Industriais sem a consulta prévia informada, prevista pela Resolução Conjunta Sedese/Semad 1/2022, aos servidores estaduais do meio ambiente e aos povos e comunidades tradicionais potencialmente afetados;

nº 579/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Duda Salabert por ser a primeira mulher trans eleita deputada federal na história de Minas Gerais e por ser a vereadora mais bem votada da história de Belo Horizonte;

nº 589/2023, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o aumento da tarifa do pedágio na BR-135, administrada pela Eco135;

nº 702/2023, da deputada Bella Gonçalves e dos deputados Ricardo Campos, Doutor Jean Freire, Cristiano Silveira, Leleco Pimentel e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater os impactos do Plano Diretor de Belo Horizonte na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 704/2023, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a regularização dos territórios das comunidades quilombolas em Minas Gerais;

nº 705/2023, dos deputados Leleco Pimentel, Doutor Jean Freire, Marquinho Lemos e Ricardo Campos, em que requerem seja formulado voto de congratulações com o Sr. Júnior Jaber, diretor do Instituto Federal do Norte de Minas, Câmpus Diamantina, pela dedicação aos alunos, sobretudo das cidades e comunidades do Alto Jequitinhonha, e pela resiliência e dedicação, especialmente pelo desenvolvimento e melhorias nas instalações e no cuidado com os servidores do instituto.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2023.

Marquinho Lemos, presidente – Leleco Pimentel – Ricardo Campos.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/3/2023

Às 10h11min, comparecem à reunião a deputada Nayara Rocha e os deputados Betão e Caporezzo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betão, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.555, 3.691, 3.750, 3.763 e 3.769/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 553/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sistema Divina Providência pela comemoração do seu Jubileu de Ouro;

nº 640/2023, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja formulada manifestação de apoio ao pronunciamento das centrais e confederações sindicais pela admissibilidade da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.309, impetrada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI – em favor de quem trabalha sob condições de riscos físico, químico e biológico e foi duramente atingido com a Emenda à Constituição nº 103, de 2019;

nº 641/2023, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas nas cópias dos contratos de motoristas contratados pela Minas Gerais Administração e Serviços S.A. – MGS – e em documento contendo o número de trabalhadores rodoviários contratados e os órgãos onde esses profissionais prestam serviços;

nº 693/2023, do deputado Betão, em que requer seja formulado voto de congratulações com as Irmãs Dominicanas da Anunciata pelos 50 anos de serviços prestados à comunidade;

nº 694/2023, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a homenagem às Irmãs Dominicanas da Anunciata e, na oportunidade, entregar os diplomas referentes aos votos de congratulações formulados com a referida congregação.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2023.

Betão, presidente – Celinho Sintrocel – Nayara Rocha.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/3/2023

Às 11h43min, comparecem à reunião os deputados Adriano Alvarenga, Eduardo Azevedo e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adriano Alvarenga, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de comunicação do deputado Neilando Pimenta, no qual o parlamentar informa que abriu mão da sua vaga como membro efetivo desta comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.266/2017, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Douglas Melo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 501/2023 e 504/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 294/2023, do deputado Adriano Alvarenga, em que requer seja realizada audiência pública para debater a qualidade da prestação de serviços pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – aos consumidores mineiros, e 357/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos para os consumidores da paralisação dos atendimentos por plano odontológico realizados pela clínica odontológica Arcata, em Belo Horizonte. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 556/2023, dos deputados Eduardo Azevedo, Elismar Prado, Adriano Alvarenga e Douglas Melo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos negativos ao consumidor da atuação dos *sites* de apostas esportivas no Brasil;

nº 557/2023, do deputado Elismar Prado, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos negativos ao consumidor da aferição dos novos medidores digitais da Companhia Energética de Minas Gerais S.A.;

nº 624/2023, do deputado Adriano Alvarenga, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da população ribeirinha de Raul Soares em relação a eventuais falhas na prestação de serviços da empresa Brookfield, concessionária das barragens hidrelétricas do município;

nº 696/2023, do deputado Adriano Alvarenga, em que requer seja encaminhado à empresa Brookfield Asset Management Brasil, concessionária das barragens hidrelétricas em Raul Soares, pedido de providências para que seja apresentado um plano de controle da barragem para o período das cheias e para que opere com capacidade reduzida, desde que satisfatória a geração de energia; para que seja elaborado um mecanismo, além dos já existentes, para informar a população dos possíveis riscos que está correndo com as possíveis cheias e o aumento do nível de água da represa sob concessão da empresa; e para que seja oferecido um treinamento periódico, adequado e profissional à Defesa Civil do Município de Raul Soares.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2023.

Adriano Alvarenga, presidente e relator – Eduardo Azevedo – Elismar Prado.

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/3/2023**

Às 14h14min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Roberto Andrade, Vítório Júnior e Gustavo Valadares, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.288/2020. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 545/2023. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o requerimento nº 648/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o curto prazo para que as concessionárias do aeródromo, a escola de aviação e as empresas vocacionadas à aviação interrompam as atividades no Aeroporto Carlos Prates e os impactos dessa desmobilização para o desenvolvimento econômico de Belo Horizonte e de Minas Gerais. É recebido pela presidência para posterior aprovação o Requerimento nº 668/2023, do deputado Oscar Teixeira, em que requer que seja realizada audiência pública para debater a fruticultura no Norte de Minas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2023.

Roberto Andrade, presidente – Vítório Júnior – Oscar Teixeira.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 23/3/2023**

Às 14h49min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues e Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Professor Cleiton, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.444 e 2.864/2021, no 2º turno (deputado João Magalhães), Projeto de Lei Complementar nº 80/2022, no 1º turno (deputado Roberto Andrade) e Projeto de Lei nº 3.509/2022, no 2º turno (deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres pela aprovação: no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.444/2021, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno (registrando-se o voto em branco da deputada Beatriz Cerqueira) e 2.864/2021, na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado João Magalhães); 3.509/2022 (relator: deputado Sargento Rodrigues) na forma do vencido em 1º turno e 4.742/2017 (relator: deputado Roberto Andrade) na forma do vencido em 1º turno; e, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.692/2021 (relator: deputado

Sargento Rodrigues) na forma do vencido em 1º turno; 3.689/2022 (relator: deputado Roberto Andrade) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça e 3.851/2022 (relator: deputado João Magalhães) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Segurança Pública. O Projeto de Lei nº 3.591/2022 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. O deputado Doutor Jean Freire retira-se do recinto. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 651/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em relatório em que constem a quantidade e a especificação das viagens a serviço e as diárias pagas a servidores públicos (efetivos, comissionados, contratados e agentes políticos) dessa pasta, no período de 1º/3/2023 a 20/3/2023, discriminando-se o nome do servidor beneficiado, o destino e a justificativa para o recebimento;

nº 711/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Jequitinhonha, em Diamantina, pedido de informações referentes ao processo de licenciamento ambiental nº 00472/2007/008/2015 para o empreendimento Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A., projeto de extensão da Mina do Sapo, consubstanciadas na matriz atualizada de todas as condicionantes da Anglo American desde a Licença Prévia do Step 1 e *status* de cumprimento pela Supram/Jequitinhonha; em cópia eletrônica de todos os documentos referentes aos programas de controles diversos executados pela Anglo, desde a Licença de Operação do Step 1; em documentos apresentados pela Anglo a essa superintendência a título de informações complementares ao EIA/Rima; e em cópia de todos os documentos apresentados à mesa de audiência e anexados para exame do processo de licenciamento;

nº 712/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao superintendente Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Jequitinhonha, em Diamantina, pedido de informações sobre o acompanhamento, pelo órgão, do cumprimento das condicionantes 33 e 34, relativas ao empreendimento Minas-Rio, da Anglo American;

nº 713/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre as interrupções no fornecimento de água para a população do Município de Conceição do Mato Dentro, a partir do ano de 2020, por problemas de nível de qualidade, em que se esclareça se possuem nexo de causalidade com a atividade minerária da empresa Anglo American Minério de Ferro do Brasil S.A. e se há relação entre os recorrentes problemas no abastecimento hídrico e a supressão vegetal realizada pela mineradora na vertente oeste da mina, provocando carreamento significativo de material no curso d'água presente na região do Gondó;

nº 714/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Jequitinhonha – Supram Jequitinhonha –, em Diamantina, pedido de informações consubstanciadas na documentação relativa ao Processo Administrativo nº 3433/2022 – Empreendimento Vale S.A., Projeto da Serpentina, incluindo os estudos de impacto ambiental na zona de amortecimento na unidade de conservação Monumento Natural Serra da Ferrugem, localizada no Município de Conceição do Mato Dentro;

nº 715/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à defensora pública geral do Estado pedido de informações sobre o andamento do processo de implantação da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública de Minas Gerais e a previsão de início dos trabalhos e de inauguração dessa ouvidoria, esclarecendo-se se há retorno quanto ao pleito apresentado durante audiência pública realizada na Comissão de Administração Pública, em 8/7/2021, para criação de um grupo de trabalho com a participação da sociedade civil organizada e membros do Conselho Superior de Ouvidorias, para acompanhamento e cooperação nesse processo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2023.

João Magalhães, presidente – Beatriz Cerqueira – Nayara Rocha – Professor Cleiton.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/3/2023

Às 9h38min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados João Magalhães e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, as deputadas Ione Pinheiro, Alê Portela, Bella Gonçalves, Ana Paula Siqueira e Lud Falcão e os deputados Gil Pereira, Arlen Santiago, Ricardo Campos, Leleco Pimentel, Carlos Henrique, Gustavo Santana, Gustavo Valadares, Duarte Bechir, Cássio Soares, Bosco, Ulysses Gomes, Tito Torres, Zé Guilherme, Rafael Martins, Adriano Alvarenga e Grego da Fundação. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos do Projeto de Lei nº 358/2023, encaminhado a esta Casa pelo governador do Estado, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Camila Barbosa Neves, subsecretária de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, representando a secretária, Lourdes Aparecida Machado, presidenta do Conselho Estadual de Saúde, e Regina Márcia Pimenta Assunção, presidenta do Sindicato dos Servidores do Meio Ambiente de Minas Gerais – Sindsema –; e os Srs. Samir Carvalho Moysés, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo – Segov –, representando o secretário, Gleisson Mauro de Souza Costa, secretário-geral do Sindicato dos Servidores Administrativos da Polícia Civil de Minas Gerais – Siapol –, representando o presidente, Antônio Achilis Alves da Silva, ex-presidente da Fundação TV Minas, Hugo René de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais – Sinfazfisco-MG –, Wemerson Silva de Oliveira, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais – Sindpol –, e Jean Carlos Otoni Rocha, presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Estado das Minas Gerais – Sindppen. A presidência concede a palavra à deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Às 13h28min a presidência prorroga os trabalhos da Comissão. A presidência suspende os trabalhos. Reunião finalizada por decurso do prazo regimental.

Sala das Comissões, 28 de março de 2023.

João Magalhães, presidente – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Beatriz Cerqueira.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/3/2023

Às 16h12min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães, Professor Cleiton, Gustavo Valadares e Adriano Alvarenga (substituindo o deputado Rodrigo Lopes, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Gustavo Santana. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno destina, de ofício, a 3ª Fase da 2ª Parte da reunião para ouvir os cidadãos presentes à 2ª Reunião

Extraordinária, de 9h30min, que não tiveram a oportunidade de fala devido ao decurso de prazo da referida audiência. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, de amanhã, dia 29 de março, às 9 horas, com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 358/2023, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2023.

João Magalhães, presidente – Adriano Alvarenga – Professor Cleiton – Sargento Rodrigues – Gustavo Valadares.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Vitório Júnior, Fábio Avelar e Oscar Teixeira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/4/2023, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o sistema aeroportuário da Região Metropolitana de Belo Horizonte, inclusive o curto prazo que as concessionárias do aeródromo, a escola de aviação e as empresas vocacionadas à aviação possuem para interromper as atividades no Aeroporto Carlos Prates, e os impactos dessa desmobilização para o desenvolvimento econômico de Belo Horizonte e de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 31 de março de 2023.

Roberto Andrade, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Nayara Rocha e os deputados Roberto Andrade, Professor Cleiton, Rodrigo Lopes e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 3/4/2023, às 14h30min e 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno sobre emenda(s) e/ou substitutivo(s) apresentado(s) em Plenário do Projeto de Lei nº 358/2023, do governador do Estado; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de março de 2023.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 71/2021

Nos termos regimentais, convoco os deputados Tito Torres, Doutor Jean Freire, Marquinho Lemos e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/4/2023, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno sobre emendas e/ou substitutivos apresentados em Plenário à Proposta de Emenda à Constituição nº 71/2021, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 31 de março de 2023.

Carlos Henrique, presidente.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 30/3/2023, a seguinte comunicação:

Do deputado Lucas Lasmar em que notifica o falecimento de Francisca Pereira Rosa, ocorrido em 28/3/2023, em Oliveira.

(– Ciente. Oficie-se.)

**PROCURADORIA DA MULHER****DESIGNAÇÃO PARA A PROCURADORIA DA MULHER**

Nos termos do art. 2º da Resolução nº 5.590, de 6 de novembro de 2021, designo as deputadas Ione Pinheiro e Delegada Sheila, respectivamente, para procuradora-geral da Mulher e procuradora adjunta da Mulher.

Palácio da Inconfidência, 29 de março de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 29/3/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Geraldo Paz de Oliveira, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

exonerando Gracimar Gomes da Silva, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Luiz Carlos Coelho de Azevedo, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Henrique;

exonerando Marcos Alexandre Cordeiro, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Andréia de Jesus;

exonerando, a partir de 3/4/2023, Maria Teresa Vilas Boas de Paula, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

exonerando Mario Antonio Caram Filho, padrão VL-46, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adriano Alvarenga;

exonerando Ramon Bispo da Silva, padrão VL-32, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Christiano Xavier;

exonerando Ricardo Francisco Paes, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

nomeando Clairton Dutra Costa Vieira, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Sandro;

nomeando Cleiton Henriques da Silva Pereira, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leleco Pimentel;

nomeando Emílio dos Santos Boaventura Gondin, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Lud Falcão;

nomeando Francysca Fernandes de Lima Cavalcanti, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

nomeando Gracimar Gomes da Silva, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

nomeando João de Deus Santos Nunes, padrão VL-46, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adriano Alvarenga;

nomeando Maria Teresa Vilas Boas de Paula, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Ricardo Francisco Paes, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Sara Valéria Resende Adamy, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Suzana Maria Ricardo da Silva, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Marquinho Lemos;

nomeando Wesley Alexandre Santos, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Carlos Arantes.

TERMO DE CONTRATO Nº 11/2023

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas – Abraço. Objeto: doação de bens inservíveis. Vigência: 30 dias contados da assinatura do termo de doação, prorrogáveis por mais 30 dias mediante requerimento, para tomar posse dos bens doados. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 14/2023

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Santa Casa de Caridade de Formiga. Objeto: doação de bens inservíveis. Vigência: 30 dias contados a partir da assinatura do termo de doação, prorrogáveis por mais 30 dias mediante requerimento. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE AFETAÇÃO Nº 6/2023

Cedente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionária: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Objeto: afetação de bens inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada.



ERRATA

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.566/2022

Comissão de Desenvolvimento Econômico

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 31/3/2023, nas págs. 75 e 76.